

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.642 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WUJLSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CLELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARGENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE

Art
Traduci
Mat. T.º :
Insc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 201 F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPOBA N.º 8841

Tiº
Mat.

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

EMENTA

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. CONDENAÇÃO EM MONTANTE SUPERIOR A DEZOITO BILHÕES DE DÓLARES, SOB A ALEGAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS. AUSÊNCIA DE JURISDIÇÃO BRASILEIRA E DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Não há dúvida quanto à existência de coisa julgada e, até mesmo, a interposição dos recursos ordinários e extraordinários possíveis, não constituindo óbice, para a configuração do trânsito em julgado, o ajuizamento da ação extraordinária de proteção no âmbito do direito equatoriano.

2. Tampouco se verificou qualquer irregularidade na representação para o ajuizamento da presente ação de homologação da sentença estrangeira.

3. Em conformidade com o princípio da efetividade, todo pedido de homologação de sentença alienígena, por apresentar elementos transfronteiriços, demanda a imprescindível existência de algum ponto de conexão entre o exercício da jurisdição pelo Estado brasileiro e o caso concreto a ele submetido.

4. Na hipótese em julgamento, é certa a ausência de jurisdição brasileira - questão que é pressuposto necessário de todo e qualquer processo -, haja vista que: a) a Chevron Corporation, empresa norte-americana contra a qual foi proferida a sentença estrangeira, não se encontra situada em território nacional; b) a Chevron do Brasil, pessoa jurídica distinta da requerida e com patrimônio próprio, não integrou o polo passivo da lide originária; e c) não há nenhuma conexão entre o processo equatoriano e o Estado brasileiro.

5. Sentença estrangeira não homologada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, após o voto-vista da Sra. Ministra Nancy Andrighi e a adequação do voto do Sr. Ministro Relator, por unanimidade, indeferir o pedido de homologação de sentença, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Nancy Andrighi, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Carolina Casci
ra Pública de Po
VI F.º 243 Capital Fer
pción CTPCBA N.º

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI / T.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

An
JUC
T.º
Insi

Superior Tribunal de Justiça

Não participou do julgamento o Sr. Ministro Og Fernandes.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

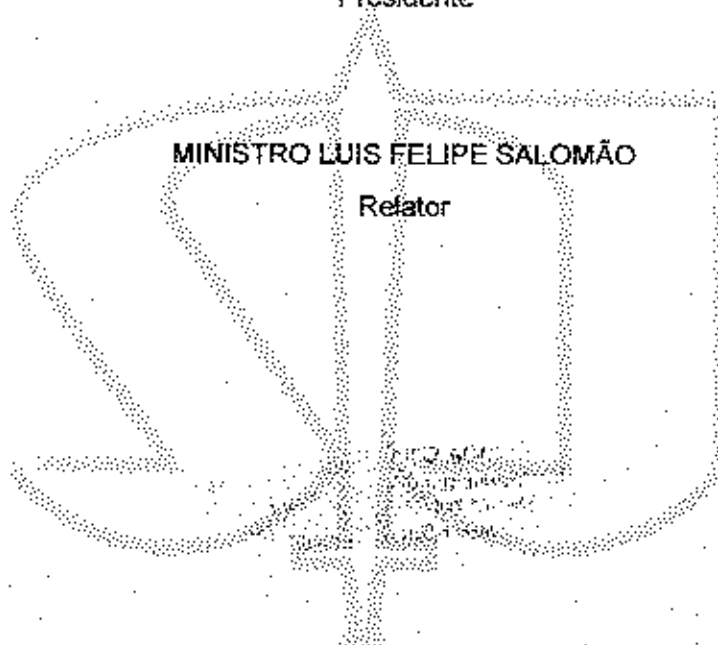
Brasília (DF), 29 de novembro de 2017(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Presidente

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator



no
ugués
ra/CABA
841

Ana
Traducto
Mat. T.º XX
Inscrip

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCGA N.º 6841

C:
ora
XXI F
ripck

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CLELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARAGA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL GORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION

Ana Carolina C
a Pública t
F.º 243 Cap
ción GTPCB

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugues
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

rol
Púb
º 24
n C1

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):

1. Trata-se de pedido de homologação de sentença estrangeira, proferida em ação indenizatória por danos ambientais, pela Sala Única da Corte Provincial de Sucumbíos, no Equador, em demanda movida em face da Chevron Corporation, sociedade estadunidense (fls. 2-12).

Na decisão homologanda, de 2012, foi negado provimento à apelação dos ora requerentes, que pretendiam a majoração da indenização, e dado parcial provimento à apelação da Chevron, somente para declarar a falta de provas de contaminação por mercúrio, confirmando-se a sentença condenatória quanto ao mérito e acrescentando-se percentual de honorários advocatícios aos patronos dos vencedores (fls. 679-695).

Pelo exposto, ADMINISTRANDO JUSTIÇA EM NOME DO POVO SOBERANO DO EQUADOR E PELA AUTORIDADE DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS DA REPÚBLICA, a Corte emite sentença e decide desta forma: 1.- Rejeita o recurso de apelação interposto pelos demandantes, nos termos e pelas razões indicadas nas pertinentes considerações prévias; 2.- Aceita parcialmente o recurso de apelação da demandada, unicamente na parte em que faz referência à presença de mercúrio na área da Concessão, pois existiu erro na apreciação da prova com respeito a esse elemento em primeira instância e, conseqüentemente, se faz abstração de sua transcendência nesta sentença. Considerando que este erro não é capaz de influir na decisão final, no demais se ratifica a sentença de 14 de fevereiro de 2011, em todas as suas partes, incluindo a condenação às medidas de reparação moral ou sua alternativa, e custas nesta instância a cargo da Chevron Corporation. Fixa-se o honorário profissional do advogado patrocinador que interveio em defesa dos interesses da parte autora, em 0,10% dos valores que derivam do ato decisório desta sentença.

Em suma, sintetizam os requerentes que a Chevron Corporation foi condenada ao pagamento de montante de mais de 18 bilhões de dólares, assim discriminado (fl. 5): a) US\$ 8.646.160.000,00, para custear medidas de reparação aos danos causados ao meio ambiente e à população local (quantia resultante da soma de sete verbas condenatórias); b) o mesmo valor, a título de danos punitivos; c) 10% sobre o valor da condenação, com base no art. 43 da Lei de Gestão Ambiental do Equador, de 30/7/1999; e d) 0,10 % sobre o valor da condenação, a título de honorários advocatícios.

Houve o deferimento do benefício da justiça gratuita pela Presidência desta

Ai
Tradu
Mat. T.º
Ins

Trac
Mat.

asciano
Portugués
al Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

18
CA
Ca,
CE

Superior Tribunal de Justiça

Corte (fls. 718), impugnado pela Chevron nos autos da Pet 9.815, em que o Ministério Público opinou pela sua revogação (fls. 3.407-3.417).

A Chevron Corporation apresentou contestação às fls. 904-1.055, juntando os documentos de fls. 1.056-17.098 e pleiteando o indeferimento da homologação da sentença estrangeira, em suma, sob as seguintes arguições: a) irregularidade na representação processual dos autores, pois os advogados brasileiros não teriam poderes para ajuizar esta ação; b) falta de jurisdição brasileira para a homologação desta sentença, pois a Chevron não possui domicílio nem bens no Brasil, de onde deflui também sua ilegitimidade passiva; c) falta de interesse de agir dos autores e do Estado brasileiro para a homologação; d) impossibilidade de supressão do princípio da personalidade jurídica, haja vista que a Chevron Brasil é subsidiária em sétimo grau da Chevron Corporation; e) falta de eficácia, no Equador, da sentença que os autores pretendem homologar, ante a existência de decisão do Tribunal Arbitral em Haia, que obriga o Equador a não executar a sentença nem dentro, nem fora daquele país; f) não ocorrência do trânsito em julgado da sentença equatoriana; g) inexistência dos danos ambientais que a sentença estrangeira alegadamente objetiva reparar; h) construção artificial de tais danos no processo, mediante fraude e violação do devido processo legal, da segurança jurídica e da ordem pública.

Os autos foram inicialmente distribuídos à Ministra Nancy Andrighi (fl. 17.108).

A requerida apresentou os seguintes aditivos à contestação, com vistas à juntada de documentos novos:

- fls. 17.124-17.141, acrescido dos documentos de fls. 17.142-18.967, em que alega que os requerentes ajuizaram ação de homologação de sentença estrangeira também no Canadá e na Argentina. Afirma que o "Tribunal canadense decidiu suspender, por tempo indefinido, a tentativa dos autores de homologar a sentença equatoriana no Canadá, uma vez que a Chevron Corporation não está presente e não tem ativos naquele país" e que "...a Suprema Corte argentina cassou a ilegal ordem de arresto de bens de subsidiárias indiretas argentinas, em linha com o parecer da Procuradoria Geral da República Argentina". Acrescenta que "consultores ambientais contratados pelos autores declararam em juízo, nos EUA, que não existem danos ambientais atribuíveis à Chevron Corporation que pudessem justificar a condenação da empresa no Equador e que minutaram o laudo que o perito indicado pelo Juízo equatoriano (Richard Cabrera) falsamente afirmou ter preparado". Por fim, asseveram que "os autores pagaram secreta e ilegalmente quantias ao perito judicial que deveria ter elaborado um laudo independente, mas apresentou um laudo preparado pelos consultores dos autores" e "fundo de investimento especializado em financiamento de litígio declarou em juízo, nos

a Carolina C
tora Pública c
XXII F.º 243 Capi
ripción CTPCB

na Carolina Casc
jora Pública de F
º XXII F.º 243 Capital F
scripción CTPCBA N.

Aná Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. F.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Casciano
de Portugués
ital Federal/CABA
A N.º 8841

Trax
Mat.

Superior Tribunal de Justiça

EUA, que foi enganado pelos advogados dos autores antes de decidir investir dinheiro para financiar o esquema de extorsão contra a Chevron Corporation".

- fls. 18.974-18.979, com os documentos de fls. 18.980-19.962, aduzindo que houve modificação parcial da sentença estrangeira no Equador, já que excluídos da condenação os valores relativos aos danos punitivos. Anexa ainda sentença arbitral parcial proferida pelo Tribunal Arbitral de Haia.

- fls. 19.968-19.991, mais os documentos de fls. 19.992-20.949, salientando que "a Corte de apelação e a Corte Nacional do Equador jamais examinaram de forma adequada a fraude dos autores", e afirmando que a matéria objeto desta ação ensejou o documentário Crude.

- fls. 20.953-20.958, além dos documentos de fls. 20.959-21.007, reiterando o pedido de indeferimento da homologação.

Em virtude da nomeação da Ministra Nancy Andrighi como Corregedora Nacional de Justiça, os autos foram redistribuídos ao Ministro Felix Fischer (fl. 21.010).

Na réplica, de fls. 21.019-21.061, os requerentes apontam: a) inexistência de violação à ordem pública; b) regularidade da representação processual mas, caso se entenda de modo contrário, requerem a concessão de prazo para a regularização dos instrumentos de mandato; c) perda parcial e superveniente de objeto, já que afastada a condenação pelos danos punitivos; d) limites do juízo deliberatório da ação de homologação; e) inequívoca jurisdição brasileira; f) legítimo interesse; g) trânsito em julgado da decisão homologanda; h) impossibilidade de suspensão desta ação, pois nem sequer são partes no procedimento arbitral instaurado no Tribunal de Haia; i) inexistência de quitação; j) legitimidade passiva da Chevron; k) inexistência de fraude na condução do processo no Equador e ausência de juntada das peças da ação que tramitou nos EUA, na qual se concluiu pela ocorrência das citadas irregularidades; l) existência de danos ambientais; m) desrespeito, pela Chevron, da soberania do Estado equatoriano; n) distorção dos argumentos apresentados pela Chevron, que são baseados em decisões judiciais estrangeiras não homologadas pelo Brasil.

Os autores juntaram aos autos parecer da jurista Nadia de Araujo (fls. 21.063-21.118).

Foi oferecida tréplica, às fls. 21.621-21.727, acompanhada de pareceres dos seguintes juristas: Ada Pellegrini Grinover (fls. 21.728-21.788), Ministros Eduardo Ribeiro (fls. 21.789-21.819), Francisco Rezek (fls. 21.820-21.865) e Luis Roberto Barroso (fls. 21.866-21.896).

Os autos foram a mim redistribuídos, uma vez que o Ministro Felix Fischer

Casciano
de Portugués
de Federal/CABA
N.º 8841

Casciano
de Portugués
de Federal/CABA
8841

A1
Tradu
Mat. T.º
In.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción/CTPCBA N.º 8841

lms
ucte
º XX
recrij

Superior Tribunal de Justiça

se declarou suspeito por motivo de foro íntimo (fls. 22.196-22.197).

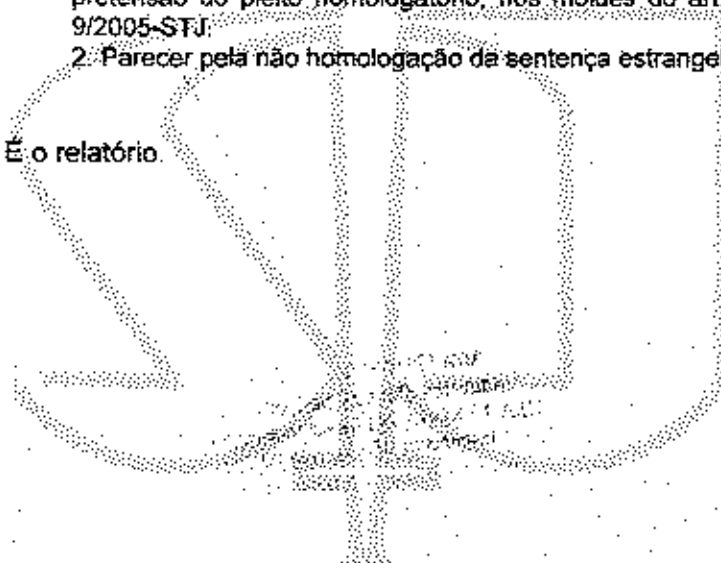
O Ministério Público Federal opina pela não homologação da sentença estrangeira, nos seguintes termos (fls. 22.178-22.193):

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS AO MEIO AMBIENTE E À POPULAÇÃO LOCAL, SENTENÇA ORIUNDA DA JUSTIÇA DO EQUADOR. FRAUDE DA SENTENÇA ALIENÍGENA RECONHECIDA PELA JUSTIÇA NORTE-AMERICANA. CONFIGURAÇÃO DE OFENSA À ORDEM PÚBLICA. VEDAÇÃO. ART. 6º DA RESOLUÇÃO 9/2005-STJ. NÃO HOMOLOGAÇÃO.

1. A existência de decisão proferida pela Justiça norte-americana, no sentido de que a sentença estrangeira teria sido proferida mediante fraude, entre elas a corrupção do magistrado que proferiu o decisum homologando, leva à conclusão da existência de ofensa à ordem pública, apta a afastar a pretensão do pleito homologatório, nos moldes do art. 6º da Resolução nº 9/2005-STJ.

2. Parecer pela não homologação da sentença estrangeira contestada.

É o relatório.



ana Carolina Cas
tora Pública de
XXII F.º 243 Capital
inscripción CTRCBA I

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTRCBA N.º 8841

ana Carolina Cas
tora Pública de
XXII F.º 243 Capital
inscripción CTRCBA I

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATÍAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA GERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSÉ ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VÍCTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CLELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL GORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - DF002192A

Carolina
Traductora Pública de Portugués
Capital Federal/CABA
Inscripción N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 8841

Ana
Traductora
Mat. T.º
Insc.

Carolina
Traductora Pública de Portugués
Capital Federal/CABA
Inscripción N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031158

EMENTA

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. CONDENAÇÃO EM MONTANTE SUPERIOR A DEZOITO BILHÕES DE DÓLARES, SOB A ALEGAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS. AUSÊNCIA DE JURISDIÇÃO BRASILEIRA E DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Não há dúvida quanto à existência de coisa julgada e, até mesmo, a interposição dos recursos ordinários e extraordinários possíveis, não constituindo óbice, para a configuração do trânsito em julgado, o ajuizamento da ação extraordinária de proteção no âmbito do direito equatoriano.

2. Tampouco se verificou qualquer irregularidade na representação para o ajuizamento da presente ação de homologação da sentença estrangeira.

3. Em conformidade com o princípio da efetividade, todo pedido de homologação de sentença alienígena, por apresentar elementos transfronteiriços, demanda a imprescindível existência de algum ponto de conexão entre o exercício da jurisdição pelo Estado brasileiro e o caso concreto a ele submetido.

4. Na hipótese em julgamento, é certa a ausência de jurisdição brasileira - questão que é pressuposto necessário de todo e qualquer processo -, haja vista que: a) a Chevron Corporation, empresa norte-americana contra a qual foi proferida a sentença estrangeira, não se encontra situada em território nacional; b) a Chevron do Brasil, pessoa jurídica distinta da requerida e com patrimônio próprio, não integrou o polo passivo da lide originária; e c) não há nenhuma conexão entre o processo equatoriano e o Estado brasileiro.

5. Sentença estrangeira não homologada.

VOTO

Ana Carolina Casciaro
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243, Capital Federal/CABA
Inscripción CTFCBA N.º 8841

Carolina C
tra Pública
le F.º 243 Cap
pción CTFCB

Das
de l
ital t
4 N

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):

2. Este processo conta atualmente com mais de 24 mil folhas, sendo de bom alvitre iniciar com uma breve explanação do contexto histórico da demanda.

Narram os autores que a empresa norte-americana Chevron Corporation veio a incorporar e a suceder a Texaco Inc. que, por meio de sua subsidiária TexPet, explorou petróleo no Equador por 28 anos, causando gravíssimos danos ambientais decorrentes de catastrófica contaminação do lençol freático, dos cursos d'água, do solo, da flora e da fauna de extensa região, e, por conseguinte, vitimando uma população de cerca de 30.000 pessoas. Tais danos ensejaram a sentença homologada, mediante a qual houve a condenação da empresa em valor superior a 18 bilhões de dólares - posteriormente, reduzida pela metade, uma vez afastados os danos punitivos em sede de recurso de cassação.

Por sua vez, relata a Chevron que a Texaco Petroleum Company (TexPet) e a Gulf Ecuatoriana de Petróleo formaram consórcio para explorar petróleo no oriente do Equador, entre os anos de 1964 e 1992.

Em 1977, a Petroecuador, empresa estatal, tornou-se consorciada majoritária (62,5%), vindo a ser a única exploradora de petróleo na região após a extinção do consórcio, em 1992. Com o fim do consórcio, a TexPet e a República do Equador anuíram em realizar uma auditoria ambiental nos campos de exploração petrolífera, para avaliar a necessidade de remediação dos poços e piscinas da área de concessão.

Em 1995, a TexPet, a Petroecuador e o Governo do Equador - único legitimado a representar legalmente os interesses difusos e coletivos à época (art. 178 da extinta Constituição de 1978) - celebraram acordo de reparações ambientais e isenção de obrigações, tendo a TexPet assumido a responsabilidade por projetos específicos de despoluição e de reparação ambiental, proporcionais à sua participação no consórcio (despendendo cerca de US\$ 40.000.000,00) e, em contrapartida, nos termos do Memorando de Entendimentos de 1994 e de outros instrumentos celebrados entre as partes, ficaria isenta de todas as obrigações legais, contratuais e relativas ao referido impacto ambiental.

Em 1998, subscrevendo a "Acta Final", o Governo do Equador e a Petroecuador ratificaram e reconheceram o cumprimento de todas as obrigações previstas no acordo de 1995, razão pela qual liberaram a TexPet, a Texaco Petróleos del Ecuador S.A. e a Texaco Inc. de quaisquer responsabilidades decorrentes das atividades do Consórcio.

Ana
Traduc
Mat. T.º
Ins

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Casciano
de Portugués
de Federal/CABA
N.º 8841

Casciano
de Portugués
de Federal/CABA
N.º 8841

Tr
Ma

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, houve a celebração de acordos entre a TexPet e as Municipalidades em que se desenvolveram as atividades do consórcio, também visando à reparação de danos ambientais, tendo sido concedida à empresa petrolífera total quitação. Tais acordos foram homologados por autoridades judiciárias locais e continham cláusula prevendo que a transação surtiria o efeito de coisa julgada em última instância.

Ainda, a TexPet firmou acordo com a Província de Sucumbios, cujo fiel cumprimento ensejou a liberação dessa sociedade, em termos similares aos dos demais instrumentos celebrados com as Municipalidades e com o Governo do Equador.

Anteriormente, em novembro de 1993, nos Estados Unidos, foi ajuizada demanda coletiva por cidadãos equatorianos - o caso Aguinda -, pretendendo a indenização por danos causados pelas atividades do Consórcio no Equador, tendo o próprio Governo daquele país, na condição de *amicus curiae*, sustentado que os autores não teriam legitimidade para pleitear remediação ambiental em nome da coletividade. O feito foi extinto sem resolução do mérito em 2002, mas constou, na decisão, que a Texaco Inc. - e não a Chevron Corporation - deveria se submeter à jurisdição do Equador, foro mais conveniente para apreciar o pleito autorai, tendo em vista a necessidade de participação do Governo do Equador e da Petroecuador como partes no processo.

Acrescenta que os advogados do caso Aguinda celebraram compromisso - sem o conhecimento da Texaco -, perante notário público em Massachusetts, com o fim de que a indenização pretendida fosse paga exclusivamente pela empresa norte-americana e, em contrapartida, o Governo do Equador se comprometia a permitir a execução das medidas de saneamento necessárias.

Nesse contexto, com o apoio dos advogados equatorianos e americanos dos autores do caso Aguinda, foi promulgada no Equador, em 30 de julho de 1999, a Lei de Gestão Ambiental, que permitiu o ajuizamento de ações individuais, naquele país, para a tutela de direitos coletivos relativos ao meio ambiente e à saúde da população.

Com respaldo na referida lei ambiental, a ação de Lago Agrio foi ajuizada em 2003 - com efeito retroativo aos danos alegadamente causados até o ano de 1992 -, movida em face da Chevron Corporation, a qual, segundo alega, "nunca fizera parte do Consórcio, nunca explorou petróleo no Equador e nem sequer teve qualquer atividade naquele país" (fl. 925).

A escolha pela Chevron decorrerá da fusão, ocorrida em 2001, entre a sua subsidiária independente - a Keepep. Inc. - e a Texaco Inc.

A requerida traz excerto de decisão proferida pela Justiça norte-americana que certificou a ausência de fusão da Chevron com a Texaco, e que os requerentes não

Carolina Cas
ora Pública de
XII F.º 243 Capital
ipción CTPCBA !

Ana Carolina Casciano
Tractora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

An
duc
T.º
ins

Superior Tribunal de Justiça

apresentaram nenhuma prova em sentido contrário (fls. 19.972-19.973):

Os autos desse caso estabelecem, e esse Tribunal conclui, que não houve fusão da Chevron [Corporation] com a Texaco (...). Da mesma forma, o Tribunal mantém que (1) a Chevron [Corporation] não é obrigada por quaisquer das declarações feitas em [no Caso] Aguinda pela Texaco e usadas pelos réus em virtude de qualquer fusão e (2) os réus não estabeleceram nenhuma base para desconsiderar a existência corporativa separada da Texaco e atribuir as declarações [feitas] à Chevron [Corporation];

Ademais, assere que a Texaco Inc. continuou a existir na condição de subsidiária indireta, mas com personalidade própria e patrimônio independente, o que demonstra o equívoco dos autores quanto à legitimidade passiva *ad causam* da Chevron.

Segundo afirma, a ação de Lago Agrio fora "arquitetada" pelo advogado norte-americano Steven Donziger, que veio a ser o protagonista do documentário *Crude*, produzido a seu pedido para expor o caso. Tal documentário continha cenas que vieram a ser excluídas e, posteriormente, foram obtidas pela Chevron, por autorização judicial, em ação nos Estados Unidos. Essas cenas comprovam condutas ilícitas na condução do processo por Steven Donziger e sua equipe.

A operação fraudulenta, comandada pelo referido causídico, foi financiada por substanciais recursos de fundos de investimento estrangeiros (fl. 987).

Aduz que, no final de 2006, foi eleito, no Equador, o Presidente Rafael Correa, que, contrário ao capital estrangeiro e às empresas norte-americanas, influenciou até mesmo o Poder Judiciário, comprometendo sobremaneira a possibilidade de um resultado justo.

Afirma que, embora os advogados dos autores aleguem representar trinta mil indígenas, na verdade são apenas 48 autores, cujas assinaturas teriam sido, em boa parte, forçadas, a exemplo da autora que encabeça a lista - Maria Aguinda -, que assinara documentos para receber remédios gratuitos.

Os patronos dos autores teriam inicialmente falsificado até mesmo relatórios de seus próprios peritos, para poderem sustentar a alegação de contaminação dos locais de operação pela empresa. Cita, como exemplo, o Dr. Charles Calmbacher, *expert* norte-americano, que, em seu testemunho, asseverou que "nunca concluiu que a TexPet deixara de remediar qualquer local, nem que qualquer local representava risco de saúde ou ambiental" (fl. 20.031).

Noticia a requerente que, na ausência de provas da contaminação ambiental, o que foi confirmado pelas primeiras inspeções judiciais, os autores tentaram encerrá-las e substituir os vários peritos, de diversas especialidades, por um único "perito

Ani
Traduc
Mat. T.º
Insc

Blano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

C
Dre
XXI
Tip

Superior Tribunal de Justiça

global", tendo, para tanto, chantageado o Juiz German Yáñez, que nomeou então, para o cargo, o engenheiro Richard Cabrera.

Ainda, os autores contrataram empresa de consultoria em meio ambiente, a *Stratus Consulting*, para escrever anonimamente um relatório, indicando supostos danos ambientais no valor de 27 bilhões de dólares, para o que lhe pagaram cerca de um milhão de dólares. Tal relatório foi assinado pelo mencionado perito global - Richard Cabrera -, que fora secretamente contratado e subornado.

A Chevron afirma ter sido descoberta a minuta final do laudo Cabrera nos computadores dos advogados dos autores, anexada a *e-mails*, nos quais eles confirmam estar dando retoques finais antes de Cabrera o protocolar, sem alterações, no dia seguinte.

Em 2008, a *Stratus* emitiu e publicou comentários endossando o mencionado laudo, o qual ela própria redigira anteriormente, e atestando a independência e a imparcialidade da opinião do perito global.

Durante o curso da ação de Lago Agrio, com o fim de "evitar que os autores e seus advogados adotassem práticas abusivas em diversos países com o intuito de forçá-la a chegar a uma composição" (fl. 988), a Chevron propôs ação na Corte Federal do Distrito Sul de Nova Iorque - Ação de Nova Iorque -, além de outras várias demandas, em outras Cortes de diversos Estados norte-americanos, com vistas a produzir provas das práticas ilícitas dos autores (*discovery actions*).

Em 2010, quando os advogados equatorianos descobriram que um tribunal nos Estados Unidos havia autorizado a exibição de seus documentos confidenciais, demonstrando a cumplicidade com Cabrera, um deles escrevera para Steven Donziger que os efeitos seriam devastadores e todos eles poderiam ser presos.

Afirma ainda a requerida que nova fraude foi a seguir descoberta por especialistas: a própria sentença fora escrita anonimamente pelos advogados dos autores e assinada pelo Juiz equatoriano - Nicolas Zambrano - em 14 de fevereiro de 2011.

Em apertada síntese, esse foi o cenário em que prolatada a decisão homologanda, a qual condenou a Chevron Corporation ao pagamento de indenização correspondente a aproximadamente 30% do PIB do Equador em 2010 - mais de 18 bilhões de dólares -, assim discriminada (fl. 927):

Danos ambientais

- US\$ 5.396.160.000.00 (cinco bilhões, trezentos e noventa e seis milhões e cento e sessenta mil dólares) para remediação do solo;
- US\$ 600.000.000.00 (seiscentos milhões de dólares) para remediação dos lençóis freáticos;

Ana Carolina Cas
Pública de E
E.º 243 Capital
ón CTPCBA N

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

- US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares) para recuperação de espécies nativas;
- US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) por danos à cultura indígena;
- US\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de dólares) para a prestação de serviços de saúde;
- US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para a remediação da água potável da área; e
- US\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de dólares) para custeio de plano de saúde pelo "excesso de mortes por câncer".

Danos punitivos

- Danos punitivos equivalentes a 100% do valor total dos danos ambientais (US\$ 8.646.160.000,00), por suposta má-fé processual e enriquecimento ilícito, incontinenti, caso a CHEVRON CORPORATION não formulasse um pedido público de desculpas.

Prêmio aos autores

- 10% da condenação pelos danos ambientais (US\$ 864.616.000,00) como "prêmio" aos Autores previsto no art. 43, § 2º, da Lei de Gestão Ambiental.

Honorários advocatícios

- 0,10% do valor total da condenação (US\$ 18.156.936,00)

No mesmo ano em que proferida a decisão homologada - em 2011 -, a Chevron ajuizou ação na Corte Federal Norte-Americana, com fundamento na lei anticorrupção norte-americana (*Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act*), contra a equipe dos autores, visando a responsabilizá-la por atos ilícitos decorrentes de fraude e corrupção - Ação RICO, caso *Chevron vs. Donziger* (fls. 19.992-20.317).

No curso dessa ação, a *Stratus Consulting* se retratou, confessando ter sido contratada por Donziger - principal advogado americano dos autores -, para elaborar o laudo do perito Cabrera, o que constou na sentença, de cerca de 500 páginas, a qual expôs a engendrada rede de corrupção ocorrida na ação de Lago Agrio.

Alega que o Poder Judiciário do Equador se recusou a examinar substancialmente as alegações de fraude, uma vez que a Justiça dos Estados Unidos já iria analisar tais argumentos.

Por fim, a sentença RICO foi confirmada integralmente pelo Tribunal de Apelações dos EUA para o Segundo Circuito, em cujo acórdão constou que "os autos no caso presente revelam diversas ações corruptas cometidas pela equipe legal dos [Autores], incluindo coação, fraude e suborno, culminando na promessa ao Juiz Zambrano de [US]\$ 500.000 de uma sentença promulgada em favor dos [Autores]" (fl. 22.330).

Em paralelo, registra a requerente que, no ano de 2009, juntamente com a TexPet, deu início a processo arbitral em Haia contra a República do Equador, sob as regras da UNCITRAL - *United Nations Commissions on International Trade Law* -, em decorrência de violação, no curso da ação de Lago Agrio, aos contratos celebrados e ao

Ana
Traduct
Mat. T.º >
Insc

io
igués
WCASA
141

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCEA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

Tratado sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos entre a República do Equador e os Estados Unidos da América (de 27 de agosto de 1993), que estabelecia obrigações aos Estados parte e uma série de garantias ao investidor estrangeiro, entre as quais o direito de receber um tratamento justo e equitativo em eventuais disputas judiciais oriundas dos investimentos realizados.

Atendendo a pedido liminar das autoras, em 2011, o tribunal arbitral determinou ao Estado do Equador a adoção de todas as medidas disponíveis para suspender a execução, dentro e fora do Equador, de qualquer decisão contra a Chevron na ação de Lago Agrio.

Após a confirmação da sentença pelo Tribunal de Apelação no Equador, em 2012, a Chevron requereu ao Tribunal Arbitral de Haia a conversão da medida anterior em sentença arbitral passível de execução contra a República do Equador, cujo Presidente fora ouvido pelo Tribunal.

O tribunal arbitral proferiu nova decisão em favor da Chevron, em que confirmou e reemitiu a decisão anterior, para, ainda, determinar que o réu - por meio dos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo - adotasse medidas para impedir qualquer certificação que fizesse com que a sentença proferida no caso Lago Agrio fosse exequível contra a Chevron, ao tempo em que rejeitou o pedido feito pelo Estado do Equador para que cancelasse a primeira ordem de medida provisória, emitida em 2011.

Afirma a Chevron que tais ordens nunca foram cumpridas, sendo que os autores buscam a homologação da sentença no Canadá, na Argentina e no Brasil.

Por isso, o tribunal arbitral, em fevereiro de 2013, exarou novo provimento, no qual registrou que a República do Equador violou as decisões arbitrais anteriores, além de a ter intimado para apresentar as razões pelas quais entenderia não dever ressarcir a Chevron pelos prejuízos sofridos em decorrência da execução da sentença prolatada no caso Lago Agrio.

Em setembro de 2013, o tribunal arbitral exarou provimento sobre a primeira fase da arbitragem, tratando dos efeitos da transação e da quitação levadas a cabo no Equador, e concluiu que a transação impede a rediscussão, em juízo, de danos difusos associados à exploração petrolífera pela TexPet na região oriente do Equador.

Em 2013, a Corte Nacional de Justiça Equatoriana deu parcial provimento ao recurso de cassação interposto pela Chevron contra a decisão homologada, para suprimir da condenação a parte relativa aos danos punitivos estimados em 8,6 bilhões de dólares.

Dessa decisão, foi intentado o recurso nominado de ação de proteção

rolina Ca
Pública d
e 243 Capí
en CTCBA

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 8841

IN
TE
A

extraordinária ao Tribunal Constitucional do Equador, o qual foi admitido e se encontra pendente de julgamento.

3. Dos requisitos formais para a homologação

O Código de Processo Civil de 1973 estabelecia, nos arts. 483 e 484, normas propedêuticas acerca do instituto da homologação de sentença estrangeira, limitando-se a consignar que a sentença proferida por tribunal estrangeiro somente terá eficácia no Brasil após a devida homologação pelo órgão competente, outorgando ao regimento interno do tribunal competente a disciplina da homologação.

De outra parte, o novel Código de Processo Civil estabeleceu regras mais esmiuçadas sobre o instituto (arts. 960-965), prevendo, inclusive, os requisitos indispensáveis à homologação da decisão estrangeira:

- Art. 963. Constituem requisitos indispensáveis à homologação da decisão:
- I - ser proferida por autoridade competente;
 - II - ser precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia;
 - III - ser eficaz no país em que foi proferida;
 - IV - não ofender a coisa julgada brasileira;
 - V - estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado;
 - VI - não conter manifesta ofensa à ordem pública.

Outrossim, o novo CPC registra que "a homologação obedecerá ao que dispuserem os tratados em vigor no Brasil e o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça" (art. 960, § 2º).

Nessa esteira, os artigos 216-C e 216-D do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça estabelecem os requisitos para a homologação de sentença estrangeira, quais sejam: I - estar instruída com o original ou cópia autenticada da decisão homologanda, bem como de outros documentos indispensáveis, traduzidos por tradutor oficial ou juramentado no Brasil e chancelados pela autoridade consular brasileira competente; II - haver sido proferida por autoridade competente; III - terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; IV - ter transitado em julgado.

O art. 216-F do RISTJ dispõe, ainda, que não será homologada a sentença estrangeira que ofender a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, norma que tem alicerce legal no que dispõe o art. 17 da LINDB:

Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

3.1. De início, registre-se que consta, às fis. 297-487, 612-639, 659-678,

ano
rtugués
eral/CABA
8841

Ana
Traduct
Mat. T.º)
Insc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA/N.º 8841

ano
rtugués
eral/CABA
8841

Superior Tribunal de Justiça

697-704, cópia da sentença alienígena, autenticada pela autoridade consular brasileira, cuja tradução oficial se encontra às fls. 489-607, 641-657, 679-695, 708-712.

3.2. A citação no processo original ocorreu regularmente, o que se deduz do seguinte excerto da decisão estrangeira (fl. 490):

Citada legalmente a demandada, conforme consta dos autos, comparecem à audiência de conciliação (folhas 243 a 267) o Dr. Adolfo Callejas, na qualidade de Procurador Judicial da demandada, com seus advogados defensores, doutores Arturo Carvajal Salas, Enrique Carvajal Salas e Alberto Racines Enriquez, que dão contestação à demanda na forma ampla e detalhada e propõem as seguintes exceções, em sua ordem: [...]

3.3. No que tange ao trânsito em julgado, a requerida alega, em sua peça de defesa, a não ocorrência, tendo em vista a apresentação de recurso de cassação e de ação extraordinária de proteção, esta última ainda pendente de julgamento.

Contudo, entendendo estar devidamente caracterizada a ocorrência do trânsito em julgado.

Consoante lição de José Carlos Barbosa Moreira, na via homologatória, o trânsito em julgado é aferido a partir da ocorrência da coisa julgada formal, ou seja, da irrecorribilidade do provimento estrangeiro:

O pressuposto ora sob exame há de ser entendido como relativo à coisa julgada formal (irrecorribilidade da decisão). Não existe razão ponderável para que se reclame a existência de coisa julgada material: o de que se cuida é de admitir, no território do Estado de "importação", a produção de efeitos daquela determinada sentença; pouco importa que a matéria nela decidida possa ou não voltar a ser discutida noutro processo" (*Problemas e soluções em matéria de reconhecimento e execução de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros. In Temas de Direito Processual. São Paulo: Saraiva, Quarta Série, 1989, p. 273*).

Também é o escólio de Pontes de Miranda, ao tratar dos requisitos da sentença estrangeira:

d) Coisa julgada formal. É preciso que a sentença tenha passado em julgado (coisa julgada formal). Isso constitui pressuposto necessário e suficiente. Necessário, nenhuma sentença, de que cabe recurso no estrangeiro, pode pretender ser homologada; não se reconhece força ou efeito de cumprimento provisório a sentenças estrangeiras. **Outrossim, a existência de ação rescisória ou de ação de nulidade da sentença, no direito estrangeiro, não é óbice à homologação.** Não há execução interestatal provisória de sentenças; portanto, não há homologação de sentenças de que se possa interpor algum recurso, ou opor embargos, ou outro meio jurídico tido como recurso (*Comentários ao código de processo civil. Tomo VI, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 105*).

No ordenamento jurídico equatoriano, o recurso de cassação e a ação

rolina Cas
Pública de l
º 243 Capital
in CTPCBA N

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 2841

Superior Tribunal de Justiça

constitucional de proteção são apresentados perante a Corte Constitucional após o esgotamento de todos os recursos possíveis.

Em pesquisa ao sítio da Corte Nacional de Justicia do Equador (<http://www.cortenacional.gob.ec/cnj/index.php/2012-12-05-13-24-51/item/184-sistema-de-precedentes-jurisprudenciales-obligatorios>), consta a notícia de que a função primordial do Pleno deste órgão julgador é a de aperfeiçoar o sistema de precedentes jurisprudenciais obrigatórios, mediante a manifestação sobre o tema de direito sobre o qual houver três decisões proferidas, no mesmo sentido, pelas Salas Especializadas dos tribunais ou câmaras de segunda instância, sendo certo que, se ratificada a decisão de segunda instância, será declarada a existência de jurisprudência obrigatória, pacificando-se o ponto até então controvertido:

SISTEMA DE PRECEDENTES JURISPRUDENCIALES OBLIGATORIOS

A partir de la publicación de la Constitución de la República del Ecuador, se estructura un nuevo modelo de administración de justicia, en el cual la Corte Nacional de Justicia tiene como función primordial el "Desarrollar el sistema de precedentes jurisprudenciales fundamentado en los fallos de triple reiteración", para lo cual, las sentencias emitidas por las salas especializadas de la Corte Nacional de Justicia que refieren por tres ocasiones la misma opinión sobre un mismo punto de derecho, obligarán a remitir los fallos al Pleno de la Corte a fin de que éste delibere y decida en el plazo de sesenta días sobre su conformidad. Si en dicho plazo no se pronuncia, o si ratifica el criterio, esta opinión constituirá jurisprudencia obligatoria.

La resolución mediante la cual se declare la existencia de un precedente jurisprudencial contendrá únicamente el punto de derecho respecto del cual se ha producido la triple reiteración, el señalamiento de la fecha de los fallos y los datos de identificación del proceso; se publicará en el Registro Oficial a fin de que tenga efecto generalmente obligatorio.

No mesmo sítio, coíhe-se jurisprudência segundo a qual "a cassação é um recurso extraordinário que ataca a sentença de coisa julgada" (Sala de lo Civil, Mercantil de la Corte Nacional de Justicia (2012), <http://app.funcionjudicial.gob.ec/sipjur/#>, número da Resolução 0505-2012, Juízo 0841-2011).

No caso concreto, o recurso de cassação já foi apreciado, tendo reformado parcialmente a sentença condenatória, encontrando-se pendente de julgamento a ação constitucional de proteção - prevista no art. 94 da Constituição da República do Equador -, cabível contra "sentenças ou autos definitivos" e quando "esgotados os recursos ordinários e extraordinários".

Eis o teor do dispositivo:

Acción extraordinaria de protección

Art. 94.- La acción extraordinaria de protección procederá contra sentencias o autos definitivos en los que se haya violado por acción u omisión derechos reconocidos en la Constitución, y se interpondrá ante la

An:
Traduc
Mat. T.º
Ins:

10
ugués
CABA
341

Ana Carolina Gasciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243, Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justicia

Corte Constitucional. El recurso procederá cuando se hayan agotado los recursos ordinarios y extraordinarios dentro del término legal, a menos que la falta de interposición de estos recursos no fuera atribuible a la negligencia de la persona titular del derecho constitucional vulnerado.

Assim, ressoa estreme de dúvida a existência de coisa julgada e, até mesmo, a interposição dos recursos ordinários e extraordinários possíveis, não constituindo óbice, para a configuração do trânsito em julgado, o ajuizamento da ação extraordinária de proteção.

4. Nesse passo, prossigo com a análise dos demais pontos indicados na contestação.

4.1. Regularidade das procurações

A questão da regularidade processual resume-se a três pontos:

(a) a ausência da tradução e da chancela das procurações de fls. e-STJ 25-143 (fl. 912); (b) o advogado equatoriano, Pablo Fajardo, e, por conseguinte, os causídicos brasileiros não contariam com poderes específicos para ajuizar, em nome dos autores, ação de homologação estrangeira no Brasil, não podendo, aquele causídico, substabelecer poderes aos patronos brasileiros, por não ser inscrito na OAB (fls. 913-915); (c) os poderes delegados pelo advogado equatoriano aos procuradores brasileiros são insuficientes para a propositura da ação de homologação no Brasil (fls. 916-917).

Por sua vez, os requerentes, em réplica, asseveraram que juntaram aos autos todas as cópias e consularizações remanescentes, ao tempo em que defendem estar expressa na cláusula quarta, contida no instrumento de mandato, a outorga de poderes para a ação de homologação no Brasil. Acrescentam que "não se está diante de um substabelecimento, e sim da outorga de uma procuração, nos termos dos poderes concedidos ao Sr. Pablo Esteno Fajardo Mendoza pelos requerentes" (fl. 21.023). Requerem, caso se entenda de modo adverso, "a concessão de prazo para regularização dos instrumentos de mandato, pois, como se sabe, a mera irregularidade da representação legal não gera o indeferimento liminar do pedido de homologação, consoante precedentes trazidos aos autos pela própria requerida" (fl. 21.024).

Com efeito, verifico inexistir irregularidade na cadeia mandamental dos causídicos, uma vez que:

(a) a tradução e a chancela das procurações encontram-se às fls. 21.119-21.255, assim discriminadas em relação aos autores:

Maria Aguinda Salazar (fl. 21.242)
Carlos Grefa Huatatoa (fl. 21.242)
Catalina Antonia Aguinda Salazar (fl. 21.242)

ana Carolina Cas
Traductora Pública de
Español al Portugués
(Inscripción CTRCBA)

iii
it
24
c

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
al Español
Mat. T.º XVII E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTRCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

Lidia Alexandra Aguinada Aguinada (fl. 21.242)
Patricio Alberto Chimbo Yumbo (fl. 21.130)
Clide Ramiro Aguinada Aguinada (fl. 21.242)
Luis Armando Chimbo Yumbo (fl. 21.130)
Beatriz Mercedes Grefa Tanguila (fl. 21.242)
Lucio Enrique Grefa Tanguila (fl. 21.130)
Patricio Wuitson Aguinada Aguinada (fl. 21.242)
Celia Irene Viveros Cusangua (fl. 21.140)
Francisco Matias Alvarado Yumbo (fl. 21.141)
Francisco Alvarado Yumbo (fl. 21.141)
Olga Gloria Grefa Cerda (fl. 21.141)
Lorenzo Jose Alvarado Yumbo (fl. 21.141)
Narcisa Aina Tanguila Narvaez (fl. 21.140)
Bertha Antonia Yumbo Tanguila (fl. 21.141)
Gloria Lucrecia Tanguila Grefa (fl. 21.141)
Francisco Victor Tanguila Grefa (fl. 21.140)
Rosa Teresa Chimbo Tanguila (fl. 21.140)
Jose Gabriel Revelo Lore (fl. 21.242)
Maria Clelia Reascos Revelo (fl. 21.140)
Magdalena Rodriguez Barceñas (fl. 21.140)
Hugo Gerardo Camacho Naranjo (fl. 21.140)
Heleodoro Pataron Guaraca (fl. 21.140)
Luisa Delia Tanguila Narvaez (fl. 21.141)
Lourdes Beatriz Chimbo Tanguila (fl. 21.172)
Maria Hortencia Viveros Cusangua (fl. 21.141)
Segundo Angel Amanta Mifan (fl. 21.153)
Octavio Isamel Cordova Huanca (fl. 21.241)
Elias Roberto Piyahuaje Payahuaje (fl. 21.197)
Javier Piaguaje Payahuaje (fl. 21.197)
Daniel Carlos Lusitande Yaiguaje (fl. 21.197)
Benancio Fredy Chimbo Grefa (fl. 21.197)
Guillermo Vicente Payaguaje Lusitande (fl. 21.154)
Delfin Leonidas Payaguaje Payaguaje (fl. 21.197)
Alfredo Donald Payaguaje Payaguaje (fl. 21.197)
Teodoro Gonzalo Piaguaje Payaguaje (fl. 21.197)
Miguel Mario Payaguaje Payaguaje (fl. 21.197)
Fermin Piaguaje Payaguaje (fl. 21.154)
Reinaldo Lusitande Yaiguaje (fl. 21.242)
Luis Agustin Payaguaje Piaguaje (fl. 21.197)
Emilio Martin Lusitande Yaiguaje (fl. 21.197)
Simon Lusitande Yaiguaje (fl. 21.197)
Armando Wilfrido Piaguaje Payaguaje (fl. 21.196)
Angel Justino Piaguaje (fl. 21.120)

(b) os requerentes outorgaram procuração com poderes especiais ao advogado equatoriano, como se verifica na cláusula segunda, item quatro, de seguinte teor (fls. 21.122-21.127):

SEGUNDA - PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS

[...]

O outorgado, adicionalmente terá poder para tudo aquilo que a seguir se enumera, sem que a enumeração limite suas atribuições, pois, apenas as exemplifica.

ino
tugués
mat/CABA
1843

Trad
Mat. T.
h

An
Traduc
Mat. T.
his

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTRCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Quatro. - O outorgado ademais tem a faculdade de contratar e/ou subscrever todo tipo de acordo para instrumentar a contratação de todo tipo de consultoras, sejam estes profissionais do direito ou não, quer seja em modalidade de pagamento por hora ou honorários, ou ambos, nos termos e com as condições que julgar apropriados.

(c) por seu turno, o advogado equatoriano outorgou procuração aos patronos brasileiros para representarem os requerentes no Brasil. A cláusula terceira desse mandato estabelece a delegação de poderes para a realização de qualquer tipo de atuação em nome dos ora requerentes, perante todos os tribunais pátrios, apontando alguns atos, a título meramente exemplificativo (fls. 144-159):

Por meio do presente instrumento, o presente delega parcialmente, para ser exercido exclusivamente dentro dos limites da República Federativa do Brasil, a favor dos senhores advogados de nacionalidade brasileira Sergio Bermudes (...) para que estes conjunta ou individualmente compareçam em nome e representação das pessoas físicas e jurídicas identificadas nos parágrafos (b) e (c) da cláusula primeira, perante os Juizes ou Tribunais nacionais ou provinciais de qualquer fórum, jurisdição ou grau em todo o território da República Federativa do Brasil, incluindo a Corte Suprema de Justiça da Nação, para realizar qualquer tipo de atuação em nome dos mandantes, bem como também qualquer trâmite ou diligência que for necessário efetuar perante repartições públicas ou privadas. Com este propósito, o outorgante delega em sua maior extensão o poder que lhe foi conferido conforme as determinações indicadas na cláusula segunda do presente, estando os mandatários portanto plenamente facultados (*sem que esta enunciação seja limitativa, mas ao contrário somente exemplificativa*) para iniciar ou continuar juízos, transigir, comprometer pleitos em árbitros, desistir dos pleitos, absolver petições e exercer todos os direitos e faculdades processuais reconhecidas pela legislação processual do local no qual for executado o mandato (fls. 150-151).

Dessarte, verifica-se inexistir irregularidade na representação para o ajuizamento da presente ação de homologação da sentença estrangeira.

4.2. Jurisdição brasileira

A requerida aponta a ausência de jurisdição brasileira, uma vez que: a) não possui sede, filiais, sucursais, subsidiárias diretas nem bens no território nacional para satisfazer eventual - e improvável - execução, o que também afasta o interesse de agir dos autores; b) a Chevron Brasil Petróleo Ltda. é subsidiária direta da Chevron Amazonas LLC e da Chevron Latin America Marketing LCC, ambas subsidiárias de sétimo grau da ora requerida - Chevron Corporation, sendo inviável a supressão do princípio da personalidade jurídica; c) carece de eficácia no Equador a sentença que os requerentes pretendem homologar, haja vista que "um Tribunal Arbitral em Haia obrigou a República do Equador a adotar as medidas necessárias para evitar a execução da

Carolina C
ora Pública c
M F.º 243 Cap
ipción CTPCB:

Carolina Ca
a Pública de
F.º 243 Capita
ción CTPCBA

Aria Carolina Gasolano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 6841

Superior Tribunal de Justiça

sentença equatoriana dentro e fora do Equador, incluindo no Brasil".

No ponto, Nádia de Araujo, no parecer acostado aos autos pelos ora requerentes, afirma com propriedade que "...o pedido de homologação de uma sentença estrangeira configura uma ação própria. Sendo assim, deve observar as condições da ação judicial elencadas no CPC, que são: legitimidade, interesse de agir e possibilidade do pedido" (fl. 21.086).

Isso porque, a toda evidência, ligando-se ao direito material, as condições da ação são anteriores à instauração de todo e qualquer processo, o mesmo se aplicando, *mutatis mutandis*, aos pressupostos processuais relativos à jurisdição, os quais conferem investidura e competência ao órgão ao qual foi dirigida a demanda.

Assim, não sendo a homologação de sentença alienígena um fim em si mesma, mas sim o meio de se viabilizar a prática de atos materiais necessários à realização do direito reconhecido por outra soberania, faz-se mister perscrutar se a jurisdição brasileira pode e deve atuar no caso concreto, em conformidade com o princípio da efetividade, segundo o qual "a jurisdição de cada Estado está limitada a causas em que o exercício de seu poder possa ser útil e efetivo" (parecer da Professora Ada Pellegrini Grinóver, p. 14), ou seja, em que possa fazer valer a sua decisão, dentro das regras de competência internacional.

É o que se chama de jurisdição razoável, ligada ao postulado de que "todo caso com elementos transfronteiriços deve ser julgado por um juiz que tenha razoável conexão com o objeto dos litígios, pois esses casos em geral estão ligados a mais de uma ordem jurídica e será preciso definir qual delas é a competente" (ARAUJO, Nádia de. *Direito internacional privado*. São Paulo: Renovar, 2008, p. 218-219).

Afinal, nos dizeres do Ministro Athos Gusmão Carneiro, "o juiz brasileiro somente atua relativamente àquelas causas de alguma forma vinculadas a país estrangeiro, se houver possibilidade de tornar efetiva, de realmente fazer cumprir sua sentença" (*Jurisdição e competência*. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 52).

De fato, como bem adverte Humberto Theodoro Júnior, quanto a fatos ocorridos no estrangeiro e "fora das situações previstas nos arts. 88 a 90 da Lei Adjetiva, a hipótese é de *inexistência de jurisdição*" (JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 160).

Em suma, é imprescindível a existência de algum ponto de conexão entre o exercício do poder determinado pelo Estado e o caso concreto a ele submetido, para que se verifique a possibilidade de atuação da respectiva jurisdição.

É relevante notar que, nesta sede, as condições da ação devem ser

iano
Portugués
Capital/CABA
8841

ano
Portugués
Capital/CABA
8841

Trad
Mat. 1
y

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

verificadas nos limites do juízo de delibação e não da forma ampla como se procede em relação às ações ajuizadas originariamente no Brasil.

Assim é que, neste feito, de caráter meramente homologatório, não cabe perquirir acerca da ilegitimidade da Chevron Corporation para integrar o polo passivo da demanda originária, nem para averiguar a engenharia societária, que os requerentes alegam ter sido levada a cabo pela empresa petroleira, como justificativa para o ajuizamento da presente ação no Brasil.

Sem embargo da fundamentação expendida, creio que a análise acerca do interesse jurídico do Estado brasileiro, na homologação de sentença estrangeira - e, portanto, a liberação do exercício de sua jurisdição -, deve partir da verificação do pedido e da causa de pedir deduzidos na inicial, haja vista que qualquer indagação mais profunda esbarraria na solução de questão meritória do próprio litígio estrangeiro.

De fato, verifica-se que o pedido formulado pelos requerentes - cidadãos equatorianos - foi no sentido de homologar a presente decisão estrangeira, proferida contra Chevron Corporation S.A., antiga denominação da Chevron Texaco Corporation (fl. 11).

A causa de pedir consiste na condenação da requerida pela Corte equatoriana, em decorrência de grave dano ambiental, oriundo da exploração de petróleo pela Chevron Corporation, empresa petroleira de grande porte, constituída e sediada nos Estados Unidos da América, mas que também exerceria tais atividades em território nacional brasileiro - como, por exemplo, no Campo de Frade, no Estado do Rio de Janeiro -, e que se encontra situada na Avenida República do Chile, nesse mesmo estado.

Faz-se mister assinalar que, de fato, é incontroverso, nos autos, que o caso em julgamento não envolve partes brasileiras ou domiciliadas no país, tampouco a lide originária se refere a fatos ocorridos no Brasil, nem a sentença homologanda impõe qualquer obrigação a ser cumprida em território nacional.

O ponto de conexão, alegado pelos requerentes em sua réplica (fls. 21.019-21.061), para justificar o ajuizamento desta demanda homologatória no Poder Judiciário brasileiro, é justamente o fato de que a Chevron também atua na área de exploração de petróleo em território nacional, aqui possuindo bens.

Contudo, há de se registrar que não passou de mera e ligeira alegação, que, nos longos arrazoados, não contou com nenhuma tentativa de demonstração.

Consoante de dessume da certidão de fl. 730, a citação não pôde ser realizada no endereço fornecido na inicial, uma vez que lá se situava Chevron Brasil

r
a

Jés
ABA

t Carolina
dra Pública
XII E.º 2º B.º Ca.
Español CPPOt

Carolina Casciano
Polica de Portugués
Censal Federal CABA
C.º 4.º 6341

Superior Tribunal de Justiça

Petróleo Ltda., tendo sido informado, ao Sr. Oficial de Justiça, que Chevron Corporation tinha sede no Estado da Califórnia-EUA, não havendo ali nenhuma pessoa com poderes para receber citações em nome da destinatária. Foi-lhe noticiado, ainda, que a petroleira norte-americana não constava no Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SIMREM, no Governo do Estado do Rio de Janeiro, nem na Junta Comercial dos Estados de São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, conforme as cópias anexadas ao mandado (fls. 731-743).

Indicado novo endereço pelos requerentes (fl. 769), mais uma vez foi malograda a citação da Chevron Corporation em território nacional, uma vez que a pessoa, por eles apontada como representante da requerida - George Raymond Buck III -, não possuía tais poderes (fl. 781). Ainda, o Oficial de Justiça juntou aos autos documentos comprobatórios de que também não constava o nome da sociedade norte-americana nas Juntas Comerciais dos Estados de Alagoas, Amapá, Rondônia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe, Acre, Paraíba, Amazonas, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, Piauí, Espírito Santo, Tocantins e Paraná (fls. 785-845).

Com efeito, verifica-se que a citação ocorreu por carta rogatória, na sede da Chevron Corporation, no seguinte endereço: 6001 Bollinger Canyon Road, San Ramon, California, Estados Unidos da América (fls. 881-893).

Ressoa, pois, inequívoco que a Chevron Corporation não se encontra localizada no Brasil e que a pretensão veiculada obliquamente neste feito é o redirecionamento da execução para a Chevron Brasil Petróleo Ltda., que se apresenta como mera sociedade subsidiária indireta da ora requerida, alegadamente em sétimo grau.

Consoante cediço, sociedades subsidiárias são pessoas jurídicas com personalidade e patrimônio próprios e, por isso, via de regra, insuscetíveis de responsabilização por débitos imputados a outra sociedade do mesmo grupo econômico, ainda que da empresa controladora, sendo certo que:

[...] com as sociedades-filhas (subsidiárias) não se confundem às sucursais, filiais, agências, termos que, no nosso direito, são geralmente empregados como sinônimos para indicar a organização ou o estabelecimento que depende de outro, o principal, em regra situado fora da circunscrição política ou administrativa em que se encontra o último. A diferença essencial está em que as sociedades-filhas gozam de autonomia jurídica, de personalidade, enquanto que as agências, sucursais ou filiais são extensões da organização, sociedade ou empresa principal. (MIRANDA VALVERDE, Trajano. *Sociedades por Ações*. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, p. 399)

No mesmo sentido, o seguinte precedente da Segunda Seção, em que se

Ar
Tradu
Mat. T.
ins

sciano
Portugués
Federa/CABA
I.º 8841

Ana Carolina Casiano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII P.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTº CBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

afastou a possibilidade de empresa subsidiária vir a responder, com seu patrimônio, por dívidas de outra sociedade do mesmo grupo econômico:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA SUBSIDIÁRIA. AUSÊNCIA DE CONFLITO. MANUTENÇÃO DO JULGADO PELOS SEUS PRÓPRIOS TERMOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A execução trabalhista se voltou contra a empresa subsidiária integral daquela em recuperação, a qual, apesar de pertencer ao mesmo grupo econômico, possui patrimônio e personalidade jurídica distintas da recuperanda.

2. Em casos que tais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que se o patrimônio da falida não foi objeto de constrição no Juízo trabalhista, não se cogita de competência do juízo falimentar para execução do crédito reclamado.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada pelos agravantes capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 138.936/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/2015, DJe 27/11/2015)

É de se notar que, conquanto o procedimento de homologação não se confunda com a execução propriamente dita - situando-se em fase anterior -, é certo que seu efeito direto é possibilitar o cumprimento da sentença no território nacional, mormente em se tratando de condenação em valor estimado em cerca de 10 bilhões de dólares, em que a execução *stricto sensu* do provimento estrangeiro é o fim primordial da pretensão homologatória.

Ora, o ordenamento jurídico pátrio não autoriza o ajuizamento de ação executória em face daquele que não integrou o polo passivo da ação cognitiva (responsabilidade primária) ou em desfavor de quem não é o responsável legal pelo cumprimento da obrigação (responsabilidade secundária), nos termos do art. 568, I, c/c o art. 592 do CPC, sob pena de violação à coisa julgada, ao contraditório e ao devido processo legal.

Vicente Greco Filho, em obra memorável, pontua que a eleição do polo passivo da homologação deve ter como norte "as regras que definem os limites subjetivos da coisa julgada, mesmo porque, quanto a esta, não são diferentes as normas, seja a sentença estrangeira, seja a sentença nacional. Assim, [...] para a homologação devem ser citadas [...] apenas as partes do processo originário, porque a elas se aplica a força da coisa julgada [...]. (*Homologação de sentença estrangeira*. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 123-124).

C
M
X

Carolina Cas
e Pública de
I.F.º 243 Capital
ción CTPCBA N

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
I.F.º 243 Capital Federal/CADA
CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

Pontes de Miranda enfatiza a necessidade de se observarem os postulados do devido processo legal e do contraditório como requisito para a homologação da decisão alienígena, sob pena de nulidade:

Se a sentença estrangeira foi proferida sem que tivesse incluído na relação jurídica processual a pessoa contra quem se quer, no Brasil, a eficácia da sentença estrangeira [...], ofende princípio de ordem pública a homologação de tal decisão, ainda que o direito estrangeiro não a considere nula. (Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 1999, Tomo VI, p. 104)

Esposando o mesmo entendimento, Alexandre Câmara ressalta que:

Trata-se de requisito decorrente da garantia constitucional do contraditório, não se podendo admitir a homologação de sentença proferida em processo de que não participaram (ou não tiveram ao menos a oportunidade de participar) os sujeitos que estão submetidos aos efeitos da sentença homologada. É de dizer, afins, que a ausência de regular observância do contraditório impediria a homologação da sentença estrangeira pelo simples fato de ser tal provimento contrário à ordem pública brasileira. (Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007, p. 33-34).

No mesmo sentido, a jurisprudência da Casa interdita o intuito de responsabilização patrimonial de sociedade, que não participou da fase cognitiva do processo, tão somente pelo fato de ser ela integrante do mesmo grupo econômico da devedora:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ISS. LEGITIMIDADE PASSIVA. GRUPO ECONÔMICO. SOLIDARIEDADE. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES: AGRG NO ARESP 21.073/RS, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 26.10.2011 E AGRG NO AG 1.240.335/RS, REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJE 25.05.2011. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência dessa Corte firmou o entendimento de que o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico, por si só, não enseja a solidariedade passiva em execução fiscal.

2. Tendo o Tribunal de origem reconhecido a inexistência de solidariedade entre o banco e a empresa arrendadora, seria necessário o reexame de matéria fático-probatória para se chegar a conclusão diversa, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

3. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE GUAÍBA desprovido. (AgRg no Ag 1415293/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 21/09/2012)

Assim, penso que não se está ultrapassando o juízo de delibação característico da homologação de sentença, mas apenas reiterando a ausência de jurisdição no caso concreto - questão que é pressuposto necessário de todo e qualquer processo -, haja vista que: a) a Chevron Corporation, empresa norte-americana contra a

An:
Trabajo
Mat. I.º
Insc

no
lugués
re/CABA
841

Dr. Carolina Casciano
Prof. Pública de Portugués
• 243 Capital Federal/CABA
CTPCBA N.º 841

Superior Tribunal de Justiça

qual foi proferida a sentença estrangeira, não se encontra situada em território nacional; b) a Chevron do Brasil, pessoa jurídica distinta da requerida e com patrimônio próprio, não integrou o polo passivo da lide originária; e c) não há conexão entre o processo equatoriano e o Estado brasileiro, consoante fundamentação anterior.

Causa estranheza o fato de que os requerentes não instauraram processo homologatório nos Estados Unidos da América, onde a Chevron é sediada e, portanto, a jurisdição é evidente, tendo preferido fazê-lo em países que aparentemente não guardam relação com o feito equatoriano, tais como o Canadá e a Argentina, além do Brasil.

Isso provavelmente se deve ao fato de que várias ações de produção antecipada de provas foram ajuizadas pela Chevron nos Estados Unidos da América (*discovery actions*), tendo as respectivas decisões concluído pela existência de fraude na Ação do Lago Agrio. Foram elas proferidas pelo Juiz Federal: a) do Distrito Oeste da Carolina do Norte (fls. 4.424-4.454); b) do Distrito do Novo México (fls. 4.457-4.478); c) do Distrito Sul da Califórnia (fls. 4.479-4.487); d) do Distrito Sul de Nova York (fls. 4.671-4.733); e) do Distrito de Nova Jersey (fls. 4.584-4.613); f) da Seção Judiciária do Estado da Flórida (fls. 5.022-5.040).

Outrossim, vale mencionar a Ação RICO, em que a Corte Federal Norte-Americana proferiu sentença de quase 500 páginas a favor da Chevron Corporation, declarando que a sentença de Lago Agrio foi obtida por meios corruptos e que os representantes dos autores violaram a legislação norte-americana anticorrupção e demais leis federais que proíbem extorsão, fraude eletrônica, lavagem de dinheiro, manipulação de testemunhas, obstrução da justiça, pagamento de suborno e demais crimes (fl. 20.263). Tal sentença foi confirmada pelo Tribunal de Apelações em 8/8/2016 (fls. 22.344-22.581).

Aliás, neste ponto, o Tribunal canadense, examinando o mesmo pleito que ora é analisado, concluiu que "as ações (participações societárias da Chevron Canada) não são exigíveis para cumprir a sentença, uma vez que a sua detentora nominativa, a Chevron Canada Capital Company, não foi parte da sentença, nem é parte dessa ação" (fls. 17.142-17.143).

A inesquecível Ada Pellegrini Grinover, com sua costumeira precisão, foi no ponto (fl. 21.749):

E nem se argumente que o cumprimento poderia ser instaurado aqui, para a penhora de bens em outro Estado soberano: além das evidentes dificuldades operacionais e dos potenciais conflitos que daí poderiam resultar, estar-se-ia a usar o Judiciário brasileiro como uma espécie de "trampolim" para a atuação de outros Estados soberanos. Isso, para além dos argumentos já empregados, seria um desprestígio claro ao Judiciário brasileiro, a reforçar que ele não tem interesse jurídico em homologar a sentença estrangeira.

Carolina Ca
Pública de
F.º 243 Capital
en CTPCBA

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. F.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

Aliás, considerando-se o quanto até aqui exposto, se a sentença viesse a ser homologada, seria pertinente indagar: qual seria o juízo competente para a execução, considerando-se que a Consulente não possui sede ou bens no Brasil, e que a condenação não deve ser aqui cumprida? A "lacuna" legislativa não é à toa: não há regra para tal hipótese simplesmente porque, nesse caso, não há utilidade na intervenção do Estado brasileiro.

4.3. Outrossim, a ausência de jurisdição brasileira conduz necessariamente à falta de interesse processual dos requerentes.

Isso porque o interesse de agir se encontra vinculado à necessidade e à adequação da prestação jurisdicional, ou seja, quando a tutela tiver a potencialidade de trazer ao autor alguma utilidade, que não lhe seria outorgada sem a intervenção estatal, assim também quando for apta a satisfazer concretamente sua pretensão.

Aplicando tais conceitos ao procedimento homologatório, o interesse de agir estará presente sempre que "o provimento postulado seja apto e adequado a produzir algum resultado útil ao autor, proporcionando-lhe determinada vantagem em sua esfera subjetiva de direitos. É sempre bom lembrar que, em virtude da autonomia de que goza o juízo deliberatório, essa utilidade deve ser valorada à luz do procedimento pedido ao juiz no processo de homologação, não no processo estrangeiro já encerrado" (ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 108).

No caso concreto, consoante adrede expendido, não se verifica nem o interesse do Estado na prestação jurisdicional, nem o dos requerentes no ajuizamento da ação homologatória no Brasil, uma vez que, conforme ensina Vicente Greco Filho, ausente estará o interesse de agir "todá vez que se esteja diante de uma hipótese de falta de interesse para a execução" (*Op. Cit.*, p. 124).

5. Ante o exposto, não homologo a sentença estrangeira.

A cargo dos autores, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

É como voto.

PRO
Tugués
mat/CABA
8841

An.
Traduc
Mat. T.º
Insc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI N.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCEA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATEAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTILA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CILIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PAYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE

ST
F
F
L

Carolina Cas
L Pública de
F.º 243 Cambr
ión CTPCBA

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
AL T.º XII F.º 243 Cambr
ión CTPCBA N.º 6041

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (Relator):

Sra. Presidente, gostaria de adiantar meu voto porque tenho uma série de viagens pelo CNJ, o que, de certa forma, irá dificultar minha presença nas sessões da Corte Especial.

Como já participei do debate sobre a questão de ordem e como me permite o Regimento, sem nenhum desrespeito por quem pediu vista, mas apenas em razão da minha dificuldade na administração do tempo, peço licença para tanto.

Não me sensibiliza a alegação de que se trata de renúncia ao fundo de direito, o que necessitaria de poderes especiais do patrono, porque disso não se trata. O fundo de direito é matéria da sentença homologanda. Isso está lá, e não podemos aqui rescindir a sentença homologanda.

Parece-me que houve o uso de terminologia imprópria do advogado ao afirmar que renunciava à pretensão homologatória da sentença estrangeira. Renunciar à pretensão homologatória da sentença, em última análise, só pode ser renunciar ao processamento da ação homologatória. A rigor, está-se desistindo da homologação da sentença estrangeira.

Nesse ponto, meu entendimento coincide com o do Ministro Luis Felipe Salomão porque, revestido de jurisdicionalidade, o procedimento homologatório tem natureza de cognição, com o propósito de se adicionar a um título executividade no país onde homologado, no caso, o Brasil. Daí se dizer que há uma nacionalização do título judicial e essa homologação se dá – e todos nós sabemos – por questão de soberania, visto que jurisdição é a expressão da soberania do país, por isso as decisões judiciais alicénigenas necessitam de homologação.

O procedimento homologatório reveste-se, pois, da natureza de ação de cognição com o propósito de dar executividade à sentença estrangeira, razão pela qual entendo que a desistência desta ação necessita da aquiescência da parte *ex adversa*. No caso, não tendo havido essa aquiescência, **não há como acolher ou deferir o pedido, por isso o rejeito, seguindo o**

10
lugares
al/CABA
341

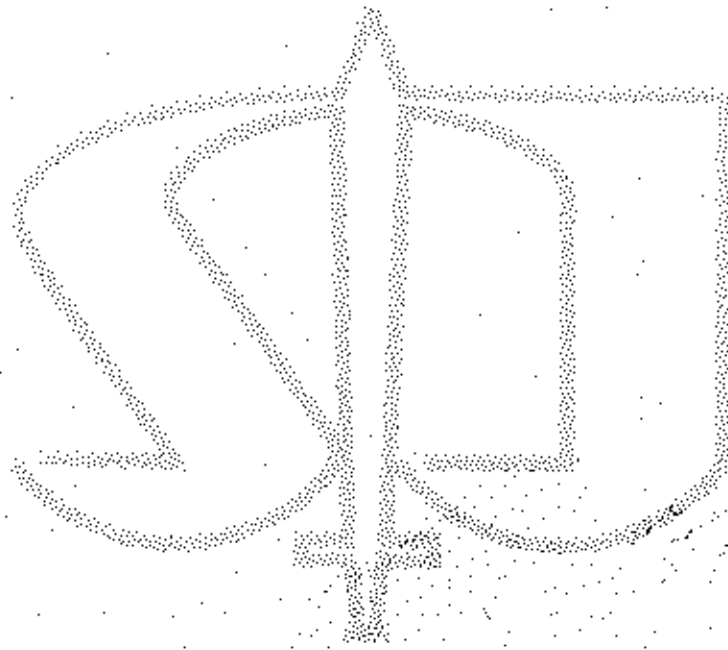
no
lugares
al/CABA
341

Ar
Tradu
Mat. T.
Inc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 1981 F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción C.T.P.C.B.A. N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

voto do Ministro Luis Felipe Salomão para determinar o prosseguimento da ação homologatória até a decisão final.



Carolina C
re Pública d
II F.º 243 Capil
ación GTPCB

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 513 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8941

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0081095-1

PROCESSO ELETRÔNICO

SEC 8.542 / EC

Número Origem: 201201282964

PAUTA: 20/09/2017

JULGADO: 20/09/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MÁRIZ MAIA**

Secretária

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUÁTATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO ILORE
REQUERENTE : MARIA CLELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELLA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA

Scianno
Portugués
Federal/CABA
J.º 8841

Ana C
Traductor:
Mat. T.º XVI
Inscrip

Ana Carolina Scianno
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XVI E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTFCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

possibilidade de **desistência** unilateral, pelos requerentes, do pedido de homologação da decisão estrangeira após a citação do requerido e sem a anuência deste (art. 485, §5º, do CPC/15), pois, como bem destacado por sua Exa., é igualmente conferido a parte adversa a legítima expectativa de obtenção de uma tutela jurisdicional de mérito.

Quanto à possibilidade de **renúncia** unilateral, porém, é necessário realizar uma breve digressão que se inicia com o exame da natureza jurídica da homologação da decisão estrangeira.

Nesse particular, destaca o e. Relator, ao se pronunciar pela impossibilidade de renúncia na hipótese, que *"a homologação consubstancia um pressuposto de eficácia da decisão alienígena em território nacional, objetivando apenas a sua posterior execução, o que denota o seu caráter meramente processual, sem correlação direta com o direito material veiculado na ação original"*.

Isso porque, prossegue sua Exa., a homologação limita *"o juízo exercido por esta Corte à mera delibação, que se restringe, via de regra, à verificação dos requisitos formais preconizados no ordenamento jurídico, com vistas a conferir a produção de efeitos jurídicos ao ato proveniente de outra jurisdição"*.

A despeito de a homologação da decisão estrangeira por esta Corte possuir, inegavelmente, uma marcante carga efícaia, as questões que se pretende examinar daqui em diante são as seguintes: (i) se o pronunciamento jurisdicional que homologa decisão estrangeira é composto exclusivamente pelo elemento efícaia; (ii) se o procedimento de homologação de decisão estrangeira possui características de litigiosidade; (iii) se a renúncia unilateral é compatível com o procedimento de homologação de decisão estrangeira; e (iv) se é sanável o vício consubstanciado no requerimento de renúncia sem a juntada de procuração com poderes específicos para essa finalidade.

olina Casé
ública de F
243 Capital F
CTPCBA N.

Ana Compañía Casclero
Ano Compañía Casclero
Pública de Portugal
L. T. e. 201 F. 243 Capital Federal
Institución CTPCBA N.º 881

Superior Tribunal de Justiça

Nesse aspecto, embora se reconheça a presença do elemento eficaz neste procedimento e, em especial, na decisão judicial que nele será proferida, não se pode olvidar que a pretensão homologatória é veiculada em uma ação (e o próprio art. 960 do CPC/15 reconhece que a homologação é requerida por meio de uma ação), de cognição e rito diferenciados, cuja característica essencial é a existência de autonomia em relação ao direito material concretizado no título que se pretende, ao final, validar em território nacional.

A esse respeito, leciona Danilo Knijnik, com base nos ensinamentos de Mario Miele e José Carlos Barbosa Moreira:

"A ação de homologação de sentença estrangeira - ou ação deliberatória, como também é denominada - consiste, a rigor, numa demanda "como especificação do direito geral de ação, autônoma tanto em relação à ação principal, como em relação à própria sentença estrangeira, esta última concebida como pressuposto e, ao mesmo tempo, objeto do acertamento requerido ao juiz", destinando-se, portanto, "à obtenção de um provimento constitutivo da eficácia da sentença estrangeira".

Presente tal autonomia, Miele assinala que "a legitimação para agir em deliberação pode competir a qualquer parte que tiver interesse em fazer valer os efeitos da sentença estrangeira", não ficando restrita, assim, à parte vitoriosa, sendo indevido, deste modo, distinguir, a esses efeitos, entre parte vitoriosa e sucumbente. É a lição, por igual, de Barbosa Moreira: "Aquele que requer a homologação de sentença alienígena propõe verdadeira ação naturalmente distinta quer da ação exercitada no Estado de origem, quer da eventualmente exercitável, com o mesmo fundamento e objeto desta, no Brasil".

A autonomia da ação deliberatória é ainda o que explica (i) a não-configuração de litispendência entre ação de reconhecimento, processo estrangeiro e demanda brasileira, bem como (ii) a impossibilidade de reexaminar-se, no juízo deliberatório, o mérito da decisão estrangeira, pois "o reexame de mérito, pelo qual se consente ao juiz requerido o poder de reexaminar os fatos da causa, já valorados pelo juiz de origem, nega a coisa julgada estrangeira, adotando o valor contrário de um novo julgado, em renovada cognição do foro sobre a controvérsia (...). Na dimensão processual, o reexame de mérito coloca-se, historicamente, como usurpação da jurisdição do juiz originário: reexaminando a decisão de mérito e pondo uma nova decisão do caso, o juiz do foro exercita uma competência que se sobrepõe e nega a do juiz de origem".

Fixadas tais premissas, para efeitos meramente didáticos, o objeto desta demanda comporta dois juízos, a rigor entrelaçados: de um lado e como etapa prévia inerente à cognição judicial aqui exercida, o juízo de conhecimento (ou

An
Traduc
Mat. T.º
Insc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

D
Igués
B/CABA
41

Superior Tribunal de Justiça

de mera certificação); de outro lado, o juízo de reconhecimento (ou deliberatório).

O primeiro diz respeito à atestação documental do ato jurídico qualificável como sentença estrangeira, envolvendo, basicamente, (i) a certificação da existência da sentença estrangeira (ii) e do respectivo trânsito em julgado; (iii) a exibição das consularizações e traduções pertinentes e (iv) a comprovação formal do ato citatório (ou da configuração da revelia). Como se observa, trata-se da comprovação documental do ato-sentença, não se cuidando, ainda, de decidir pela homologação ou não do decisum.

Vencida essa etapa e em relação de prejudicialidade, sobrevém o juízo deliberatório propriamente dito, por meio do qual se constituirá a eficácia da sentença estrangeira. Aqui, examina-se o mérito das questões sujeitas à cognição da Corte (as quais, conforme as objeções e exceções argüidas, poderão constituir ou não questões controvertidas), dentre as quais, por sua relevância, figuram as seguintes: (i) a verificação da competência internacional do tribunal estrangeiro; (ii) a conformação do decisum à ordem pública sob perspectiva material e (iii) sob perspectiva processual; (iv) a incorrência de fraude processual.

De plano, observa-se que a cognição, no caso, é limitada, mas não superficial. Se é certo que ao juízo deliberatório não compete reexaminar o mérito da decisão estrangeira, pelo menos duas questões podem interferir com a aparente neutralidade desta demanda: trata-se, precisamente, do juízo de conformidade à ordem pública e da assim chamada exceção de fraude processual. São temas que, sem dúvida alguma, instabilizam o juízo deliberatório, podendo assumir grande importância, justificando, por isso, um aprofundamento." (KNEJIK, Danilo. Reconhecimento da sentença estrangeira e tutela da ordem pública processual pelo juiz do foro; ou a verificação, pelo STJ, do "modo de ser" do processo estrangeiro. Revista de Processo: RePro, v. 33, n.º 156, fev. 2008, p. 66/67).

Assim, verifica-se, em primeiro lugar, que a decisão que homologa a decisão estrangeira tem conteúdo de mérito. Não se trata somente de pressuposto de eficácia para posterior execução da decisão estrangeira, porque há, na pretensão deduzida pelo requerente, uma carga adicional, seja de natureza declaratória ou constitutiva – e isso sequer é objeto deste exame que lhe é antecedente e que se formará a partir dos elementos fáticos e jurídicos colhidos nesta ação autônoma.

Evidentemente, a cognição desenvolvida na ação de homologação de decisão estrangeira é substancialmente distinta daquela que existe no procedimento comum, nos demais procedimentos especiais previstos no CPC/15

Carolina Ca
l Pública d
E.º 243 Ca-
ción CTP

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XVII,º 243 Capital Federal CABA
Inscripción CTECBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

ou na legislação extravagante, tendo como característica marcante a cognição horizontalmente mais limitada, diante da impossibilidade de esta Corte ingressar no mérito e no conteúdo da decisão que se pretende homologar.

Mas, como em todo e qualquer outra ação de conhecimento, haverá petição inicial, admite-se a concessão de tutela provisória, haverá citação para contestar, ainda que limitadas as matérias suscetíveis de arguição pelo requerido, poderá haver réplica, tréplica e, finalmente, atividade instrutória. Desta pretensão autônoma veiculada em uma ação igualmente divorciada da decisão que se pretende homologar e que se desenvolve por meio do encadeamento de atos processuais acima mencionados, somente pode se concluir que haverá uma decisão com conteúdo de mérito sobre a controvérsia.

O mérito desta ação de homologação, todavia, não diz respeito à decisão que se pretende seja internalizada e executada no Brasil, mas, sim, ao próprio direito autônomo de homologar a referida decisão em território nacional.

Dito de outra maneira, discute-se na fase cognitiva exclusivamente sobre a existência, ou não, do direito de homologar a decisão estrangeira no Brasil e, somente se este juízo inicial for positivo, é que se incorpora o pressuposto de eficácia, permitindo a executoriedade da decisão estrangeira em território nacional.

Tendo a controvérsia de mérito desta ação o conteúdo acima enunciado, não há como se negar que o ambiente da ação de homologação de decisão estrangeira é propício para a litigiosidade. Aliás, se a lide, na concepção carnelutiana, é conceituada como o "*conflito de interesses qualificado por pretensão de um e pela resistência de outro*", a hipótese sob exame é exemplo de como se pode atingir uma altíssima litigiosidade entre as partes neste procedimento.

Dessa forma, se há pretensão, se há ação, se há lide e se há processo, nada justificaria a inexistência ou até mesmo a proibição ao direito de renunciar à pretensão deduzida, que não diz respeito ao direito material reconhecido na

CTCSA

An
Traduc
Mat. T.º
Ine

lano
portugués
CTCSA

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 1001 F.º 293 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCSA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

decisão alienígena cujo pressuposto, inclusive, é a imutabilidade decorrente da coisa julgada, mas sim ao direito de homologar aquela decisão estrangeira no Brasil, desde que preenchidos os pressupostos existentes em nosso ordenamento jurídico.

É preciso destacar, ainda, que o art. 269, V, do CPC/73, afirmava haver resolução de mérito *"quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação"*, ao passo que o art. 487, III, "c", afirma que haverá resolução de mérito quando o juiz homologar *"a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção"*. A modificação legislativa não é meramente semântica, mas, ao revés, substancial, na medida em que se reconhece expressamente que também é possível a renúncia a um direito autônomo de índole processual, como, na hipótese, o direito de homologar a decisão estrangeira no Brasil.

Anote-se, finalmente, que o CPC/15 é um código francamente influenciado pela liberdade e pela autonomia da vontade das partes, havendo uma nítida amplificação não somente dos poderes negociais, mas também dos poderes de disposição, de modo que inadmitir a renúncia ao fundamento de que este ato seria incompatível com uma ação de conhecimento, de feição muito particular, mas ainda uma ação de conhecimento, contrariaria a nova legislação processual em sua essência.

Feitas essas considerações, não há porque não se admitir, ao menos em tese, a renúncia à pretensão homologatória de decisão estrangeira, advertindo-se desde logo que, diferentemente da desistência, a homologação da renúncia ao direito de homologar a decisão estrangeira no Brasil acarretará a impossibilidade de ajuizamento de nova ação de homologação desta mesma decisão estrangeira.

Dito isso, é preciso examinar ainda, para a solução da questão prévia sob análise, se a ausência de procuração com poderes específicos para renunciar, exigência expressa do art. 105 do CPC/15, deverá acarretar o imediato

Carolina Casci
s Pública de Pt
E.º 243 Capital Fe
ción CTPCBA N.º

Ana Carolina Casciano
Trafuctora Pública de Português
Mat. T.º XII E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

indeferimento do pedido ou se deverá ser oportunizado à parte o direito de sanar o vício.

Nesse aspecto, verifica-se que a sanabilidade dos atos processuais, em 1º grau de jurisdição (art. 352) ou nos tribunais (art. 938, §1º), é também uma premissa fundante do CPC/15, que busca, sempre que possível, a solução da controvérsia pelo mérito. No conceito de mérito, registre-se, enquadram-se não apenas as decisões típicas, em que se acolhe ou rejeita a pretensão autoral, mas também as atípicas, de que é exemplo aquela que homologa a renúncia à pretensão formulada.

Desse modo, se a parte requerente tenciona abdicar da solução estatal do conflito mediante a renúncia de seu direito (na hipótese, o direito de homologar, no Brasil, a decisão estrangeira que lhe foi favorável), está o julgador vinculado ao ato de disposição da parte, cumprindo-lhe, somente, examinar as questões de forma para proferir a decisão homologatória da renúncia.

Assim, sabendo-se que a primazia do mérito é princípio orientador do CPC/15 e havendo vício de natureza formal que potencialmente impede a homologação da renúncia da pretensão – como é a hipótese em exame, mera ausência de procuração com poderes específicos para renunciar – há um dever legal de conceder prazo razoável para a regularização ou para a sanção do vício.

Forte nessas razões, rogando a mais respeitosa vênia ao e. Relator, CONVERTO o julgamento em diligência, concedendo às requerentes o prazo de 15 (quinze) dias para a juntada aos autos de procuração com poderes específicos para renúncia, sob pena de indeferimento do pedido e prosseguimento do julgamento da ação de homologação de sentença estrangeira.

3
1
2

0
gués
4/CABA
11

Ana
Traductora
Mat. T.º XII
Inscrip.

Ana Carolina Cabiano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 881

**SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)
EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS. SENTENÇA HOMOLOGANDA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. FALTA DE INTERESSE.

1. A verificação "in concreto" da impossibilidade de que a sentença estrangeira homologanda possa vir a surtir efeitos jurídicos, em razão da inexecutibilidade de seu comando judicial face a ausência de domicílio do requerido e da inexistência de bens passíveis de ensejar o adimplemento do crédito, afasta o interesse de agir dos requerentes.
2. Pedido de homologação de sentença estrangeira contestada indeferido.

VOTO-VOGAL

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES: Senhora Ministra Presidente, Senhoras e Senhores Ministros, tomo por referência o acutíssimo voto proferido por Sua Excelência o Ministro Luís Felipe Salomão, para também eu concluir pelo indeferimento da pretensão homologatória.

De primordial, parece-me relevante destacar que a explanação de Sua Excelência leva em consideração dois aspectos dos quais é bastante unicamente a conclusão pela ausência de interesse de agir decorrente da impossibilidade eventual de adimplemento do crédito transcrito na sentença homologanda.

No caso concreto, bem demonstrado no voto do Em. Relator que a pretensão de homologação da sentença equatoriana tem relação com a finalidade de se dar cumprimento a uma bilionária indenização por danos ambientais praticados supostamente por uma divisão local da Chevron Corporation.

A leitura dos autos deixa evidente, contudo, que essa corporação estrangeira nunca teve pessoalmente negócios naquele país, nem, portanto, aparentemente tem relação com os danos perpetrados, muito menos se lhe atribuindo a responsabilidade pela sua composição.

Com efeito, verifica-se devidamente comprovado que houve no país de origem uma

6.
ABA

Trat
lat.

olina Ca:
ública de
243 Capital
CTPCBA

Apiz Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. 17 001 I. 243 Capital Federal
Inscripción CTPCBA N.º 282

Superior Tribunal de Justiça

intrincada relação comercial estabelecida entre a Texaco Petroleum Company, a TEXPET, e a Gulf Equatoriana de Petróleo S.A., de cujo consórcio veio a participar posteriormente a Petroecuador, uma empresa estatal a qual depois tomou o controle majoritário do consórcio.

Esse negócio, que remonta ao início da década de 1990, aparentemente resultou na perpetração de uma série de danos ambientais, de magnitude incomensurável, a partir disso a população afetada buscando a jurisdição em diversos países para tentar a reparação do prejuízo.

A questão que orienta o indeferimento do pedido de homologação baseia-se no fato de que a "participação" da Chevron nessa contenda surge apenas no ano de 2001, quando uma de suas subsidiárias, a Kcccep Incorporation, funde-se com a Texaco Incorporation, a partir de quando, então, esta última, embora tenha se tornado uma subsidiária da Chevron Corporation, não foi "descontinuada", isto é, não deixou pura e simplesmente de existir, antes, na verdade, subsistindo normalmente, inclusive com patrimônio e personalidade jurídica próprias.

Por outro lado, não bastasse a conclusão de que a Chevron Corporation não teve participação direta nos fatos que ensejaram o pedido de indenização, o problema está em que a Chevron Corporation é sociedade norte-americana constituída sob as leis daquele país e não tem sede, filial, agência nem sucursais no Brasil, tampouco havendo patrimônio com o qual possa responder a algum tipo de obrigação, isso comprovando-se inexoravelmente diante da circunstância de que teve ser citada por via de carta rogatória, conforme os documentos de e-STJ fls. 881/893.

Assim, levando-se em consideração o disposto no art. 12, "caput", do Decreto-Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), assim como o teor do art. 88 do CPC/1973, a falta de domicílio da requerida no Brasil, assim como a inexistência de bens, prejudicam, a meu sentir, o interesse de agir dos requerentes, porque não haverá utilidade nem proveito no provimento homologatório, como ressaltado na lapidar voto do Senhor Ministro Relator.

Diante do exposto, acompanho o Em. Ministro Relator para indeferir o pedido de homologação de sentença estrangeira contestada.

1.1
10
01
11

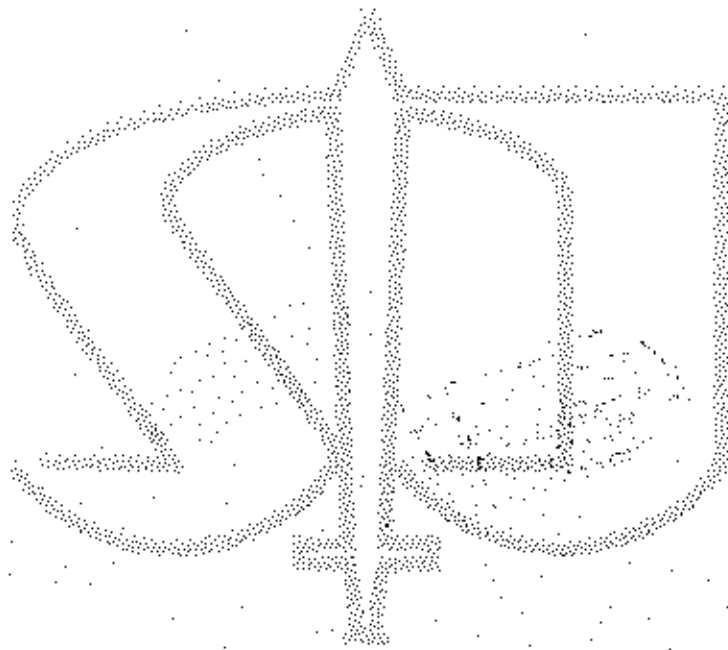
INO
tugués
bra/CASA
1841

An:
Traduc
Mat. T.º
Insc

Ana Carolina Caetano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 101 E.º 243 Casa Federal/CASA
Inscripción Nº 2841

Superior Tribunal de Justiça

É o voto.



1000

Caroline
Pública
F.º 243 C
ión CTE

Carolina Casciano
Pública de Portugués
F.º 243 Capital Federal/CABA
CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GEORJA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE

Ar
Tradu-
Mat. T.º
Ine

Isclano
a Portuguesã
si Federaçã
N.º 8541

Ana Carolina Casciano
Tradutora Pública de Português
Mat. T.º XII T.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 8541

Superior Tribunal de Justiça

REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

VOTO-PRELIMINAR

O SR. MINISTRO BENEDITO GONÇALVES: Senhora Presidente, na Corte, as duas posições, a do Relator e a da Ministra Nancy Andrichi, em seu voto-vista, trazem fundamentações sólidas e merecem reflexões.

A Ministra Nancy Andrichi, de modo legítimo, com vistas à ampla defesa e ao contraditório, sustenta a dilação do prazo em mais 15 dias para a parte que não tem poder para renunciar.

Por sua vez, as razões adotadas pelo nobre Relator também se me mostram bastante pertinentes.

Como já foi assentado, está é a primeira vez que esta Corte se debruça dessa forma neste tema.

De toda forma, entendo que o prazo de 5 anos, como colocado pelo relator, revela razoabilidade.

Nesse passo, com a *data maxima venia* da Ministra Nancy Andrichi, entendo mais razoável acompanhar o senhor Ministro Relator.

AS
a l
at
N

Carolina Casciano
a Pública de Port
F.º 243 Capital Fede
ción CTPCBA N.º 8

Carolina Casciano
a Pública de Portugués
F.º 243 Capital Federal/CABA
CTPCBA N.º 8041

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 6.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CLELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE

10
igués
IVCABA
41

és
ABA

Ar
Traduc
Mat. T.º
Insi

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal
Inscripción OIPCBA N.º 6661

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) -
DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

VOTO

(MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO)

1. Senhora Presidente, ouvi atentamente as razões apresentadas pelo Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO e também pela Ministra NANCY ANDRIGHI. Em minha percepção, são duas posições jurídicas altamente consistentes, defensáveis e seguras.

2. O Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO não usou a expressão *resqúicio privatístico* para imaginar que a ação que alguém propõe permanece durante seu trâmite ao alcance de uma decisão posterior de desistência ou de renúncia, ou mesmo algum tipo de alteração. Talvez, essa visão fosse mais compatível ao tempo em que o processo era visto como duelo entre as partes. Agora, não é mais.

3. Há várias ações que não comportam desistência. Cito só as mais conhecidas, por exemplo, as ações de controle concentrado: proposta a ação, tem-se que ir até o fim.

4. Penso, Senhora Presidente, que, no caso em questão, estamos diante de uma ação dessa espécie, que envolve uma manifestação da soberania brasileira a propósito de um assunto irrelevante, e que foi apresentado a um Tribunal competente para apreciar o pedido. Eu entendo, em feito isso, que não está mais à disposição do pedido do peticionário ou do postulante desistir, porque, senão, poderia parecer um certo vai-e-vem tangido pelo interesse privado; e essa matéria, a meu ver, deve ser vista de outro ângulo.

5. Reconheço e respeito profundamente a posição da

T
C
P
C

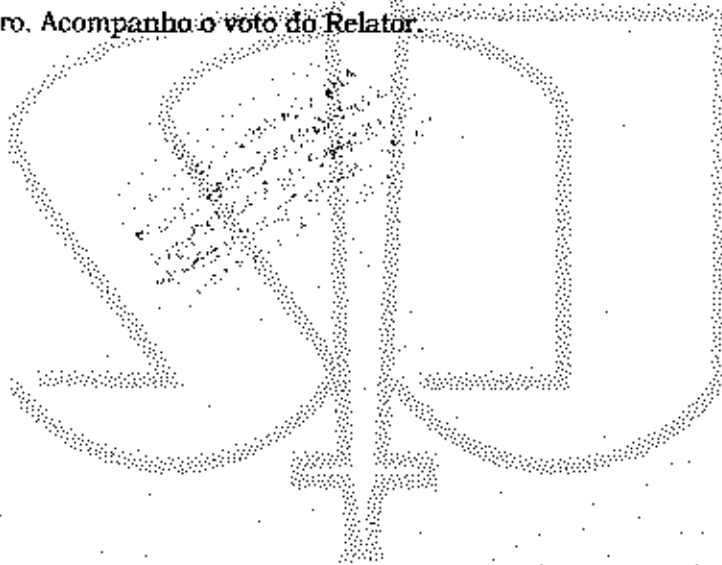
Carolina
a Pública
F.º 243 Ca
Juan CTPC

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

Ministra NANCY ANDRIGHI, que expressa o pensamento ideológico que Sua Excelência professa. Sua Excelência é da Turma e da Seção do Direito Privado, onde pontifica com sabedoria e equilíbrio. E essa visão da desistibilidade é compatível com a visão que Sua Excelência tem do mundo do processo, do mundo do Direito e com o mundo das ideias.

6. Homenageando a Ministra NANCY ANDRIGHI, peço-lhe respeitosamente todas as vênias para acompanhar o voto do Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, por se tratar, ao meu ver, de um tipo de ação que não comporta desistência, ao lado de muitas outras que existem o Direito Brasileiro. Acompanho o voto do Relator.



1.º

sciano
Portugués
Federal/CASA
1.º 5847

Ana Carolina Casciari
Instructora Pública de Portugués
Dist. 1.º 308 F.º 243 Capital Federal/CU
Inscripción CTPCBA N.º 663

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

VOTO-VOGAL

O SR. MINISTRO OG FERNANDES: Senhora Presidente, trago outras considerações em relação ao debate.

Observo que o tema abordado neste julgamento não é frequente entre as decisões desta Corte Especial. A exemplo do que os demais Ministros disseram, a questão é atraente e permite visões distintas e até, em alguns aspectos, diametralmente opostas.

É verdade que há duas decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, à época em que era competente para deliberar acerca do assunto, as quais asseguravam a disponibilidade do Direito aqui em tratamento: a desistência do processamento da SEC.

São dois casos no sentido da disponibilidade: um da relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, que é mais recente (SEC 5.404), e outro anterior, de relatoria do Ministro Bilac Pinto, ainda no ano de 1976.

O direito de pedir homologação de sentença estrangeira é estendido a todas as partes que integraram o processo no qual a decisão foi proferida. Trata-se, portanto, de um direito bilateral. A meu ver, a manifestação de renúncia à pretensão de homologação de sentença estrangeira não pode ser formulada à iniciativa de apenas um dos interessados, porque implicaria supressão do direito das demais partes, muito menos gerar coisa julgada (a ponto de impedir que outros indivíduos alcançados pela sentença pudessem renovar a pretensão).

Anoto, ainda, que o processo de homologação de sentença estrangeira visa tutelar a soberania do Estado brasileiro, interesse que está acima daquele defendido pelas partes. Não é à toa que uma das hipóteses de indeferimento da SEC se refere à violação do interesse público.

Nessa senda, penso, outrossim, que tal processo homologatório não pode se submeter às conveniências particulares dos interessados, tendo em vista tratar-se de um processo político, associado à preservação do Estado e de todo o seu manancial jurídico.

Ar
Tradu
Mat. I.º
Ins

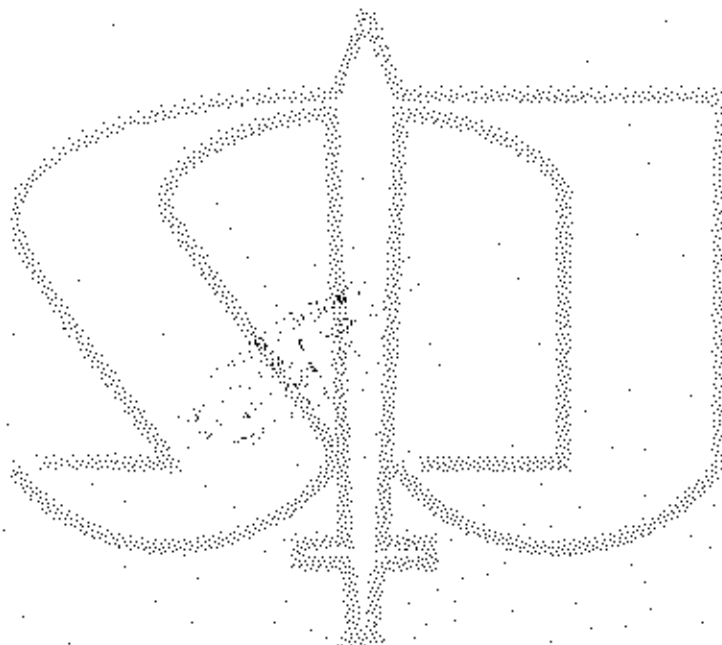
Carolina Casciano
Profesora Pública de Portugués
Mat. I.º XII L.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTFCBA N.º 8541

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, ao renunciar a esse direito, a parte estaria subtraindo do Estado mecanismos de controle de sua soberania e, igualmente, de credibilidade internacional, a considerar a existência de tratados e demais documentos internacionais a que o Brasil se vincula.

Logo, há confluência de interesses jurídicos internos e internacionais.

De forma que, permitindo-me fazer essas considerações a respeito do tema, acompanho o voto do em. Ministro Relator.



Carolina Ca
a Pública de
F.º 243 Capital
ción CTPCBA :

A Carolina Casciano
Inductora Pública de Portugués
Mt. 7.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0081095-1

PROCESSO ELETRÔNICO

SEC 8.542 / EC

Número Origem: 201201282964

PAUTA: 20/09/2017

JULGADO: 04/10/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA**

Secretária

Bela. **VANIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WUIH SON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUIA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LORE
REQUERENTE : MARIA CELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUIA

Ar
Tradu
Mat. T.º
Ins

Y
F
T
J

INO
tugués
sra/CABA
1841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPOBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMLIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAKHUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SÉRGIO BERMÚDEZ E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MÁRCUNDES LABOISSIERE CAMARGOS E OUTRO(S) -
DF031156

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

SUSTENTAÇÃO ORAL

Estiveram presentes à sessão o Dr. André Silveira, pelos requerentes, e os Drs. Celso Cintra Mori e Carlos Mário da Silva Velloso, pela requerida, tendo a sustentação oral sido diferida para a sessão do dia 18/10/2017.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Proseguindo no julgamento, após o voto-vista da Sra. Ministra Nancy Andriighi divergindo do Sr. Ministro Relator e, preliminarmente, convertendo o julgamento em diligência para conceder aos requerentes o prazo de 15 dias para juntada aos autos de procuração com poderes específicos para renúncia, no que foi acompanhada pelos Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo e Herman Benjamin, e os votos dos Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Og Fernandes acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por maioria, indeferiu o pedido de renúncia, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, e adiou a continuação do julgamento para a próxima sessão.

Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator. Vencida a Sra. Ministra Nancy Andriighi e os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo e Herman Benjamin.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer e João Otávio de Noronha.

Carolina Casciano
Municipalidad Pública de Porto Alegre
F.º 243 Capital Federal
Inscripción CIPCBA N.º

TC
U\$
al
34

Carolina Casciano
Municipalidad Pública de Porto Alegre
F.º 243 Capital Federal
Inscripción CIPCBA N.º

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WUTLSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATTIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCINES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE

Ar
Tradu
Mat. T.º
Ins

Jés
ABA

A

re
at

Carolina Cascares
Biblioteca Pública de Peñíscola
C/ San Juan, 243 Peñíscola (Balears)
Tel. 971 42 24 41 - CTFCBA 112 2441

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA:

Sra. Presidente, reiterando meu comportamento das últimas sessões, peço vênia para antecipar meu voto, tendo em vista que minha atuação no CNJ tem-me obrigado a faltar às sessões da Corte Especial em face de compromissos lá assumidos que devem ser cumpridos pessoalmente.

Parabenizo o Ministro Luis Felipe Salomão pelo exaustivo voto, que analisou as questões por diversos ângulos.

Penso, no entanto, e em conformidade com o Ministro Herman Benjamin, que o fundamento da carência de jurisdição é suficiente para rejeitarmos a homologação, porque a sentença, evidentemente, não será executada, e aqui não precisará produzir eficácia, o que só afasta a possibilidade de homologação.

No que tange à mencionada decisão da Justiça americana, trago à baila o entendimento contido em recente precedente (SEC n. 9.412/US) citado na tribuna por vários e hoje pelo Ministro Carlos Mário da Silva Velloso: não temos comprometimento algum com a Justiça americana ou com a Justiça de qualquer outro país. Nesse precedente, conhecido como "caso Abengoa", havia uma decisão do juiz norte-americano afastando a suspeição do árbitro e presidente do tribunal e afirmando a validade da sentença arbitral.

A Corte Especial, seguindo o voto divergente por mim proferido, refutou esse posicionamento da Justiça americana, entendendo que, à luz do direito brasileiro, as hipóteses ali arroladas configuravam casos típicos de suspeição e, portanto, impediam o árbitro de proferir julgamento ou de participar da decisão. Embora a Justiça americana tenha procurado validar a sentença, nós não tivemos nenhum comprometimento com sua decisão. Isso por uma razão simples: a Corte, na homologação, é soberana.

O Ministério Público opinou pela não homologação em virtude da existência de decisão da Justiça americana no sentido de que a sentença equatoriana teria sido proferida mediante fraude. Esse, porém, não é o fundamento para acolhermos a homologação – por

Carolina Cas
a Pública d
F.º 243 Cap
96n CTPCBA

Carolina Casciano
a Pública de Português
F.º 243 Capital Federal/CAU
CTPCBA N.º 8641

Superior Tribunal de Justiça

simples decisão da Justiça americana –, conforme as razões que aqui acabo de alinhar.

Entendo que o primeiro fundamento – o de ausência de jurisdição –, por si só, torna prejudicados todos os demais, pois, se não há sequer jurisdição, não é preciso avançar no mérito: é uma relação de prejudicialidade. Se a sentença estrangeira não tem condição de ser executada, porque a ação nem inicialmente poderia ser aqui julgada e, se julgada fosse, não poderia ser homologada, porque não vai produzir efeito, não há o que executar no Brasil.

Se surgir um interesse futuro pela abertura de uma empresa, de uma concessionária ou pela chegada da Chevron no Brasil, aí haverá um interesse superveniente, mas, neste momento, não existe interesse algum, de modo que não devemos avançar na análise do mérito. Aliás, se buscarem as notas taquigráficas, verão que eu já havia afirmado isso quando discutimos a questão de ordem. Disse que não homologaria principalmente pela ausência de jurisdição.

Ante o exposto, **acompanho o relator na sua conclusão, mas com base tão somente na ausência de jurisdição**, que, no meu entender, por ser uma questão prejudicial, impede nossa manifestação sobre os demais aspectos, até porque ditas manifestações, uma vez acolhida a preliminar de carência de jurisdição, só poderão figurar no texto do acórdão como *obiter dictum*. **Quanto aos demais fundamentos, considero desnecessário seu exame por esta Corte, já que o primeiro deles é suficiente para negarmos a homologação.**

iano
ortugués
leral/CABA
1 8841

Aná
Traducir
Mat. T.º X
Inscri

20
P.
3.
ón

olina/Casciano
ública de Portués
243 Capital Federal/CABA
CABA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0081095-1

PROCESSO ELETRÔNICO

SEC 8.542 / EC

Número Origem: 201201282964

PAUTA: 18/10/2017

JULGADO: 18/10/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro: **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITIA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MÁRIZ MALA**

Secretária

Bcia. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATUCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LEDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CUELLA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA

rolina Cascio
Pública de P
243 Capital F
CTPCBA N.º

rolina Casciano
Pública de Portugués
243 Capital Federal
CTPCBA N.º 243

Superior Tribunal de Justiça

REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELLAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MACCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E OUTRO(S) -
DF031156

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

SUSTENTAÇÃO ORAL

Sustentaram oralmente o Dr. Sérgio Bermudez, pelos requerentes, e os Drs. Celso Cintra Mori e Carlos Mário da Silva Velloso, pela requerida.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator indeferindo o pedido de homologação de sentença, no que foi acompanhado pelo voto antecipado do Sr. Ministro João Otávio de Noronha, apenas quanto ao fundamento de ausência de jurisdição, pediu vista antecipada a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Aguardam os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi e Og Fernandes.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

Ana C
Traductora
Mat. T.º XXII
Inscripción

ues
CABA

U
d
w
d
w

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal (CABA)
Inscripción CTRCBA N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA HUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CECILIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE

Alina Casco
Biblioteca de P
243 Capital
CTPCBA N°

Al
C
B
P

Alina Casco
Biblioteca de P
243 Capital
CTPCBA N°

Superior Tribunal de Justiça

REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) -
DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E
OUTRO(S) - DF031156

VOTO-VISTA

A EXMA. SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI:

Cuida-se de ação de homologação de sentença estrangeira contestada, ajuizada por MARIA AGUINDA SALAZAR e OUTROS em face de CHEVRON CORPORATION, em que se pretende a homologação de sentença proferida em ação indenizatória por danos ambientais transitada em julgado no Equador.

Voto do Relator, Min. Luis Felipe Salomão: julgou improcedente o pedido, para o fim de não homologar a sentença estrangeira, especialmente sob os seguintes fundamentos: (i) inexistiria jurisdição brasileira, uma vez que o conflito não envolveria partes brasileiras ou domiciliadas no país, os fatos não ocorreram no Brasil e a sentença não estabeleceu nenhuma obrigação a ser cumprida no país, de modo que a nem mesmo a existência, no Brasil, de pessoas jurídicas de alguma maneira vinculadas à Chevron Corporation atrairia a jurisdição brasileira, não podendo a Chevron Brasil Petróleo Ltda., que não foi parte da ação indenizatória sentenciada no Equador, sofrer os efeitos da condenação; (ii) em virtude da ausência de jurisdição brasileira, não haveria interesse processual dos requerentes, uma vez que de nenhuma utilidade seria a homologação da decisão equatoriana no Brasil; (iii) existiriam fundadas suspeitas de fraude processual e corrupção, que impediriam a homologação sob as perspectivas de ofensa aos bons costumes e à ordem pública nacional.

2
gués
/CABA
1:

Ana C
Traductore
Mat. T.º XXII
Inscripci

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII, n.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 6241

Superior Tribunal de Justiça

Revisados os fatos, decide-se.

Inicialmente, analisa-se a questão relacionada a existência de elementos que revelariam a suspeita de **fraude processual** e de **corrupção** no processo judicial que culminou na prolação da sentença que se pretende homologar no Brasil.

Nesse sentido, verifica-se que as atividades cognitiva e instrutória empreendidas pelo e. Relator foram, respectivamente, profundas e exaurientes, quase se assemelhando às atividades desenvolvidas em uma ação de conhecimento pelo procedimento comum, o que excede o juízo de delibação a que está vinculado este Superior Tribunal de Justiça nas ações de homologação de sentença estrangeira.

Como destacado pelo e. Relator em voto sobre a questão prévia relacionada à possibilidade de renúncia à pretensão homologatória, há limite no *“juízo exercido por esta Corte à mera delibação, que se restringe, via de regra, à verificação dos requisitos formais preconizados no ordenamento jurídico, com vistas a conferir a produção de efeitos jurídicos ao ato proveniente de outra jurisdição”*.

Não há dúvida de que devem ser exercidas atividades cognitiva e instrutória nesta singular espécie de ação, porém não se revela adequado que esta Corte promova o reexame dos fundamentos de fato e de direito que levaram à condenação da Chevron Corporation no Equador e, inclusive, que emita juízos de valor sobre o conteúdo da decisão judicial que se formou no estrangeiro e que se pretende homologar no Brasil, sobretudo sob as gravíssimas imputações de que teria havido fraude processual e corrupção.

Além disso, anote-se que a conclusão do e. Relator é de que existiriam somente indícios da existência de fraude processual e de corrupção

olina Ca
blica de
243 Capite
CTPCBA s

Ara Carolina Casciano
Instituto Público de Portugués
190, 1.º Xil F.º 243 Capital Federal/CABA
Instituto CTPCBA N.º 8041

Superior Tribunal de Justiça

ocorrida na tramitação da ação judicial no Equador, o que tornaria ainda mais temerário negar a homologação da decisão estrangeira no Brasil por esse fundamento, sobretudo porque tais circunstâncias sequer foram examinadas e decididas pelo Poder Judiciário equatoriano, mas, sim, pela Justiça estadunidense.

Dessa forma, as ilegalidades apenas hipoteticamente existentes no processo judicial transitado em julgado no Equador não podem ser consideradas óbices à homologação da sentença estrangeira no Brasil, que, reitero-se, não está autorizado a valorar o conteúdo da decisão judicial que se pretende homologar.

Não há que se falar, ainda, em ausência de **interesse processual** das requerentes.

Nesse contexto, verifica-se que a presença das condições de ação é examinada a partir da narrativa fática e dos elementos de prova apresentados com a petição inicial, isto é, a aferição ocorre sempre *in status assertionis*.

Tendo em mira essa premissa, não se vislumbra, a partir da petição inicial da ação de homologação de sentença estrangeira ajuizada pelos requerentes, a inexistência de **interesse processual** em tese, tendo em vista que a ausência de **jurisdição brasileira**, fundamento alegado pelo e. Relator para concluir pela ausência dessa condição de procedibilidade, é uma questão que decorre exclusivamente do exame do próprio mérito da ação homologatória – ou seja, diz respeito a existência ou não do direito autônomo de homologar a referida decisão em território nacional.

Entretanto, no tocante ao fundamento de **inexistência da jurisdição brasileira** como causa para a não homologação da sentença estrangeira proferida no Equador, é preciso tecer algumas considerações adicionais.

Inicialmente, como destacado no voto do e. Relator, o conflito que originou a ação indenizatória e a posterior sentença condenatória proferida em desfavor da Chevron Corporation não envolve partes brasileiras ou partes domiciliadas no país, tampouco está assentada em fatos ou atos ocorridos em

Ana
Tractado
Mat. T.º X
Inscip

ino
tugués
ina/CABA
841

Ana Carolina Casclano
Instituto de Peritos
Mat. T.º X
Inscip: CTRCA N.º 841

Superior Tribunal de Justiça

território nacional, o que afasta, nessa perspectiva, a jurisdição brasileira.

Não haveria óbice para o cumprimento em território nacional da obrigação de ressarcir, pecuniariamente, os danos ambientais causados pela Chevron Corporation no Equador se, hipoteticamente, estivesse ela sediada ou efetivamente situada no Brasil, não sendo suficiente a mera existência de uma subsidiária indireta, de nome Chevron Brasil Petróleo Ltda., que possui personalidade jurídica própria, que possui bens e direitos próprios e que, além disso, não foi parte na ação em que se reconheceu a existência de danos a serem reparados.

Logo, permitir que a Chevron Brasil Petróleo Ltda. venha a sofrer os efeitos da sentença condenatória proferida em processo de que não participou representaria uma injustificada ampliação subjetiva da lide e uma desautorizada extensão da coisa julgada para um terceiro, traduzindo-se em grave violação ao devido processo legal, de modo que, respeitando os limites do juízo de deliberação a que essa Corte está adstrita, haveria, nessa perspectiva específica, afronta à ordem pública nacional que impede a homologação da sentença estrangeira.

Finalmente, destaque-se que o efeito aqui obtido – não homologação da sentença estrangeira – seria exatamente o mesmo a ser alcançado se houvesse sido acolhida a renúncia ao direito de homologar a sentença, que fora anteriormente postulada pelos requerentes, com os benefícios, nessa hipótese, de que teria sido respeitada a liberdade e o ato de disposição da parte e de que seria desnecessário o exercício de ampla atividade jurisdicional, eis que, por via mais simples, obteve-se o mesmo resultado.

Forte nessas razões, julgo IMPROCEDENTE a ação e não homologo a sentença estrangeira, apenas e tão somente pelo fundamento de ausência de jurisdição brasileira.

rolina C:
ública d
243 Capit.
CTPCBA

Ana Carolina Casciano
Tradutora Pública de Português
Mat. 7ª Abril F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0081095-1

PROCESSO ELETRÔNICO

SEC 8.542 / EC

Número Origem: 201201282964

PAUSA: 29/11/2017

JULGADO: 29/11/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro : **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

Secretária

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : MARIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : CARLOS GREFA TUATATOCA
REQUERENTE : CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR
REQUERENTE : LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO
REQUERENTE : BEATRIZ MERCÊDES GREFA TANGUILA
REQUERENTE : LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA
REQUERENTE : PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA
REQUERENTE : CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA
REQUERENTE : FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : FRANCISCO ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : OLGA GLORIA GREFA CERDA
REQUERENTE : LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO
REQUERENTE : NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA
REQUERENTE : GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA
REQUERENTE : FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA
REQUERENTE : ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : JOSE GABRIEL REVELO LLORE
REQUERENTE : MARIA CLELIA REASCOS REVELO
REQUERENTE : MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES
REQUERENTE : HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO
REQUERENTE : HELEODORO PATARON GUARACA
REQUERENTE : LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ
REQUERENTE : LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA
REQUERENTE : MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA

ano
rtigués
tera/CABA
8841

Ana C
Traductor
MIL T.º XXI
Inscripc

re
lic
) C
Pr

Carolina Casciano
Instituto de Portugués
175 243 Caixa Federal/CABA
1988 N.º 8841

Superior Tribunal de Justiça

REQUERENTE : SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN
REQUERENTE : OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA
REQUERENTE : ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE
REQUERENTE : DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA
REQUERENTE : GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE
REQUERENTE : DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE
REQUERENTE : EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : SIMON LUSITANDE YAIGUAJE
REQUERENTE : ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE
REQUERENTE : ANGEL JUSTINO PIAGUAJE
ADVOGADO : SERGIO BERMUDEZ E OUTRO(S) - DF002192A
REQUERIDO : CHEVRON CORPORATION
ADVOGADO : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E OUTRO(S) - DF023750
ADVOGADA : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E OUTRO(S) -
DF031156

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Proseguindo no julgamento, após o voto-vista da Sra. Ministra Nancy Andrighi e a adequação do voto do Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por unanimidade, indeferiu o pedido de homologação de sentença, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Nancy Andrighi, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Não participou do julgamento o Sr. Ministro Og Fernandes.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Carolina Casciano
Institución de
243 Capital
CTPCBA

Carolina Casciano
Institución de
243 Capital
CTPCBA
N.º 8841

Carolina Casciano
Institución de
243 Capital
CTPCBA
N.º 8841

Ar
adu
at. T.
In:

Traducción Pública

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA

[En todas las páginas observamos el título:] *Superior Tribunal de Justicia*

[En todas las páginas observamos el siguiente pie de página:] Documento: 1636612

Acta Completa de la Sentencia - Sitio certificado - DJe: 15/03/2018 CERT. ULG

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA

DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE

DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO

DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCFNES

Ana
Traducto
Mat. T.º X
Inscri

diano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

M

Ani
Traduc
Mat. T.º
Inscr

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA -----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----
DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----
ABOGADO: SERGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192 -----
DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----
ABOGADO: CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO Y OTRO(S) - DF023750 -----
ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS ----- Y OTRO(S)
-DF031156 -----

RESUMEN -----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA. CONDENA POR MONTO SUPERIOR A
DIECIOCHO MIL MILLONES DE DÓLARES POR SUPUESTOS DAÑOS

Carolina C
a Pública d
F.º 243 Capi
ción CTPCBA

An
roduci
L. T.º A
Inscr

Carolina Casciano
ra Pública de Portugués
el F.º 243 Capital Federal/CABA
pción CTPCBA N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

AMBIENTALES. FALTA DE JURISDICCIÓN BRASILEÑA Y DE INTERÉS DE ACTUAR. EXTINCIÓN DEL PROCESO SIN RESOLUCIÓN DE MÉRITO.-----

No hay duda con respecto a la existencia de cosa juzgada e, inclusive, la interposición de los recursos ordinarios y extraordinarios posibles, sin constituir impedimento, para la configuración de sentencia firme, el enjuiciamiento de la acción extraordinaria de protección en el ámbito del derecho ecuatoriano. -----

1. Tampoco se constató ninguna irregularidad en la representación para el enjuiciamiento de la presente acción de homologación de la sentencia extranjera. -----

2. De conformidad con el principio de la efectividad, toda petición de homologación de sentencia extranjera, por presentar elementos transfronterizos, requiere la imprescindible existencia de algún punto de conexión entre el ejercicio de jurisdicción por parte del Estado brasileño y el caso concreto a él sometido. -----

3. En el supuesto en cuestión, es cierta la falta de jurisdicción brasileña - asunto que es premisa necesaria para todo y cualquier proceso - en vista de que: a) Chevron Corporation, empresa norteamericana contra la cual fue proferida la sentencia extranjera, no se encuentra localizada en territorio nacional; b) Chevron do Brasil, persona jurídica diferente de la demandada y con patrimonio propio, no formó parte del polo pasivo del pleito original; y c) no hay ninguna conexión entre el proceso ecuatoriano y el Estado brasileño. -----

4. Sentencia extranjera no homologada. -----

SENTENCIA -----

Vistos, relatados y discutidos estos autos, los Ministros de la Corte Especial del Superior Tribunal de Justicia acuerdan, de conformidad con los votos y las notas taquigráficas, después del voto-vista de la Sra. Ministra Nancy Andrighi y la adecuación del voto del Sr. Ministro Relator, por unanimidad, desestimar la petición de homologación de sentencia, en los términos del voto del Sr. Ministro Relator. Los Sres. Ministros João Otávio de Noronha, Nancy Andrighi, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin y Jorge Mussi votaron con el Sr. Ministro Relator. -----

No participó en el juicio el Sr. Ministro Fernandes. -----

Impedido el Sr. Ministro Felix Fischer. -----

Carolina
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina
Traductora
Mat. T.º XXI
Inscripción

C:
FA:
FI F:
xido

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ausentes, con justificación, los Sres. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão y -----

Napoleão Nunes Maia Filho. -----

Brasilia (DF), 29 de noviembre de 2017 (Fecha del juicio) -----

MINISTRA LAURITA VAZ -----

Presidente: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO Relator -----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1) -----

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA -----

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA -----

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA -----

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ -----

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA -----

DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA -----

DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE -----

DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO -----

DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES -----

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----

DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----

Carolina Ca
Pública de
F.º 243 Capit
ón CTPCBA

Olín
Úbñir
243 (C
CTP:

Ana Carolina Gasiano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----

DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA -----

DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----

DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----

DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----

DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----

DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----

DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE -----

DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----

DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTRO(S) - DF023750 -----

ABOGADA: ----- GABRIELA MARCONDES LABOISIÈRE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

INFORME -----

EL SEÑOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator): -----

1. Se trata de pedido de homologación de fallo extranjero, emitido en acción de -----

Ana
Traductor
Mat. T.º XXI
Inscrip

ciano
Portugués
Federal/CABA
º 8841

Ce
de
pital
BA r

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 8841

indemnización por daños ambientales, por la Sala Única de la Corte Provincial de Sucumbios, en Ecuador en demanda interpuesta contra Chevron Corporation, sociedad estadounidense (fs. 2-12). -----

En la decisión homologada de 2012, se le negó la anuencia a la apelación de los aquí Demandantes, que pretendían mejorar la indemnización, y se le dio aceptación parcial a la apelación de Chevron, solamente para declarar la falta de pruebas de contaminación con mercurio, confirmándose el fallo condenatorio sobre el mérito y agregándosele el porcentaje de honorarios de abogados a los apoderados de los vencedores (fs. 679-695):-----

Por lo expuesto, ADMINISTRANDO JUSTICIA EN NOMBRE DEL PUEBLO SOBERANO DEL ECUADOR Y POR AUTORIDAD DE LA CONSTITUCIÓN Y LAS LEYES DE LA REPÚBLICA, la Sala emite sentencia, y resuelve de esta forma: 1.- Rechaza el recurso de apelación interpuesto por los actores, en los términos y por las razones indicadas en los pertinentes considerandos previos; 2.- Acepta parcialmente el recurso de apelación de la demandada, únicamente en la parte que hace referencia a la presencia de mercurio en el área de concesión, pues existió error en la apreciación de la prueba respecto de este elemento en primera instancia y consecuentemente se hace abstracción de su trascendencia en este fallo. Considerando que este error no es capaz de influir en la decisión final, en lo demás se ratifica la sentencia del 14 de febrero del 2011 en todas sus partes, incluyendo la condena a las medidas de reparación moral o su alternativa, y costas en esta instancia a cargo de Chevron Corporation. Se fija el honorario profesional del abogado patrocinador que ha intervenido en defensa del interés de la parte actora, en el 0,10 % de los valores que derivan del acto decisorio de este fallo. -----

En resumen, sintetizan los Demandantes que Chevron Corporation fue condenada a pagar un monto de más de 18 mil millones de dólares, discriminados de la siguiente forma (f. 5): a) US\$ 8.646.160.000,00, para costear medidas de reparación a los daños causados al medioambiente y a la población local (monto resultante de la suma de siete montos de condenaciones); b) el mismo valor, a título de daños punitivos; c) 10% sobre el valor de la condena, con base en el art. 43 de la Ley de Gestión Ambiental del Ecuador, de 30/7/1999; y d) 0,10 % sobre el valor de la condena, a título de honorarios de abogados. -----

Carolina Cas
Pública de
F.º 243 Capit
6n CTPCBA

Tr
Ma

Carolina
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Carolina Cas
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Hubo aceptación del beneficio de justicia gratuita por la Presidencia de esta Corte (fs. 718), impugnado por Chevron en los autos de la Pet 9.815, en que el Ministerio Público optó por su revocación (fs. 3.407-3.417).-----

Chevron Corporation presentó su contestación en las fs. 904-1.055, agregando los documentos de fs. 1.056-17.098 y pleiteando la negación de la homologación del fallo extranjero, en suma, bajo los siguientes argumentos: a) irregularidad en la representación procesal de los autores porque los abogados brasileños no tendrían facultades para interponer esta acción; b) falta de jurisdicción brasileña para la homologación de este fallo, porque Chevron no tiene domicilio ni bienes en Brasil, de donde surge también su ilegitimidad pasiva; c) falta de interés de actuar de los autores y del Estado brasileño para la homologación; d) imposibilidad de supresión del principio de la personería jurídica, tomando en consideración que Chevron Brasil es subsidiaria en séptimo grado de Chevron Corporation; e) falta de eficacia, en Ecuador, del fallo que los autores pretenden homologar, ante la existencia de fallo del Tribunal Arbitral en la Haya, que obliga al Ecuador a no ejecutar el fallo ni dentro, ni fuera de dicho país; f) no hubo sentencia firme del fallo ecuatoriano; g) inexistencia de daños ambientales que el fallo extranjero alega querer reparar; h) construcción artificial de dichos daños en el proceso, mediante fraude y violación del debido proceso legal, de la seguridad jurídica y del orden público.-----

Los autos fueron inicialmente asignados a la Ministra Nancy Andrighi (f. 17.108).-----

El demandado presentó los siguientes anexos a la contestación, con vistas a la agregación de nuevos documentos:-----

Fs. 17.124-17.141, agregación de documentos de fs. 17.142-18.967, en que alega que los Demandantes interpusieron una acción de homologación de fallo extranjero también en Canadá y Argentina. Afirma que el "Tribunal canadiense decidió suspender, por tiempo indefinido, el intento de los autores de homologar el fallo ecuatoriano en Canadá, visto que Chevron Corporation no está presente y no tiene activos en dicho país y que "...la Suprema Corte argentina frenó la ilegal orden de Incautación de bienes de subsidiarias indirectas argentinas, en línea con el dictamen de la Procuraduría General de la República Argentina". Agrega que "consultores ambientales contratados por los autores declararon, en juicio en los EE.UU., que no hay daños ambientales atribuibles a Chevron Corporation que puedan justificar la condena de la empresa en Ecuador y que hicieron un documento sobre el

Ca
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Ar
du
T.º
Ine

Ana C
Traductora
Mat. T.º XII
Inscripci.

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción ETPCBA N.º 8841

informe que el perito indicado por el Juez Ecuatoriano (Richard Cabrera) falsamente afirmó haber preparado". Por último, aseveran que "los autores pagaron secreta e ilegalmente valores al perito judicial que debería haber elaborado un informe independiente, sin embargo presentó un informe preparado por los consultores de los autores" y "fondo de inversión especializado en financiaciones de litigios y declaró en tribunal, en los EE.UU., haber sido engañado por abogados de los autores antes de decidir invertir dinero para financiar el esquema de extorsión contra Chevron Corporation". fs. 18.974-18.979, con los documentos de fs. 18.980-19.962, aduciendo que hubo modificación parcial de la sentencia extranjera en Ecuador, visto que fueron excluidos de la condena los valores relativos a los daños punitivos. Anexa además fallo arbitral parcial emitido por el Tribunal Arbitral de La Haya. fs. 19.968-19.991, más los documentos de fs. 19.992-20.949, indicando que "la Corte de apelación y la Corte Nacional del Ecuador jamás examinaron de forma adecuada el fraude de los autores", y afirmando que la materia objeto de esta acción dio lugar al documental Crudo. Fs. 20.953-20.958, además de los documentos de fs. 20.959-21.007, reiterando el pedido de aceptación de la homologación. -----

En vista del nombramiento de la Ministra Nancy Andrighi como Jueza Magistrada de 1ª instancia [Corregidora en Brasil] Nacional de Justicia, los autos fueron reencaminados al Ministro Felix Fischer (f. 21.010).-----

En la contestación, de fs. 21.019-21.061, los Demandantes indican: a) no haber violación al orden público; b) regularidad de la representación procesal pero, si se llegara a concluir de forma contraria, solicitan la concesión de plazo para la regularización de los instrumentos de poder; c) pérdida parcial y superveniente de objeto, una vez que está negada la condena por los daños punitivos; d) límites del juicio que decidió sobre la acción de homologación; e) incuestionable jurisdicción brasileña; f) legítimo interés; g) sentencia firme del fallo homologado; h) imposibilidad de suspensión de esta acción, porque ni siquiera son partes en el procedimiento arbitral instalado en el Tribunal de La Haya; i) inexistencia de liberación de reponsabilidad; j) legitimidad pasiva de Chevron; k) inexistencia de fraude en la conducción del proceso en Ecuador y falta de agregación de los documentos de la acción que tuvo sentencia firme en los EE.UU., en la cual se concluyó que sí hubieron dichas irregularidades; l) existencia de daños ambientales; m) falta de respeto, por parte de Chevron, de la soberanía del Estado ecuatoriano; n) distorsión de los argumentos

a C
ore
XXI
rps.

rolina Casci
ública de Pr
243 Capital Fe
CTPCBA N.º

Ana
Traducto
Mat. T.º X
Inscr

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243. Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

presentados por Chevron, que se basan en decisiones judiciales extranjeras no homologadas por Brasil. -----

Los autores agregaron a los autos un dictamen de la jurista Nadia de Araujo (fs. 21.063-21.118). -----

Se ofreció respuesta a la contrademanda en las fs. 21.621-21.727, junto con dictámenes de los siguientes juristas: Ada Pellegrini Grinover (fs. 21.728-21.788), Ministros Eduardo Ribeiro (fs. 21.789-21.819), Francisco Rezek (fs. 21.820-21.865) y Luis Roberto Barroso (fs. 21.866-21.896). -----

Los autos me fueron reencaminados a mí, una vez que el Ministro Felix Fischer declaró parcialidad por motivos personales (fs. 22.196-22.197). -----

El Ministerio Público Federal votó la no homologación del fallo extranjero, en los siguientes términos (fs. 22.178-22.193): -----

SENTENCIA EXTRANJERA CONTESTADA. ACCIÓN DE INDEMNIZACIÓN POR DAÑOS AL MEDIO AMBIENTE Y A LA POBLACIÓN LOCAL, SENTENCIA ORIUNDA DE LA JUSTICIA DEL ECUADOR, FRAUDE DE LA SENTENCIA EXTRANJERA RECONOCIDA POR LA JUSTICIA NORTEAMERICANA. CONFIGURACIÓN DE OFENSA AL ORDEN PÚBLICO. PROHIBICIÓN. ART. 6° DE LA RESOLUCIÓN 9/2005-STJ (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICIA). NO HOMOLOGACIÓN. -----

1. La existencia de decisión pronunciada por la justicia norteamericana, en el sentido de que la sentencia extranjera habría sido dictada mediante fraude, entre ellos la corrupción del magistrado que pronunció el *decisum* homologando, lleva a la conclusión de la existencia de ofensa al orden público, que la toma apta para apartar la pretensión del pedido homologatorio, en la forma del art. 6° de la Resolución n° 9/2005-STJ. -----

2. Dictamen por la no homologación de la sentencia extranjera contestada. -----

Es el informe. -----

Ana
Traducto
lat. T.º X
Inscri:

nó
lugués
ral/CABA
841

Carolina Ca
a Pública
F.º 243 Cap
ción CTPCE

Ana Carolina Casiano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1)-----

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO-----

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA -----

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA-----

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO-----

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA-----

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA -----

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA-----

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ -----

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA -----

DEMANDANTE :FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA -----

DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE -----

DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO -----

DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES-----

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO-----

DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----

DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ-----

DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: MARIA IORTENCIA VIVEROS CUSANGUA -----

DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----

Carolina
a Pública
F.º 243 Gr
36n CTPC:

rol
út
2/
s C

ciano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA-----

DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE-----

DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE-----

DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE-----

DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA-----

DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE-----

DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE-----

DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE-----

DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE-----

DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE-----

DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE-----

DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE-----

DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE-----

DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE-----

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE-----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE-----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE-----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A-----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION-----

ABOGADO: CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO y OTRO(S) - DF023750-----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS----- Y OTRO(S) -
DF031156-----

RESUMEN-----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA. CONDENA POR MONTO SUPERIOR A DIECIOCHO MIL MILLONES DE DÓLARES, POR SUPUESTOS DAÑOS AMBIENTALES. FALTA DE JURISDICCIÓN BRASILEÑA Y DE INTERÉS DE ACTUAR. EXTINCIÓN DEL PROCESO SIN RESOLUCIÓN DE MÉRITO.-----

1. No hay duda con respecto a la existencia de cosa juzgada e, inclusive, la interposición de los recursos ordinarios y extraordinarios posibles, sin constituir impedimento, para la configuración de sentencia firme, el enjuiciamiento de la acción extraordinaria de protección en el ámbito del derecho ecuatoriano.-----

Casclano
de Portugués
Capital Federal/CABA
Inscr. N.º 8841

IA
CA
C
PC

Ane
Traduct
Mat. T.º X
Inscr

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

2. Tampoco se constató ninguna irregularidad en la representación para el enjuiciamiento de la presente acción de homologación de la sentencia extranjera. -----

3. De conformidad con el principio de la efectividad, toda petición de homologación de sentencia extranjera, por presentar elementos transfronterizos, requiere la imprescindible existencia de algún punto de conexión entre el ejercicio de jurisdicción por parte del Estado brasileño y el caso concreto a él sometido. -----

4. En el supuesto en cuestión, es cierta la falta de jurisdicción brasileña - asunto que es premisa necesaria para todo y cualquier proceso -, en vista de que: a) Chevron Corporation, empresa norteamericana contra la cual fue proferida la sentencia extranjera, no se encuentra localizada en territorio nacional; b) Chevron do Brasil, persona jurídica diferente de la demandada y con patrimonio propio, no formó parte del polo pasivo del pleito original; y c) no hay ninguna conexión entre el proceso ecuatoriano y el Estado brasileño. -----

5. Sentencia extranjera no homologada. -----

VOTO -----

EL SEÑOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator): -----

1. Este proceso cuenta actualmente con más de 24 mil fojas, siendo oportuno iniciar con una breve explicación del contexto histórico de la demanda. -----

Narran los autores que la empresa estadounidense Chevron Corporation incorporó y sucedió a Texaco Inc. que, a través de su subsidiaria TexPet, exploró petróleo en Ecuador durante 28 años, causando gravísimos daños ambientales resultantes de la catastrófica contaminación de las napas freáticas, de los cursos de agua, del suelo, de la flora y de la fauna de una extensa región, y, consecuentemente, victimizando a una población de cerca de 30.000 personas. Dichos daños ameritaron la sentencia homologada, mediante la cual hubo una condena de la empresa en valor superior a 18 mil millones de dólares - posteriormente, reducida a la mitad, una vez retirados los daños punitivos en el ámbito de casación. -----

Por su vez, relata Chevron que Texaco Petroleum Company (TexPet) y Gulf Ecuatoriana de Petróleo formaron un consorcio para explorar petróleo en el oriente del Ecuador entre los años de 1964 y 1992. -----

Assoc
de P
Alf
A N.º

Carolina C
re Pública d
i F.º 243 Capit
ción CTPCBA

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

En 1977, Petroecuador, empresa estatal, pasó a ser la consorciada mayoritaria (62,5%), volviéndose la única exploradora de petróleo en la región luego que se extinguió el consorcio en 1992. Con la finalización del consorcio, TexPet y la República del Ecuador concordaron realizar una auditoría ambiental en los campos de explotación petrolífera, para evaluar la necesidad de remediación de los pozos y piscinas del área de concesión. -----

En 1995, TexPet, Petroecuador y el Gobierno de Ecuador - único legitimado a representar legalmente los intereses difusos y colectivos en ese entonces (art. 178 de la extinguida Constitución de 1978) - celebraron un acuerdo de reparaciones ambientales y exención de obligaciones, TexPet asumiendo la responsabilidad por proyectos específicos de descontaminación y de reparación ambiental, proporcionales a su participación en el consorcio (gastando cerca de US\$ 40.000.000,00) y, en contrapartida, en conformidad con lo establecido en el Memorando de Entendimientos de 1994 y de otros instrumentos celebrados entre las partes, quedaría exenta de todas las obligaciones legales, contractuales y relativas al referido impacto ambiental. -----

En 1998, firmando el "Acta Final", el Gobierno de Ecuador y Petroecuador ratificaron y reconocieron el cumplimiento de todas las obligaciones previstas en el acuerdo de 1995, razón por la cual eximieron a TexPet, Texaco Petróleos del Ecuador S.A. y Texaco Inc. de cualesquiera responsabilidades resultantes de las actividades del Consorcio. -----

Además, se celebraron acuerdos entre TexPet y las Municipalidades en que se desarrollaron las actividades del consorcio, también buscando la reparación de daños ambientales, concediéndosele a la empresa petrolífera liberación de responsabilidad total. Dichos acuerdos fueron homologados por autoridades judiciales locales y contenían cláusula previendo que la transacción surtiría el efecto de cosa juzgada en última instancia. -----

Además, TexPet firmó un acuerdo con la Provincia de Sucumbios, cuyo fiel cumplimiento dio derecho a librarse de dicha sociedad, en términos similares a los de los demás instrumentos celebrados con las Municipalidades y con el Gobierno de Ecuador. -----

Antes de eso, en noviembre de 1993, en los Estados Unidos, ciudadanos ecuatorianos interpusieron una demanda colectiva - el caso Aguinda - pretendiendo la indemnización por daños causados por las actividades del Consorcio en Ecuador, teniendo el propio Gobierno de dicho país, en su condición de *amicus curiae*, sustentado que los autores no tenían legitimidad para pleitear remediación ambiental en nombre de la colectividad. La

ino
tugué
ra/CAB
8841

sciano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Ana
Traducto
Mat. T.º XX
Inscrip

Ana Carolina Gasciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

acción se extinguió sin resolución del mérito en 2002, pero constó en la decisión que Texaco Inc. - y no Chevron Corporation - debería someterse a la jurisdicción de Ecuador, jurisdicción más conveniente para juzgar el pleito autoral, teniendo en vista la necesidad de participación del Gobierno de Ecuador y de Petroecuador como partes en el proceso.-----

Agrega que los abogados del caso Aguinda celebraron compromiso, sin el conocimiento de Texaco ante notario público en Massachusetts, con el fin de que la indemnización pretendida fuese pagada exclusivamente por la empresa estadounidense y, en contrapartida, el Gobierno de Ecuador se comprometía a permitir la ejecución de las medidas necesarias de saneamiento.-----

En ese contexto, con el apoyo de los abogados ecuatorianos y estadounidenses de los autores del caso Aguinda, se publicó en Ecuador, el 30 de julio de 1999, la Ley de Gestión Ambiental, que permitió que se interpongan acciones individuales en dicho país para la tutela de derechos colectivos referentes al medioambiente y a la salud de la población.-----

Con respaldo en la referida ley ambiental, la acción de Lago Agrio se interpuso en 2003 con efecto retroactivo para los daños supuestamente causados hasta el año 1992 contra Chevron Corporation, la cual, según alega, "nunca formó parte del consorcio, nunca explotó petróleo en Ecuador y ni siquiera realizó ninguna actividad en aquel país" (f. 925).

Chevron fue señalada por fusión que se dio en 2001 entre su subsidiaria independiente - Keepep. Inc. - y Texaco Inc.-----

El Demandado trae un extracto del fallo dictado por la Justicia estadounidense que certificó la falta de fusión de Chevron con Texaco y los Demandantes no presentaron ninguna prueba en sentido contrario (fs. 19.972-19.973): El expediente en este caso establece, y el Tribunal determina, que Chevron [Corporation] no se fusionó con Texaco [...] En consecuencia, el Tribunal determina que (1) Chevron [Corporation] no está obligada por ninguna declaración hecha por Texaco en el caso Aguinda, y utilizada por los demandados, en virtud de ninguna fusión, y (2) los demandantes no lograron establecer ninguna base para desestimar la personería jurídica independiente de Texaco y para atribuir a Chevron [Corporation] las declaraciones utilizadas;-----

Además, asevera, que Texaco Inc. continuó a existir en su condición de subsidiaria indirecta, pero con personería propia y patrimonio independiente, lo que demuestra el error de los autores sobre la legitimidad pasiva *ad causam* de Chevron.-----

Trz
Mat.

Carolina C:
Pública d:
F.º 243 Capit
In CTPCBA

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Según afirma, la acción de Lago Agrio fue "montada" por el abogado estadounidense Steven Donzinger, que pasó a ser el protagonista del documental *Crudo*, producido a pedido suyo para exponer el caso. Dicho documental contenía escenas que fueron excluidas y, posteriormente, fueron obtenidas por Chevron, con autorización judicial, en la acción en los Estados Unidos. Esas escenas comprueban conductas ilícitas en la conducción del proceso por parte de Steven Donzinger y su equipo. -----

La operación fraudulenta comandada por el referido abogado de causa, fue financiada por pesados recursos de fondos de inversión extranjeros (f. 987).-----

Señala que al final de 2006 se eligió en Ecuador el Presidente Rafael Correa que, contrario al capital extranjero y a las empresas estadounidenses, influenció incluso al Poder Judicial, comprometiendo extremadamente la posibilidad de un resultado justo. -----

Afirma que, aunque los abogados de los autores aleguen representar treinta mil indígenas, en realidad son apenas 48 autores, cuyas firmas habrían sido, en buena parte, forjadas, a ejemplo de la autora que encabeza la lista - Maria Aguirre -, que firmó documentos para recibir remedios gratuitos. -----

Los apoderados representantes de los autores habrían, en principio, falsificado incluso los informes de sus propios peritos para poder sustentar el alegato de contaminación de los locales de operación de la empresa. Cita como ejemplo el Dr. Charles Calmbacher, *expert* estadounidense, que en su testimonio aseveró que "nunca concluyó que TexPet dejó de remediar ningún lugar ni que ningún lugar representase riesgo a la salud o medioambiente" (f. 20.031).-----

Comenta la Demandante que, por falta de pruebas de contaminación ambiental, lo que se confirmó en las primeras inspecciones judiciales, los autores trataron de cerrarlos y sustituir a los varios peritos, de diversas especialidades, por un único "perito global", para lo cual, chantajeó al Juez German Yáñez, quien nombró entonces para dicho cargo al ingeniero Richard Cabrera. -----

Además, los autores contrataron a la empresa de consultoría en medioambiente *Stratus Consulting* para escribir anónimamente un informe, indicando supuestos daños ambientales con un valor de 27 mil millones de dólares, para lo cual le pagaron cerca de un millón de dólares. Dicho informe fue firmado por el mencionado perito global - Richard Cabrera -, que fue sobornado y contratado secretamente.-----

A:
Tradu
Mat. T.
m

Ana
tuc-
i.º x
neori

sciano
Portugués
Federal/CABA
i.º 8641

Ana Carolina Casolano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción STPCBA N.º 8641

Chevron afirma que se descubrió el borrador final del informe de Cabrera en las computadoras de los abogados de los autores anexada a *e-mails*, en los cuales ellos confirman estar dando retoques finales antes de que Cabrera lo protocolo, sin los cambios del día siguiente.

En 2008, *Stratus* emitió y publicó comentarios endosando el mencionado informe, el cual ella misma había redactado anteriormente donde certificó la independencia e imparcialidad de la opinión del perito global.

Durante el curso de la acción de Lago Agrio, con el fin de "evitar que los autores y sus abogados adoptasen prácticas abusivas en diversos países y con la finalidad de forzarla a llegar a una conciliación" (f. 988), Chevron interpuso una acción en Tribunal Federal del Distrito Sur de Nueva York - Acción de Nueva York -, además de varias demandas más en otros Tribunales de diversos estados estadounidenses con la intención de producir pruebas de las prácticas ilícitas de los autores (*discovery actions*).

En 2010, cuando los abogados ecuatorianos descubrieron que un tribunal en los Estados Unidos había autorizado la exhibición de sus documentos confidenciales, mostrando la complicidad con Cabrera, uno de ellos le escribió a Steven Donziger que los efectos serían devastadores y todos ellos podrían ser arrestados.

Afirma además la Demandada que, a continuación, especialistas descubrieron un nuevo fraude: la propia sentencia fue escrita anónimamente por los abogados de los autores y firmada por el Juez ecuatoriano - Nicolás Zambrano - el 14 de febrero de 2011.

En breve síntesis, ese fue el escenario en que se emitió la sentencia homologada que condenó a Chevron Corporation a pagar indemnización correspondiente a aproximadamente 30% del PIB del Ecuador en 2010 - más de 18 mil millones de dólares -, dividida de la siguiente forma (f. 927):

Daños ambientales

1. US\$ 5.396.160.000.00 (cinco mil trescientos noventa y seis millones, ciento sesenta mil dólares) para remediación del suelo;
2. US\$ 600.000.000.00 (seiscientos millones de dólares) para remediación de napas freáticas;
3. US\$ 200.000.000.00 (doscientos millones de dólares) para recuperación de especies nativas;

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

4. US\$ 100.000.000.00 (cien millones de dólares) por daños a la cultura indígena; -----
5. US\$ 1.400.000.000.00 (mil cuatrocientos millones de dólares) para la prestación de servicios de salud; -----
6. US\$ 150.000.000.00 (ciento cincuenta millones de dólares) para la remediación del agua potable del área; y -----
7. US\$ 800.000.000.00 (ochocientos millones de dólares) para costeo de plan de salud por el "un número excesivo de muertes por cáncer". -----

Daños punitivos -----

8. Daños punitivos equivalentes a 100% del valor total dos daños ambientales (US\$ 8.646.160.000.00), por supuesta mala fe procesal y enriquecimiento ilícito, de forma inmediata, caso CHEVRON CORPORATION no formulase un pedido público de disculpas. -----

Premio a los autores -----

9. 10% de la condena por los daños ambientales (US\$ 864.616.000,00) como "premio" a los Autores previsto en el art. 43, inc. 2º, de la Ley de Gestión Ambiental. -----

Honorarios de Abogados -----

10. 0,10% del valor total de la condena (US\$ 18.156.936,00) -----

En el mismo año en que se sentenció el fallo homologado - en 2011 - Chevron interpuso una acción en la Corte Federal Estadounidense, con base en la ley anticorrupción estadounidense (*Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act*), contra el equipo de los autores, con la intención de responsabilizarlos por actos ilícitos resultantes de fraude y corrupción - Acción RICO, caso Chevron vs. Donziger (fs.19.992-20.317). -----

En el correr de dicha acción, *Stratus Consulting* se retractó, confesando haber sido contratada por Donziger - principal abogado estadounidense de los autores -, para elaborar el informe del perito Cabrera, el cual constó en la sentencia, de cerca de 500 páginas, y expuso la engendrada red de corrupción en el caso de la acción de Lago Agrio. -----

Alega que el Poder Judicial del Ecuador rehusó examinar sustancialmente las quejas de fraude, una vez que la Justicia de los Estados Unidos ya analizaría dichos argumentos. -----

Finalmente, el fallo RICO fue confirmado integralmente por el Tribunal de Apelaciones de los EE.UU para el Segundo Circuito, constatando que "el expediente del presente caso revela numerosos actos corruptos por parte del equipo legal de los [Demandantes],

3110
Portugués
en CABA
2541

IRC
PC
n /
m

▲
Trad.
Mat. T.
In

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 2541

incluyendo coerción, fraude, y soborno, culminando con la promesa al juez Zambrano de pagarle US\$500.000 provenientes de los fondos de una sentencia a favor de los [Demandantes]" (f. 22.330).-----

Paralelamente, registra el Demandante que, en el año 2009, juntamente con TexPet, inició un proceso arbitral en La Haya contra la República del Ecuador, bajo las reglas de UNCITRAL - *United Nations Commissions on International Trade Law* - como resultado de violación, en el curso de la acción de Lago Agrio, a los contratos celebrados y al Tratado sobre la Promoción y Protección Recíproca de Inversiones entre la República de Ecuador y los Estados Unidos de América (del 27 de agosto de 1993), que establecía obligaciones a los estados parte y una serie de garantías al inversionista extranjero, entre los cuales el derecho de recibir un trato justo y equitativo en eventuales disputas judiciales oriundas de las inversiones realizadas.-----

Atendiendo al pedido de medida precautoria de los autores, en 2011, el tribunal arbitral le indico al Estado de Ecuador adoptar todas las medidas disponibles para suspender la ejecución, dentro y fuera del Ecuador, de cualquier decisión contra Chevron en la acción de Lago Agrio.-----

Luego de la confirmación de la sentencia por el Tribunal de Apelación en Ecuador, en 2012, Chevron requirió al Tribunal Arbitral de La Haya la conversión de la medida anterior en fallo arbitral pasible de ejecución contra la República de Ecuador, cuyo Presidente fue escuchado por el Tribunal.-----

El tribunal arbitral dictó un nuevo laudo a favor de Chevron, en el que confirmó y reemitió la decisión anterior, para, además, determinar que la demandada - a través de los Poderes Judicial, Legislativo o Ejecutivo - adoptase medidas para impedir cualquier certificación que hiciera que la sentencia dictada en el caso Lago Agrio se ejecutase contra Chevron y negó el pedido hecho por el Estado de Ecuador para que cancelase la primer orden de Decreto ley, emitida en 2011.-----

Chevron afirma que dichas órdenes nunca fueron cumplidas, visto que los autores buscan la homologación de la sentencia en Canadá, Argentina y Brasil.-----

Por ello, el tribunal arbitral, en febrero de 2013, emitió una nueva resolución en la que registró que la República de Ecuador violó las decisiones arbitrales anteriores, además de intimarla presentar las razones por las cuales entiende que no debe indemnizar a Chevron

na
ilice
3 C
TPC

na Carolina
stora Pública
XXII F.º 243 Ca
cripción CTPC:

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841

por los perjuicios sufridos como resultado de la ejecución de la sentencia dictada en el caso Lago Agrio. -----

En septiembre de 2013, el tribunal arbitral emitió una resolución sobre la primera fase del arbitraje, tratando los efectos de la transacción y del pago realizado en Ecuador y concluyó que la transacción impide rediscutir, en juicio, daños difusos asociados a la explotación petrolífera por TexPet en la región oriente de Ecuador. -----

En 2013, la Corte Nacional de Justicia Ecuatoriana dio aceptación parcial al recurso de casación interpuesto por Chevron contra la decisión homologada, para suprimir de la condena la parte relativa a los daños punitivos estimados en 8.600 millones de dólares. -----

De esa decisión se intentó el recurso denominado acción extraordinaria de protección a la Corte Constitucional del Ecuador, el cual fue aceptado y se encuentra pendiente de decisión. -----

1. De los requisitos formales para la homologación -----

El Código de Proceso Civil de 1973 establecía, en los arts. 483 y 484, normas propedéuticas sobre el instituto de la homologación de fallo extranjero, limitándose a consignar que el fallo emitido por tribunal extranjero solamente tendrá eficacia en Brasil luego de la debida homologación por el órgano competente, otorgándole al reglamento interno del tribunal competente la competencia de la homologación. -----

Por otra parte, el nuevo Código de Proceso Civil estableció reglas más detalladas sobre el instituto (arts. 960-965), previendo, incluso los requisitos indispensables para la homologación del fallo extranjero: -----

Art. 963. Constituyen requisitos indispensables para la homologación del fallo: -----

I - ser sentenciada por autoridad competente; -----

II - ser precedida de citación regular, aun cuando haya rebeldía; -----

III - ser eficaz en el país en que se dictó; -----

IV- no ofender la cosa juzgada brasileña; -----

V- estar acompañada de una traducción pública, salvo disposición que la dispense prevista en tratado; -----

VI- no contener ofensa manifiesta al orden público. -----

Ana C
Traductor.
Mat. T.º XXI
Inscripción

Tra
Mat.

Ca
de
ite
SA

Casciano
de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 246
Capital Federal/CABA
A N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 246 Capital Federal/CABA
Inscripción O.T.P.C.B.A. N.º 8841

Además, el nuevo CPC registra que "la homologación obedecerá lo que dispongan los tratados vigentes en Brasil y el Reglamento Interno del Superior Tribunal de Justicia" (art. 960, inc. 2°).

En ese ámbito, los artículos 216-C y 216-D del Reglamento Interno del Superior Tribunal de Justicia establecen los requisitos para la homologación de fallo extranjero, siendo: I - ser pedido con el original o copia autenticada del fallo homologado, además de otros documentos indispensables, traducidos por traductor público o jurado en Brasil y sellados por la autoridad consular brasileña competente; II - haber sido sentenciada por autoridad competente; III - haber sido las partes citadas o que se haya legalmente verificado la rebeldía; IV - tener sentencia firme.

El art. 216-F del RISTJ establece además que no será homologado el fallo extranjero que ofenda la soberanía nacional, la dignidad de la persona humana y/o el orden público, norma que tiene base legal en las disposiciones del art. 17 de la LINDB:

Art. 17. Las leyes, actos y fallos de otro país, además de cualesquiera declaraciones de voluntad, no tendrán eficacia en Brasil, cuando ofendan a la soberanía nacional, el orden público y las buenas costumbres.

3.1. Para empezar, regístrese que consta, en las fs. 297-487, 612-639, 659-678, 697-704, copia de la sentencia extranjera, autenticada por la autoridad consular brasileña, cuya traducción oficial se encuentra en las fs. 489-607, 641-657, 679-695, 706-712.

3.2. La citación en el proceso original ocurrió regularmente, lo que se desprende del siguiente extracto de de la sentencia extranjera (f. 490):

Citada legalmente la demandada, según consta de autos, comparecen a la audiencia de conciliación (fs.243 a 267) el doctor Adolfo Callejas, en calidad de Procurador Judicial de la demandada, con sus abogados defensores doctores Arturo Carvajal Salas, Enrique Carvajal Salas y Alberto Racines Enríquez, quienes dan contestación a la demanda en forma amplia y detallada, y proponen las siguientes excepciones, en su orden: [...]

3.3. En lo referente a la cosa juzgada, la demandada alega en su defensa que no la hubo, considerando la presentación de recurso de casación y de acción extraordinaria de protección, esta última aún pendiente de juicio.

Sin embargo, entiendo que está debidamente caracterizada la cosa juzgada.

Carolina Cas
Pública de F
º 243 Capital F
in CTCBA N:

Ana Car
Pública de F
º 243 Capital F
in CTCBA N:

sciano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

sciano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTCBA N.º 8841

Coincidente lección de José Carlos Barbosa Moreira, en la vía homologatoria, la sentencia firme se concluye a partir de la ocurrencia de la cosa juzgada formal, o sea, la irrecurribilidad de la resolución extranjera:-----

El presupuesto que aquí examinamos se tiene que entender como relativo a la cosa juzgada formal (irrecurribilidad del fallo). No hay ponderable para que se reclame la existencia de la cosa juzgada material: lo que se cuida es admitir, en el territorio del Estado de "importación", la producción de efectos de dicho fallo emitido; poco importa que la materia en el fallado pueda o no volver a ser discutida en otro proceso" (*Problemas y soluciones en materia de reconocimiento y ejecución de fallos y decisiones arbitrales extranjeras. In Temas de Derecho Procesal. San Pablo: Saraiva, Cuarta Serie, 1989, p. 273*).-----

Tenemos además el trabajo de Pontes de Miranda que trata de los requisitos del fallo extranjero:-----

d) Cosa juzgada formal. Es necesario que el fallo haya tenido sentencia firme (cosa juzgada formal). Ello constituye el presupuesto necesario y suficiente. Necesario, ningún fallo, de los que les compete recurso no extranjero, puede pretender ser homologado; no se reconoce fuerza o efecto de cumplimiento provisorio a fallos extranjeros. Además, la existencia de acción rescisoria o de acción de nulidad del Fallo, en el derecho extranjero, no es impedimento a la homologación. No hay ejecución interestatal provisorio de fallos; por lo tanto, no hay homologación de fallos a los que se les pueda interponer alguna apelación, o imponer embargos, u otro medio jurídico tenido como recurso (*Comentarios al código de proceso civil. Tomo VI, 3 ed. San Pablo: Saraiva, p. 105*).-----

En el orden jurídico ecuatoriano, el recurso de casación y la acción constitucional de protección se presentan ante la Corte Constitucional una vez agotados todos los recursos posibles.-----

Revisando el sitio web de la Corte Nacional de Justicia del Ecuador (<http://www.cortecacional.gob.ec/cnj/index.php/2012-12-05-13-24-51/item/184-sistema-de-precedentes-jurisprudenciales-obligatorios>), (vemos que) consta la noticia de que la función primordial del Pleno de este órgano juzgador es perfeccionar el sistema de precedentes jurisprudenciales obligatorios, manifestándose sobre el tema de derecho sobre el cual haya tres fallos emitidos en el mismo sentido por parte de las Salas Especializadas de los tribunales o cámaras de segunda instancia, quedando claro que si se ratifica la decisión de

ANO
rtugués
bra/CABA
8841

An
luc:
F.
550:

Ana
Traductor
Mat. T.º XXI
Inscrip

Ana Carolina Gasciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

decisión de segunda instancia se declarará la existencia de jurisprudencia obligatoria, resolviéndose el punto hasta entonces controvertido:-----

SISTEMA DE PRECEDENTES JURISPRUDENCIALES OBLIGATORIOS-----

A partir de la publicación de la Constitución de la República del Ecuador, se estructura un nuevo modelo de administración de justicia, en el cual la Corte Nacional de Justicia tiene como función primordial el "Desarrollar el sistema de precedentes jurisprudenciales fundamentado en los fallos de triple reiteración", para lo cual, las sentencias emitidas por las salas especializadas de la Corte Nacional de Justicia que reiteren por tres ocasiones la misma opinión sobre un mismo punto de derecho, obligarán a remitir los fallos al Pleno de la Corte a fin de que éste delibere y decida en el plazo de sesenta días sobre su conformidad. Si en dicho plazo no se pronuncia o se ratifica el criterio, esta opinión constituirá jurisprudencia obligatoria.-----

La resolución mediante la cual se declare la existencia de un precedente jurisprudencial contendrá únicamente el punto de derecho respecto del cual se ha producido la triple reiteración, el señalamiento de la fecha de los fallos y los datos de identificación del proceso; se publicará en el Registro Oficial a fin de que tenga efecto generalmente obligatorio.-----

En el mismo sitio, se recoge jurisprudencia según la cual "la casación es un recurso extraordinario que ataca la sentencia de cosa juzgada" (Sala de lo Civil, Mercantil de la Corte Nacional de Justicia (2012), <http://app.funciomjudicial.gob.ec/sipjur/#>, número de la Resolución 0505-2012, Juicio 0841-2011).-----

En el caso concreto, el recurso de casación ya fue juzgado, habiendo reformado parcialmente la sentencia condenatoria, encontrándose pendiente de ser juzgada la acción constitucional de protección - prevista en el art. 94 de la Constitución de la República del Ecuador -- aplicable contra "sentencias o autos definitivos" y cuando se hayan "agotado los recursos ordinarios y extraordinarios".-----

He aquí la redacción del instrumento:-----

Acción extraordinaria de protección-----

Art. 94.- La acción extraordinaria de protección procederá contra sentencias o autos definitivos en los que se haya violado por acción u omisión derechos reconocidos en la Constitución, y se interpondrá ante la Corte Constitucional. El recurso procederá cuando

olina Casc'
ública de P
243 Capital F.
CTPCBA N.º

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

se hayan agotado los recursos ordinarios y extraordinarios dentro del término legal, a menos que la falta de interposición de estos recursos no fuera atribuible a la negligencia de la persona titular del derecho constitucional vulnerado.-----

Por lo tanto, queda libre de dudas la existencia de la cosa juzgada e, incluso, la interposición de los recursos ordinarios y extraordinarios posibles, no siendo obstáculo, para la configuración de la sentencia firme, la interposición de la acción extraordinaria de protección.-----

4. En ese paso, prosigo con el análisis de los demás puntos indicados en la contestación. ---

4.1 Regularidad de los poderes-----

El tema de la regularidad procesal se resume a tres puntos:-----

(a) la falta de traducción y del sello de los poderes en las fs. c-STJ (f. 912); (b) el abogado ecuatoriano, Pablo Fajardo, y, por lo tanto, los abogados brasileños de la causa no tendrían facultades específicas para actuar en juicio en nombre de los autores, acción de homologación extranjera en Brasil, por no poder aquél hacer sustitución de facultades a favor de los abogados brasileños, por no estar inscripto en el Colegio de Abogados de Brasil - OAB (fs. 913-915); (c) los poderes delegados por el abogado ecuatoriano a los apoderados brasileños son insuficientes para interponer la acción de homologación en Brasil (fs. 916-917).-----

A su vez, los Demandantes, en contrademanda, aseveran que juntaron a los autos todas las copias y consularizaciones remanentes, al mismo tiempo que defienden estar expreso en la cláusula cuarta, contenido en el instrumento de poder el otorgamiento de facultades para la acción de homologación en Brasil. Agregan que "no se está ante una sustitución sino del otorgamiento de un poder dentro de los términos de las facultades otorgadas al Sr. Pablo Esteno Fajardo Mendoza por los Demandantes" (f. 21.023). Requieren, caso se entienda de modo adverso, "la concesión de plazo para regularización de los instrumentos de poder, pues, como se sabe, la mera irregularidad de la representación legal no genera la negación precautoria del pedido de homologación, según precedentes traídos a los autos por el propio demandado" (f. 21.024).-----

Con efecto, verifico no existir irregularidad en la cadena de otorgamientos de poderes de los abogados de la causa, una vez que:-----

Ana
Traduct
Mat. T.º X
Inscri

10
Jgués
a/CABA
141

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XIII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPOBA N.º 8841

(a) la traducción y el sello de los poderes están en las fs. 21.119-21.255, así indicadas en relación a los demandantes:-----

- Maria Aguinda Salazar (f. 21.242) -----
Carlos Grefa Huatatoca (f. 21.242) -----
Catalina Antonia Aguinda Salazar (f. 21.242) -----
Lidia Alexandra Aguinda Aguinda (f. 21.242) -----
Patricio Alberto Chimbo Yumbo (f. 21.130) -----
Clide Ramiro Aguinda Aguinda (f. 21.242) -----
Luis Armando Chimbo Yumbo (f. 21.130) -----
Beatriz Mercedes Grefa Tanguila (f. 21.242) -----
Lucio Enrique Grefa Tanguila (f. 21.130) -----
Patricio Wuilson Aguinda Aguinda (f. 21.242) -----
Celia Irene Viveros Cusangua (f. 21.140) -----
Francisco Matias Alvarado Yumbo (f. 21.141) -----
Francisco Alvarado Yumbo (f. 21.141) -----
Olga Gloria Grefa Cerda (f. 21.141) -----
Lorenzo Jose Alvarado Yumbo (f. 21.141) -----
Narcisa Ainda Tanguila Narvaez (f. 21.140) -----
Bertha Antonia Yumbo Tanguila (f. 21.141) -----
Gloria Lucrecia Tanguila Grefa (f. 21.141) -----
Francisco Victor Tanguila Grefa (f. 21.140) -----
Rosa Teresa Chimbo Tanguila (f. 21.140) -----
Jose Gabriel Revelo Llore (f. 21.242) -----
Maria Clelia Reascos Revelo (f. 21.140) -----
Magdalena Rodriguez Barcenas (f. 21.140) -----
Hugo Gerardo Camacho Naranjo (f. 21.140) -----
Heleodoro Palaron Guaraca (f. 21.140) -----
Luisa Delia Tanguila Narvaez (f. 21.141) -----
Lourdes Beatriz Chimbo Tanguila (f. 21.172) -----
Maria Hortencia Viveros Cusangua (f. 21.141) -----
Segundo Angel Amanta Milan (f. 21.153) -----

rolina C
Pública F
º 243 Cap:
n GTPCBA

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8941

Octavio Isamel Cordova Huanca (f. 21.241)-----
Elias Roberto Piyahuaje Payahuaje (f. 21.197)-----
Javier Piaguaje Payahuaje (f. 21.197)-----
Daniel Carlos Lusitande Yaiguaje (f. 21.197)-----
Benancio Fredy Chimbo Grefa (f. 21.197)-----
Guillermo Vicente Payaguaje Lusitante (f. 21.154)-----
Delfin Leonidas Payaguaje Payaguaje (f. 21.197)-----
Alfredo Donald Payaguaje Payaguaje (f. 21.197)-----
Teodoro Gonzalo Piaguaje Payaguaje (f. 21.197)-----
Miguel Mario Payaguaje Payaguaje (f. 21.197)-----
Fermin Piaguaje Payaguaje (f. 21.154)-----
Reinaldo Lusitande Yaiguaje (f. 21.242)-----
Luis Agustín Payaguaje Piaguaje (f. 21.197)-----
Emilio Martín Lusitande Yaiguaje (f. 21.197)-----
Simón Lusitande Yaiguaje (f. 21.197)-----
Armando Wilfrido Piaguaje Payaguaje (f. 21.196)-----
Ángel Justino Piaguaje (f. 21.126)-----

(b) los Demandantes otorgaron poder con facultades especiales al abogado ecuatoriano, como se ve en la cláusula segunda, punto cuatro, con la siguiente redacción (fs. 21.122-21.127):-----

DOS - PODER ESPECIAL [...]

El mandatario, adicionalmente, tendrá poder para todo aquello que a continuación se enumera, sin que la enumeración limite sus atribuciones, pues, más bien las ejemplifica.[...]

Cuatro. – El mandatario, además, tiene la facultad de contratar y/o suscribir todo tipo de acuerdos para instrumentar la contratación de todo tipo de consultores, sean éstos profesionales del derecho o no, ya sea en modalidad de pago por hora u honorarios de éxito, o ambos, en los términos y con las condiciones que estime apropiados.-----

(c) por su vez, el abogado ecuatoriano otorgó poder a los apoderados brasileños de la causa para representar a los Demandantes en Brasil. La cláusula tercera de ese poder establece la delegación de poderes para la realización de cualquier tipo de acción en nombre de los aquí

iano
rtugués
deral/CABA
8841

Ana C
Traductor:
Mat. T.º XXII
Inscripc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CIPCBA N.º 8841

Demandantes, ante todos los tribunales de país, indicando algunos actos, a título meramente ejemplificativo (fs. 144-159): Por medio del presente instrumento, el Compareciente delega parcialmente, para ser ejercido exclusivamente dentro de los límites de la República Federativa de Brasil, a favor de los señores abogados de nacionalidad brasileña Sergio Bermudes (...) para que éstos conjunta o indistintamente, comparezcan en nombre y representación de las personas físicas y jurídicas identificadas en los apartados (b) y (c) de la cláusula primera, ante los Jueces o Tribunales nacionales o provinciales de cualquier fuero, jurisdicción o grado en todo el territorio de la República Federativa del Brasil, incluyendo la Corte Suprema de Justicia de la Nación, para realizar cualquier tipo de actuación en nombre de los mandantes; así como también cualquier trámite o diligencia que fuera menester efectuar ante reparticiones públicas o privadas. Con este propósito, el otorgante delega en su mayor extensión el poder que se le ha conferido según los antecedentes singularizados en la cláusula segunda del presente, estando los mandatarios por lo tanto, plenamente facultados (sin que esta enunciación sea limitativa, sino por el contrario solamente ejemplificativa) para iniciar o continuar juicios, transigir, comprometer pleitos en árbitros, desistir de los pleitos, absolver posiciones y ejercer todos los derechos y facultades procesales reconocidas por la legislación procesal del lugar en el que se ejecute el mandato (fojas 150-51).

De esta forma, se verifica no existir irregularidad en la representación para la interposición de la presente acción de homologación de la sentencia extranjera.

4.1. Jurisdicción brasileña

El Demandado señala la falta de jurisdicción brasileña, una vez que: a) no posee matriz, filiales, sucursales, subsidiarias directas ni bienes en el territorio nacional para satisfacer eventual - e improbable - ejecución, lo que también aleja el interés de actuar de los autores; b) Chevron Brasil Petróleo Ltda. es subsidiaria directa de Chevron Amazonas LLC y de Chevron Latin America Marketing LCC, ambas subsidiarias en séptimo grado de la aquí requerida - Chevron Corporation, siendo inviable suprimir el principio de la personería jurídica; c) carece de eficacia en Ecuador el fallo que los Demandantes pretenden homologar, teniendo vista que "un Tribunal Arbitral en La Haya obligó a la República del Ecuador a adoptar todas las medidas necesarias para evitar la ejecución de la sentencia ecuatoriana dentro y fuera del Ecuador, incluso en Brasil".

Tr
da

Centro
Portugués
Internacional
N.º 8841

Polina
Pública
N.º 243 Ca
in CTPCI

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XVII, f.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

En ese punto, Nádia de Araujo, en su dictamen agregado a los autos por los aquí Demandantes, afirma con propiedad que "...la petición de homologación de una sentencia extranjera configura una Acción propia. Siendo así, debe observar las condiciones de la Acción judicial listadas en el CPC, que son legitimidad, interés y posibilidad de la petición" (f. 21.086).

Ello porque, con toda evidencia, relacionándose al derecho material, las condiciones de la acción son anteriores a la instauración de todo y cualquier proceso, lo mismo si se aplica, *mutatis mutandis*, a los presupuestos procesales regentes a la jurisdicción, los cuales otorgan poder y competencia al órgano al cual le fue dirigida la demanda.

Por lo tanto, no siendo la homologación de fallo extranjero un fin en sí mismo, sino el medio de hacer posible la práctica de actos materiales necesarios a la realización del derecho reconocido por otra soberanía, es menester estudiar si la jurisdicción brasileña puede y debe actuar en el caso concreto, en conformidad con el principio de efectividad, según el cual "la jurisdicción de cada Estado está limitada a causas en que el ejercicio de su poder pueda ser útil y efectivo" (dictamen de la Profesora Ada Pellegrini Grinover, p. 14), o sea, en que pueda hacer valer su decisión, dentro de las reglas de competencia internacional.

Es lo que se llama de jurisdicción razonable, relacionada al postulado de que "todo caso con elementos transfronterizos debe ser juzgado por un juez que tenga razonable conexión con el objeto del litigio, pues estos casos en general están vinculados a más de una orden jurídica, y será necesario definir cuál es la competente" (ARAÚJO, Nádia de. *Direito internacional privado*. San Pablo: Renovar, 2008, p. 218-219).

Finalmente, según dice el Ministro Athos Gusmão Carneiro, "el juez brasileño solamente actúa en relación con aquellas causas de alguna manera vinculadas a país extranjero, si hubiere posibilidad de hacer efectiva, en caso de realmente hacer cumplir, su sentencia" (*Jurisdicción y competencia*. San Pablo: Saraiva, 1999, p. 52).

De hecho, como bien lo advierte Humberto Theodoro Júnior, cuanto a hechos ocurridos en el extranjero y "fuera de las situaciones previstas en los arts. 88 a 90 de la Ley Adjetiva, la hipótesis es de inexistencia de jurisdicción" (JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de derecho procesal civil*. (Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 160).

Tr
da

na
de
X
se

An:
Traduc:
Mat. T.º :
Insc

asciano
ie Portugués
al Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841

En suma, es imprescindible la existencia de algún punto de conexión entre el ejercicio del poder determinado por el Estado y el caso concreto a él sometido, para que se vea la posibilidad de actuación de la respectiva jurisdicción. -----

Es relevante notar que, en esta jurisdicción, las condices de la acción deben ser verificadas dentro de los límites del juicio de decisión y no de forma amplia como se procede en relación a las acciones interpuestas originalmente en Brasil. -----

Por lo tanto, en este caso, de carácter meramente homologatorio, no compete investigar sobre la ilegitimidad de Chevron Corporation para integrar el polo reo de la demanda originaria, ni para averiguar la ingeniería societaria, que los Demandantes alegan haber sido llevada a cabo por la empresa petrolera, como justificación para interponer la presente acción en el Brasil. -----

Sin contradecir la fundamentación manifestada, creo que el análisis sobre el interés jurídico del Estado brasileño, en la homologación de fallo extranjero - y, por lo tanto, la liberación del ejercicio de su jurisdicción -, debe partir de la verificación del pedido y de la causa de pedir deducidos en la inicial, visto que cualquier indagación más profunda chocaría en el tema de la solución de la cuestión de mérito del propio litigio extranjero. -----

De hecho, se verifica que el pedido formulado por los Demandantes - ciudadanos ecuatorianos - fue en el sentido de homologar el presente fallo extranjero sentenciado contra Chevron Corporation S.A., antigua denominación de Chevron Texaco Corporation (f. 11). -----

La causa de pedir consiste en la condena del demandado en la corte ecuatoriana como resultado de grave daño ambiental resultante de la explotación de petróleo por parte de Chevron Corporation, empresa petrolera de gran porte, constituida y establecida en los Estados Unidos de América, pero que también ejercería dichas actividades en el territorio nacional brasileño - como, por ejemplo, en Campo de Frade, en el Estado del Rio de Janeiro -, y que se encuentra ubicada en la Avenida República de Chile, en ese mismo estado. -----

Es oportuno indicar que, de hecho, está fuera de discusión en los autos que el caso en juicio no involucre partes brasileñas o domiciliadas en el país, tampoco el litigio original se refiere a hechos ocurridos en Brasil, y el fallo homologado tampoco impuso ninguna obligación a ser cumplida en territorio nacional. -----

Carolina Ca:
a Pública de
F.º 243 Capital
ción CTPCBA N

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 0841

El punto de conexión alegado por los Demandantes en su contestación (fs. 21.019-21.061) para justificar interponer esta demanda de homologación en el Poder Judicial brasileño es justamente el hecho de que Chevron también actúa en el área de explotación de petróleo en el territorio nacional teniendo bienes aquí. -----

Sin embargo, se debe registrar que no pasó de mera y ligera alegación, y que, en las largas discusiones no hubo ni siquiera intento de demostrarlo. -----

En conformidad con la conclusión del certificado en la f. 730, la citación no pudo ser realizada en la dirección brindada en la inicial, porque allí está Chevron Brasil Petróleo Ltda., siéndole informado al Sr. Oficial de Justicia, que Chevron Corporation tiene su matriz en el Estado de California, EE.UU., no habiendo allí ninguna persona con facultades para recibir citaciones en nombre de la destinataria. Le fue notificado además, que la petrolera estadounidense no constaba en Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantiles - SIMREM, del Gobierno del Estado del Rio de Janeiro, ni en los Registros Mercantiles de los Estados de San Pablo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahía ni del Distrito Federal, según las copias anexadas al mandato (fs. 731-743). -----

Indicada una nueva dirección por los Demandantes (f. 769), una vez más fracasó la citación de Chevron Corporation en territorio nacional, visto que la persona, por ellos indicada como representante del Demandado - George Raymond Buck III - no tenía esas facultades (f. 781). Además, el Oficial de Justicia agregó a los autos documentos que comprueban que tampoco constaba el nombre de la sociedad estadounidense en los Registros Mercantiles de los Estados de Alagoas, Amapá, Rondônia, Rio Grande del Sur, Rio Grande del Norte, Maranhão, Sergipe, Acre, Paraíba, Amazonas, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, Piauí, Espírito Santo, Tocantins y Paraná (fs. 785-845). -----

Con efecto, se puede observar que la citación se dio por exhorto, en la matriz de Chevron Corporation en la dirección: 6001 Bollinger Canyon Road, San Ramón, California, Estados Unidos de América (fs. 881-893). -----

Queda por lo tanto obvio que Chevron Corporation no se encuentra ubicada en Brasil y que la pretensión en este caso es volcar la ejecución a Chevron Brasil Petróleo Ltda., que se presenta como mera sociedad subsidiaria indirecta del aquí Demandado, supuestamente en séptimo grado. -----

Ana
Traducto
Mat. T.º X
Inscri

ano
rtugués
Jera/CABA
8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XUI, F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Por lo tanto, las sociedades subsidiarias son personas jurídicas con personería y patrimonio propios y, por ello, normalmente, no susceptibles de ser responsabilizadas por débitos imputados a otra sociedad del mismo grupo económico, aunque pertenezcan a la empresa controladora, siendo verdad que: -----

[...] con las sociedades-hijas (subsidiarias) no se confunden las sucursales, filiales, agencias, términos que, en nuestro derecho, son generalmente usados como sinónimos para indicar la organización o el establecimiento que depende de otro, el principal, por general, ubicado fuera de la circunscripción política o administrativa en que se encuentra este último. La diferencia esencial está en que las sociedades-hija tienen autonomía jurídica, de personalidad, mientras las agencias, sucursales o filiales son extensiones de la organización, sociedad o empresa principal. (MIRANDA VALVERDE, Trajano, "Sociedades por Acciones", vol. 1, p. 399).-----

En el mismo sentido, el siguiente precedente de la Segunda Sección, en el que se descartó la posibilidad de que una empresa subsidiaria tenga que responder, con su patrimonio, por deudas de otra sociedad del mismo grupo económico: -----

PROCESAL CIVIL. APELACIÓN DE REGLAMENTO. CONFLICTO DE COMPETENCIA. RECUPERACIÓN JUDICIAL. EJECUCIÓN LABORAL. EMPRESA SUBSIDIARIA. AUSENCIA DE CONFLICTO. MANTENIMIENTO DEL TRIBUNAL POR SUS PROPIOS TÉRMINOS. APELACIÓN DE REGLAMENTO NO ACEPTADO.-

1. La ejecución laboral se voicó contra la empresa subsidiaria integral de aquella en recuperación, la cual, a pesar de pertenecer al mismo grupo económico, posee patrimonio y personería jurídica distintas de la en recuperación. -----
2. En casos como este, la jurisprudencia del Superior Tribunal de Justicia es firme en el sentido de que si el patrimonio de la quebrada no fue objeto de embargo en el juicio laboral, no se piensa en competencia del juicio de quiebra para ejecución del crédito reclamado. ----
3. No siendo la línea de argumentación presentada por los apelantes capaz de evidenciar la inadecuación de los fundamentos invocados por la decisión apelada, la presente apelación no se revela apta a alterar el contenido del juzgado impugnado, debiendo ser el mismo integralmente mantenido en sus propios términos.-----
4. Apelación de reglamento no aceptada.-----

rolina Car
Pública de
º 243 Capítu-
ón CTPOBA i

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPOBA N.º 8841

(AgRg en el CC 138.936/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SECCIÓN, juzgado el 25/11/2015, DJe 27/11/2015) -----

Se debe notar que mientras el procedimiento de homologación no se confunda con la ejecución propiamente dicha - situándose en fase anterior -, está claro que su efecto directo es posibilitar el cumplimiento del Fallo en el territorio nacional, sobre todo si se trata de condena en monto estimado en cerca de 10 mil millones de dólares, en que la ejecución *stricto sensu del fallo* extranjero es la principal finalidad de la pretensión de la homologación. -----

Sin embargo, el orden jurídico nacional no autoriza que se interponga una acción de ejecución en función de quién no integró la parte de reo de la acción cognitiva (responsabilidad primaria) o contra quien no es el responsable legal por el cumplimiento de la obligación (responsabilidad secundaria), en conformidad con lo que establece el art. 568, I, c/c el art. 592 del CPC, bajo pena de violación de la cosa juzgada, derecho a contrademanda y al debido proceso legal. -----

Vicente Greco Filho, en su memorable obra señala que la elección del reo de la homologación debe tener como norte "las reglas que definen los límites subjetivos de la cosa juzgada, incluso porque, sobre ello, no son diferentes las normas, así sea el fallo extranjero o nacional. Por lo tanto, [...] para la homologación se deben citar [...] apenas las partes del proceso original, porque a ellas se les aplica la fuerza de la cosa juzgada [...]". (*Homologación de fallo extranjera*. San Pablo: Saraiva, 1978, p. 123-124). -----

Pontes de Miranda enfatiza la necesidad de que se observen los postulados del debido proceso legal y de contrademanda como requisito para la homologación del fallo extranjero, bajo pena de nulidad: -----

Si la sentencia extranjera fue emitida sin que se hubiese incluido en la relación jurídica procesal a la persona contra quien se desea, en Brasil, la eficacia de la sentencia extranjera (p. ej., no fue citada, o fue nula la citación y fue juzgada en rebeldía), el reconocimiento de tal decisión viola el principio del orden público, aunque el derecho extranjero no la considere nula. (*Comentários ao Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro: Forense, 1999, Tomo VI, pág. 104). -----

En el mismo sentido, Alexandre Câmara destaca que: Se trata de requisito resultante de la garantía constitucional del contradictorio, y no se puede admitir el reconocimiento de

ano
rtigués
lra/CABA
8841

Ana
Traductc
Mat. T.º XX
Inscrip

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XX F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCEA N.º 8841

sentencia emitida en proceso del cual no participaron (o no tuvieron al menos la oportunidad de participar) las personas que están sujetas a los efectos de la sentencia reconocida. Es importante resaltar que la violación del contradictorio impediría el reconocimiento de la sentencia extranjera por el simple hecho de ser tal decisión contraria al orden público brasileño. (*Lições de Direito Processual Civil*, Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007. pág. 33-34).

En ese mismo sentido, la jurisprudencia de la Casa frena la intención responsabilización patrimonial de la sociedad, que no participó de la fase cognitiva del proceso, por el simple hecho de ser ella integrante del mismo grupo económico de la parte deudora:

APELACIÓN DE REGLAMENTO EN LA APELACIÓN DE INSTRUMENTO. TRIBUTARIO. EXECUCIÓN FISCAL. SEGURO SOCIAL. LEGITIMIDAD PASIVA. GRUPO ECONÓMICO. SOLIDARIEDAD. INEXISTENCIA. PRECEDENTES: AGRG NO ARÉSP 21.073/RS, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 26.10.2011 Y AGRG NO AG 1.240.335/RS, REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJE 25.05.2011. REEXAMEN DE PRUEBAS. FALLO 7/STJ. APELACIÓN DE REGLAMENTO NEGADA.

2. La jurisprudencia de esta Corte acepta el entendimiento de que el simple hecho de que dos empresas pertenecen al mismo grupo económico, por sí solo, no implica en solidaridad pasiva en ejecución fiscal.

3. Habiendo el Tribunal de origen reconocido la inexistencia de solidaridad entre el banco y la empresa arrendadora, sería necesario reexaminar la materia de hechos-comprobación para llegar a una conclusión diferente, lo que encuentra impedimento en el Fallo 7 de esta Corte, según la cual la pretensión de simple reexaminación de prueba no dar lugar a recurso especial.

4. Apelación de Reglamento del MUNICÍPIO DE GUAÍBA no aceptada. (AgRg no Ag 1415293/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, juzgado el 19/06/2012, DJe 21/09/2012)

Por lo tanto, pienso que no se está atropellando el juicio de decisión característico de la homologación de fallo, sino apenas reiterando la falta de jurisdicción en el caso concreto - lo que es un presupuesto necesario de todo y cualquier proceso -, considerando que: a) Chevron Corporation, empresa norteamericana contra la cual fue proferida la sentencia

Ca
a de
apita:
CBA :

Cc
o
pa.
IA

Carolina Cas
Pública de
243 Capital
In CTPCBA N.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

extranjera, no se encuentra localizada en territorio nacional; b) Chevron do Brasil, persona jurídica diferente de la demandada y con patrimonio propio, no formó parte del polo pasivo del pleito original; y c) no hay ninguna conexión entre el proceso ecuatoriano y el Estado brasileño, según fundamentación anterior. -----

Causa extrañeza el hecho de que los Demandantes no instauraron un proceso homologatorio en los Estados Unidos de América, donde Chevron tiene su matriz y que por lo tanto, la jurisdicción es evidente, prefiriendo hacerlo en países que aparentemente no tienen relación con el hecho ecuatoriano, tales como Canadá y Argentina, además de Brasil. -----

Ello probablemente se debe al hecho de que varias acciones de producción anticipada de pruebas fueron interpuestas por Chevron en los Estados Unidos de América (*discovery actions*), y los respectivos fallos concluyeron la existencia de fraude en la Acción de Lago Agrio. Estos dictados por el Juez Federal: a) del Distrito Oeste de Carolina del Norte (fs. 4.424-4.454); b) del Distrito de Nuevo México (fs. 4.457-4.478); c) del Distrito Sur de California (fs. 4.479-4.487); d) del Distrito Sur de Nueva York (fs. 4.671-4.733); e) del Distrito de Nueva Jersey (fs. 4.584-4.613); f) de la Sección Judicial del Estado de Florida (fs. 5.022-5.040). -----

Además, vale mencionar la Acción RICO, en que la Corte Federal estadounidense emitió un fallo de casi 500 páginas a favor de Chevron Corporation, declarando que el fallo de Lago Agrio se obtuvo por medios corruptos y que los representantes de los autores violaron la legislación anticorrupción estadounidense y demás leyes federales que prohíben extorsión, fraude electrónico, lavado de dinero, manipulación de testigos, obstrucción de la justicia, pago de soborno y demás crímenes (f. 20.263). Tal fallo fue confirmado por el Tribunal de Apelaciones en 8/8/2016 (fs. 22.344-22.581). -----

Dicho sea de paso, en este punto, el Tribunal canadiense, examinando el mismo pleito aquí analizado, concluyó que "las acciones de Chevron Canada no son exigibles nominalmente en satisfacción de la Sentencia dado que su titular registrado, Chevron Canada Capital Company, no era parte de la Sentencia, ni es parte en esta acción" (fs. 17.142-17.143). -----

La inolvidable Ada Pelegrini Grinover, con su característica precisión, fue al punto (f. 21.749): Y ni se argumente que el cumplimiento podría ser instaurado aquí, para el embargo de bienes en otro Estado soberano: además de las evidentes dificultades operativas

310
Portugués
Mat./CABA
3841

Mat.
CABA

310
Mat.

310
Portugués
Mat./CABA
3841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

y de los potenciales conflictos que de ello podrían resultar, el Poder Judicial brasileño estaría usando una especie de "trampolín" para enjuiciar a otros Estados soberanos. Eso, más allá de los argumentos ya empleados, sería un desprestigio claro del Poder Judicial brasileño, reforzando que él no tiene interés jurídico en homologar el fallo extranjero. -----
Dicho sea de paso, considerándose lo hasta aquí expuesto, si el fallo fuese homologado, sería pertinente indagar: ¿Cuál sería el juicio competente para la ejecución considerando que Demandado no posee domicilio ni bienes en Brasil y que la condena no debe ser cumplida aquí? La "brecha" legislativa no es porque sí: no hay regla para tal hipótesis simplemente porque, en ese caso, no tiene utilidad la intervención del Estado brasileño. ----

4.2. Además, la falta de jurisdicción brasileña lleva necesariamente a la falta de interés procesal de los Demandantes. -----

Ello porque el interés de actuar se encuentra vinculado a la necesidad y a la adecuación de la prestación jurisdiccional, o sea, cuando la tutela tenga el potencial de producirle al autor alguna utilidad, que no le sería otorgada sin la intervención estatal, además de cuando esté apta a satisfacer concretamente su pretensión. -----

Aplicando dichos conceptos al procedimiento de homologación, el interés de actuar estará presente siempre que "la resolución postulada sea apta y adccuada a producir algún resultado útil al autor, proporcionándole determinada ventaja en su esfera subjetiva de derechos. Vale la pena recordar que, por causa de la autonomía que goza el juicio que emite el fallo, esa utilidad debe ser valorada a la luz del procedimiento pedido al juez en el proceso de homologación, no en el proceso extranjero ya juzgado" (ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Homologación de sentenças arbitrais estrangeiras*. San Pablo: Atlas, 2008, p. 108). -----

En el caso concreto, según adrede explicado, no se observa ni el interés del Estado en la prestación jurisdiccional, ni el dos Demandantes en interponer la acción de homologación en Brasil una vez que, según enseña Vicente Greco Filho, ausente estará el interés de actuar "siempre que se esté delante de una situación de falta de derecho de ejecutar" (*Op. Cit.*, p. 124). -----

5. Ante lo expuesto, no homologo el fallo extranjero. -----

na Car
lica de
3 Capita
PCBA N.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

A cargo de los autores, costas procesales y honorarios de abogados, éstos fijados en R\$ 100.000,00 (cien mil reales), en conformidad con lo que establece el art. 85, inc. 2º, del CPC.

Es mi voto.

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO UMBO

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA

DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE

DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO

DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO

DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA

Ana C
Traductora
Mat. T.º XXI
Inscripción

Ano
Portugués
Mat. CABA
8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

SECRETARÍA DE EDUCACIÓN
SECRETARÍA DE CULTURA Y PATRIMONIO

DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA-----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA-----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE-----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----
DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: SIMÓN LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE-----
ABOGADO: SÉRGIO BERMUDES y OTRO(S) - DF002192A -----
DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION-----
ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTRO(S) - DF023750 -----
ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156-----

VOTO-----

SU SEÑORÍA SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (Relator):-----

Sra. Presidente, me gustaría adelantar mi voto porque tengo una serie de viajes por el CNJ, lo que, de cierta forma, irá a dificultar mi presencia en las sesiones de la Corte Especial.---

olina C
ública
243. Cas
CTPCE.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXV F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Como ya participé en el debate sobre la cuestión de orden y como me lo permite el Reglamento, sin faltarle al respeto a quien pidió vistas, sino apenas por motivo de mi dificultad de administración del tiempo, pido permiso para ello. -----

No me llega la alegación de que se trata de renuncia al fondo de derecho, lo que necesitaría de facultades especiales el apoderado judicial, porque no se trata de eso. El fondo de derecho es materia de la sentencia homologada. Ello está allí, y no podemos aquí rescindir la sentencia homologada. -----

Me parece que hubo uso de terminología inapropiada por parte del abogado al afirmar que renunciaba a la pretensión homologatoria del fallo extranjero. Renunciar a la pretensión homologatoria de la sentencia, en último análisis, solo se puede renunciar al proceso de la acción homologatoria. A rigor, se está desistiendo de la homologación de la sentencia extranjera. -----

En ese punto, mi entendimiento coincide con el del Ministro Luis Felipe Salomão porque, revestido de jurisdiccionalidad, el procedimiento de homologación tiene naturaleza de cognición con el propósito de adicionarse a un título de ejecutividad en el país donde se homologa, en este caso Brasil. Por eso digo que hay una nacionalización del título judicial y esa homologación se da -- y todos nosotros lo sabemos -- por cuestión de soberanía, visto que jurisdicción es la expresión de la soberanía del país, por ese motivo los fallos judiciales extranjeros necesitan homologación. -----

El procedimiento de homologación se viste, por lo tanto, de naturaleza de acción de cognición con el propósito de dar ejecutividad a la sentencia extranjera, razón por la cual entiendo que la negación de esta acción necesita de la aquiescencia de la parte *ex adversa*. En el caso, no habiendo habido esa aquiescencia, **no tenemos como aceptar u otorgar el pedido, por ello el rechazo, congruente con el voto del Ministro Luis Felipe Salomão para determinar el seguimiento de la acción de homologación hasta la decisión final.--**

CERTIFICADO DEL JUICIO -----

CORTE ESPECIAL -----

Número de Registro: 2013/0081095-1 **PROCESO ELECTRÓNICO SEC 8.542 / EC** ---

Número Origen: 201201282964 -----

PAUTA: 20/09/2017 JUZGADO: 20/09/2017 -----

Relator -----

Casciano
Portugués
Capital/CABA
N.º 8841

Ana
Traductora
Mat. T.º X
Inscri

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Su Señoría Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Ministro Impedido

Su Señoría Sr. Ministro: **FELIX FISCHER**

Presidente de la Sesión Su Señoría Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-General de la República

Su Señoría Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

Secretaria Lic. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

ACTORES

DEMANDANTE: **MARIA AGUINDA SALAZAR**

DEMANDANTE: **CARLOS GREFA HUATATOCA**

DEMANDANTE: **CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR**

DEMANDANTE: **LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA**

DEMANDANTE: **PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO**

DEMANDANTE: **CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA**

DEMANDANTE: **LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO**

DEMANDANTE: **BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA**

DEMANDANTE: **LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA**

DEMANDANTE: **PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA**

DEMANDANTE: **CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA**

DEMANDANTE: **FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO**

DEMANDANTE: **FRANCISCO ALVARADO YUMBO**

DEMANDANTE: **OLGA GLORIA GREFA CERDA**

DEMANDANTE: **LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO**

DEMANDANTE: **NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ**

DEMANDANTE: **BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA**

DEMANDANTE: **GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA**

DEMANDANTE: **FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA**

DEMANDANTE: **ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA**

DEMANDANTE: **JOSE GABRIEL REVELO LLORE**

DEMANDANTE: **MARIA CLELIA REASCOS REVELO**

DEMANDANTE: **MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES**

Carolina Ca
Pública de
n.º 243 Capit
in CTPCBA

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----

DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----

DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----

DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----

DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU -----

DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----

DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----

DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----

DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----

DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----

DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE -----

DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----

DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----

ABOGADO: SERGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

ASUNTO: DERECHO CIVIL - Responsabilidad Civil -----

SUSTENTACIÓN ORAL -----

Ano
Traduct
Mat. T.º >
Insc

año
rtugués
Jera/CABA
6841

Ana Carolina Casciaro
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 6841

ASUNTO: DERECHO CIVIL - Responsabilidad Civil-----

SUSTENTACIÓN ORAL-----

Estuvieron presentes en la Sesión el Dr. André Silveira, por los Demandantes, y los Drs. Celso Cintra Mori y Carlos Mário da Silva Velloso, por el Demandado, siendo la sustentación oral diferida para después de la conclusión del análisis del pedido de renuncia.

CERTIFICADO-----

Certifico que la ilustre CORTE ESPECIAL, al analizar el proceso en epígrafe en la sesión llevada a cabo en esta fecha, emitió el siguiente fallo: -----

Luego del voto del Sr. Ministro Relator, preliminarmente negando el pedido de renuncia y el voto anticipado del Sr. Ministro João Otávio de Noronha, en el mismo sentido, pidió opinión anticipada la Sra. Ministra Nancy Andrighi. -----

Aguardan los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Musi y Og Fernandes. -----

Impedido el Sr. Ministro Felix Fischer. -----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1)-----

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO-----

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA -----

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR-----

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA-----

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO-----

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA-----

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA-----

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA-----

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA -----

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----

Ana Carolina C.
Traductora Pública de
Mat. T.º XXI F.º 243 Cap.
Inscripción CTPCBA N.º

Ana Carolina C.
Traductora Pública de
Mat. T.º XXI F.º 243 Cap.
Inscripción CTPCBA N.º

A
T.
M.

1
M.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

8
1.

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA-----
DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO-----
DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ-----
DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA-----
DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA-----
DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA-----
DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA-----
DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE-----
DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO-----
DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES-----
DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO-----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA-----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ-----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA-----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU-----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN-----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA-----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE-----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE-----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE-----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA-----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE-----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE-----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE-----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE-----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE-----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE-----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE-----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE-----
DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE-----

CASCIANO
Traductora Pública de Portugués
Capital Federal/CABA
Inscripción N.º 8841

Ana C
Traductora
Mat. T.º XXI
Inscripción

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Capital Federal/CABA
Inscripción N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PLAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PLAGUAJE -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

VOTO-VISTA -----

SU SEÑORÍA SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI: -----

Se trata de cuestión previa relacionada al requerimiento de renuncia de la pretensión de homologación de sentencia extranjera formulada por los Demandantes en las fs. 24.184/24.186 (e-STJ), con la cual no está de acuerdo el DEMANDADO (fs. 24.189/24.190 (e-STJ)). -----

Voto del Relator, Min. Luis Felipe Salomão: negó el pedido con el fundamento de que: (i) no sería admisible la renuncia al propio derecho reconocido en la sentencia extranjera, porque la homologación consustancia un presupuesto de decisión de la referida decisión en territorio nacional, con el solo objetivo de su posterior ejecución, lo que muestra su carácter meramente procesal, sin correlación directa con el derecho material interpuesto en la acción original; (ii) no habrían facultades expresas para renunciar en los poderes otorgados a los apoderados judiciales de los Demandantes; (iii) además sería inadmisibile el abandono, porque se trata de facultad concedida a los Demandantes bajo condición, que es, la anuencia del Demandado. -----

Revisados los hechos, se decide. -----

Inicialmente, y en la misma línea de pensamiento del voto preliminar hecho por el Relator sobre la cuestión previa, no hay nada a decir a favor de la posibilidad de renuncia unilateral, por los Demandantes, del pedido de homologación del fallo extranjero luego de la citación del Demandado y sin la anuencia del mismo (art. 485, inc. 5º, del CPC/15), pues, como bien dicho por su Exa., es igualmente otorgado a la parte adversa la legítima expectativa de obtención de una tutela jurisdiccional de mérito. -----

olina Ce
blica de
243 Capit:
CTPCBA

olina Casciano
Traductora de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Aná Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

1a
cte
IX
50

Sobre la posibilidad de **renuncia** unilateral, sin embargo, es necesario realizar una breve digresión que inicia con el examen de la naturaleza jurídica de la homologación del fallo extranjero. -----

En este particular, destaca, el ilustre Relator, al pronunciarse a favor de la imposibilidad de renuncia en el caso que *"la homologación consubstancia un presupuesto de eficacia del fallo extranjero en territorio nacional, con el fin apenas de su posterior ejecución, lo que denota su carácter meramente procesal, sin correlación directa con el derecho material interpuesto en la acción original"*. -----

Ello porque, continúa Su Señoría, la homologación limita *"el juicio ejercido por esta Corte al mero fallo, que se restringe, normalmente, a la verificación de los requisitos formales preconizados en el orden jurídico, con vistas a conferir la producción de efectos jurídicos al acto proveniente de otra jurisdicción"*. -----

Independientemente de la homologación del fallo extranjero por tener esta Corte, innegablemente, una marcada carga de eficacia, las cuestiones que se pretenden examinar de aquí en adelante son las siguientes: (i) si el pronunciamiento jurisdiccional que homologa el fallo extranjero está compuesto exclusivamente por elemento de eficacia; (ii) si el procedimiento de homologación de fallo extranjero tiene características de litigio; (iii) si la renuncia unilateral es compatible con el procedimiento de homologación de fallo extranjero; y (iv) si es remediable el vicio consubstanciado en la solicitud de renuncia sin la agregación de poder con poderes específicos para esa finalidad. -----

En ese aspecto, aunque se reconozca la presencia del elemento eficacia en este procedimiento y, en especial, en el fallo judicial que en él se emitirá, no se puede olvidar que la pretensión de homologación está interpuesta en una acción (y el propio art. 960 del CPC/15 reconoce que la homologación es requerida por medio de una acción), de cognición y rito diferenciados, cuya característica esencial es la existencia de autonomía en relación al derecho material concretizado en el título que se pretende, al final, validar en territorio nacional. -----

A respecto, explica Danilo Knijnik, con base en las enseñanzas de Mario Miele y José Carlos Barbosa Moreira: -----

iano
rtugués
Braz/CABA
8841

Ana Ca
aductora
L. T.º XXII F.
Inscripción

Ana Carolina Casciáno
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

ar
P
F.

“La acción de homologación de sentencia extranjera - o acción del fallo, como también se le denomina - consiste, a rigor, en una demanda “como especificación del derecho general de acción, autónoma tanto en relación a la acción principal como en relación a la propia sentencia extranjera, esta última concebida como presupuesto y, al mismo tiempo, objeto de la resolución demandada al juez”, destinándose, por lo tanto, “a la obtención de una resolución constitutiva de la eficacia de la sentencia extranjera”.

Presente tal autonomía, Micle señala que “la legitimación para actuar en análisis de la materia le puede competir a cualquier parte que tenga interés en hacer valer los efectos de la sentencia extranjera”, no quedando restringida, por lo tanto, a la parte victoriosa, siendo indebido, de este modo, distinguir, a esos efectos, entre la parte victoriosa y la perdedora. Es la lección, similar, de Barbosa Moreira: “Aquél que solicita la homologación de sentencia extranjera interpone una verdadera acción naturalmente distinta, así sea, de la acción realizada en el Estado de origen, o de la eventualmente pasible de ser realizada, con el mismo fundamento y objeto de ella en Brasil”.

La autonomía de la acción que dictará el fallo es además lo que explica (i) la no configuración de litispendencia entre acción de reconocimiento, proceso extranjero y demanda brasileña, además de (ii) la imposibilidad de reexaminar, en juicio de fallo, el mérito del fallo extranjero, pues “la reexaminación del mérito, por el cual se otorga al juez exhortado el poder de reexaminar los hechos de la causa, ya valorados por el juez de origen, niega la cosa juzgada extranjera, adoptando el valor contrario de un nuevo juzgamiento, en renovada cognición de la jurisdicción sobre la controversia (...). En la dimensión procesal, la reexaminación de mérito se pone, históricamente, como usurpación de la jurisdicción del juez original: reexaminando la decisión de mérito y poniendo un nuevo fallo al caso, el juez del foro ejerce una competencia que se sobrepone y niega la del juez de origen”.

Establecidas dichas premisas, para efectos meramente didácticos, el objeto de esta demanda comporta dos juicios, a rigor entrelazados: de un lado, y como etapa previa inherente a la cognición judicial aquí ejercida, el juicio de conocimiento (o de mera certificación); y del otro lado el juicio de reconocimiento (o de fallo).

El primero es referente a la certificación de documentos del acto jurídico calificable como fallo extranjero, incluyendo, básicamente, (i) la certificación de la existencia del Fallo

lina Cas
oficia de F
13 Capital F
IPCBA N.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 243/Capital Federal/CABA
Inscripción C/PCBA N.º 8841

r
di
3

extranjero (ii) y de la respectiva sentencia firme; (iii) que se encuentren las consularizaciones y traducciones pertinentes y (iv) la comprobación formal del acto de citación (o de la configuración de la rebeldía). Como se observa, se trata de la comprobación documental del acto-fallo, sin cuidar, por ahora, de decidir la homologación o no del fallo. -----

Vencida esa etapa y en relación de perjudicialidad, se realiza el juicio de fallo propiamente dicho, por medio del cual se constituirá la eficacia de la sentencia extranjera. Aquí se examina el mérito de las cuestiones sujetas a conocimiento de la Corte (las cuales, según las objeciones y excepciones argumentadas, podrán constituir o no temas controvertidos), entre los cuales, por su relevancia, figuran los siguientes: (i) verificación de la competencia internacional del tribunal extranjero; (ii) conformación de la sentencia al orden público bajo perspectiva material y (iii) bajo perspectiva procesal; (iv) si hay fraude procesal. -----

De inicio, se observa que la cognición, en este caso, es limitada, pero no superficial. Si es verdad que al juicio de fallo no le compete reexaminar el mérito del fallo extranjero, por lo menos dos temas pueden interferir con la aparente neutralidad de esta demanda: se trata, precisamente, del juicio de conformidad con el orden público y de la así llamada excepción de fraude procesal. Son temas que, sin lugar a dudas, dejan inestable el tribunal de fallo, pudiendo asumir gran importancia, justificando, por ello, una profundización.” (KNIJNIK, Danilo. Reconocimiento del Fallo extranjero y tutela del orden público procesal por el juez del foro; o la verificación, por el STJ, del “modo de ser” del proceso extranjero. Revista de Proceso: RePro, v. 33, n° 156, fev. 2008, p. 66/67). -----

Por lo tanto, vemos, en primer lugar, que la decisión que homologa el fallo extranjero tiene contenido de mérito. No se trata solamente de presupuesto de eficacia para posterior ejecución del fallo extranjero, porque hay, en la pretensión deducida por el demandante, una carga adicional, así sea de naturaleza declaratoria o constitutiva – y ello ni siquiera es objeto de este examen – que le es antecedente y que se formará a partir de los elementos fácticos y jurídicos recogidos en esta acción autónoma. -----

Evidentemente, la cognición desarrollada en la acción de homologación de fallo extranjero es sustancialmente distinta de la que existe en el proceso común, en los demás procesos especiales previstos en el CPC/15 o en la legislación extravagante, teniendo como

An.
Traduc.
Mat. T.º
Insc.

No.
Lugares
Mat. T.º
CABA
341

Ci.
d.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 301 Eº 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 6841

característica destacada la cognición horizontalmente más limitada, ante la imposibilidad de esta Corte ingresar en el mérito y el contenido del fallo que se pretende homologar. -----
Pero, como en todo y en cualquier otra acción de conocimiento, habrá alegación inicial, admitiéndose la concesión de tutela provisoria, habrá citación para contestar, aunque limitado a las materias susceptibles de contestación por el demandado, podrá haber contestación, contra contestación y, finalmente, la decisión. De esta pretensión autónoma interpuesta en una acción igualmente divorciada del fallo que se pretende homologar y que se desarrolla por medio de la concatenación de actos procesuales arriba mencionados, solamente podemos concluir que habrá una decisión con contenido de mérito sobre la controversia. -----

El mérito de esta acción de homologación, todavía, no atañe respecto del fallo que se pretende que se internalice y ejecute en Brasil, sino al propio derecho autónomo de homologar el referido fallo en territorio nacional. -----

Dicho de otra manera, se discute en la fase cognitiva exclusivamente sobre la existencia, o no, del derecho de homologar el fallo extranjero en Brasil y, solamente si este juicio inicial fuera positivo, se incorpora el presupuesto de eficacia, permitiendo la ejecución del fallo extranjero en territorio nacional. -----

Como la controversia de mérito de esta acción tiene el contenido arriba enunciado, no se puede negar que el ambiente de la acción de homologación de fallo extranjero es propicio para la litigiosidad. Aún, si el litigio, en la concepción carmeluttiana, se concibe como el *"conflicto de intereses cualificado por la pretensión de uno y por la resistencia de otro"*, la hipótesis bajo examen es ejemplo de cómo se puede alcanzar una altísima litigiosidad entre las partes en este proceso. -----

Por lo tanto, si hay pretensión, si hay acción, si hay litigio y si hay proceso, nada justificaría la inexistencia o incluso la prohibición al derecho de renunciar a la pretensión deducida, que no atañe al derecho material reconocido en el fallo extranjero cuyo presupuesto, inclusive, es la inmutabilidad resultante de la cosa juzgada, sino del derecho de homologar el fallo extranjero en Brasil, desde que atendidos los presupuestos existentes en nuestro orden jurídico: -----

Carolina C
i Pública
F.º 243 Cap
ión CIPCB.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CIPCEA N.º 8841

Es necesario destacar, aún, que el art. 269, V, del CPC/73, afirmaba haber resolución de mérito "cuando el autor renuncie al derecho sobre el que se funda la acción", al paso que el art. 487, III, "c", afirma que habrá resolución de mérito cuando el juez homologue "la renuncia a la pretensión formulada en la acción o en la reconvencción". La modificación legislativa no es meramente semántica, sino, al revés, sustancial, en la medida en que se reconoce expresamente que también es posible la renuncia a un derecho autónomo de índole procesal, como es, en este caso, el derecho de homologar el fallo extranjero en Brasil. -----

Anótese, finalmente, que el CPC/15 es un código francamente influenciado por la libertad y por la autonomía de la voluntad de las partes, habiendo una clara amplificación no solo de los poderes de negociación, sino además de los poderes de disposición, de modo que no admitir la renuncia al fundamento de que este acto sería incompatible con una acción de conocimiento, de característica muy particular, pero aun así una acción de conocimiento, contrariaría a la nueva legislación procesal en su esencia. -----

Hechas esas consideraciones, no hay porque no admitir, al menos en tesis, la renuncia a la pretensión homologatoria de fallo extranjero, advirtiéndose desde ya que, diferentemente del abandono, la homologación de la renuncia al derecho de homologar el fallo extranjero en Brasil llevará a la imposibilidad de interponer una nueva acción de homologación de este mismo fallo extranjero. -----

Eso dicho, es necesario examinar también, para la solución de la cuestión previa bajo análisis, si la falta de poder con facultades específicas para renunciar, exigencia expresada en el art. 105 del CPC, deberá resultar en la inmediata negación del pedido o si deberá ser tratado a parte el derecho de sanar el vicio. -----

En ese aspecto, se verifica que la sanabilidad de los actos procesuales, en 1º grado de jurisdicción (art. 352) o en los tribunales (art. 938, inc.1º), es también una premisa fundacional del CPC/15, que busca siempre que sea posible, la solución de la controversia por el mérito. En el concepto de mérito, registrese, se encuadrarán no solo las decisiones típicas, en que se acoge o rechaza la pretensión del autor, sino además las atípicas, como la que homologa la renuncia a la pretensión formulada. -----

De esta forma, si la parte demandante pretende abdicar de la solución estatal del conflicto mediante la renuncia de su derecho (en este caso, el derecho de homologar en Brasil, el

Carolina
Portugués
Federal/CABA
N.º 8941

Ana
Traductora
Mat. T.º X
Inscr.

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción/GTPCBA N.º 8941

Carolina
Portugués
Federal/CABA
N.º 8941

T.º
Mat.

fallo extranjero que le fue favorable), está el juez vinculado al acto de disposición de la parte, tocándole, solamente, examinar las cuestiones de forma a emitir el fallo de homologación de la renuncia. -----

Por lo tanto, sabiendo que la primacía del mérito es el principio orientador del CPC/15 y habiendo vicio de naturaleza formal que potencialmente impida la homologación de la renuncia de la pretensión – como lo es en este caso, la mera ausencia de poder con facultades específicas para renunciar -- hay un deber legal de conceder plazo razonable para la regularización o para sanar el vicio. -----

Basado en esas razones, rogando la más respetuosa anuencia al Relator, CONVIERTO el juicio en diligencia, concediéndoles a los Demandantes el plazo de 15 (quince) días para la agregación a los autos un poder con facultades específicas para renuncia, bajo pena de negar el pedido y continuación del juicio de la acción de homologación de fallo extranjero.

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1) -----

RESUMEN -----

PROCESAL CIVIL. HOMOLOGACIÓN DE SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA. ACCIÓN DE INDEMNIZACIÓN POR DAÑOS AMBIENTALES. -----

SENTENCIA HOMOLOGADA. IMPOSIBILIDAD DE CUMPLIMIENTO DE LA PRETENSIÓN DE INDEMNIZACIÓN. FALTA DE INTERÉS. -----

1. La verificación “en concreto” de la imposibilidad de que la sentencia extranjera homologada pueda llegar a surtir efectos jurídicos, por la inaplicabilidad de su comando judicial por la falta de domicilio del Demandado y de la falta de bienes pasibles de dar lugar a la ejecución del crédito, retira el interés de actuar de los Demandantes. -----

2. Pedido de homologación de sentencia extranjera impugnada no otorgado. -----

VOTO-OPINIÓN -----

SU SEÑORÍA SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES: Señora Ministra Presidente, Señoras y Señores Ministros, tomó por referencia el preciso voto proferido por Su Señoría el Ministro Luis Felipe Salomão, para concluir también a favor de negar la pretensión de homologación. -----

De primordial, me parece relevante destacar que la explicación de Su Señoría toma en consideración dos aspectos de los cuales es bastante única la conclusión de falta de interés

Carolina
Pública
F.º 243 C.º
en CTPCF

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

de actuar resultante de la imposibilidad eventual ejecución del crédito transcrito en la sentencia homologada. -----

En el caso concreto, bien demostrado en el voto del Relator, de que la pretensión de homologación de la sentencia ecuatoriana tiene relación con la finalidad de dársele cumplimiento a una multimillonaria indemnización por daños ambientales practicados supuestamente por una división local de Chevron Corporation. -----

La lectura de los autos deja evidente, sin embargo, que esa corporación extranjera nunca tuvo personalmente negocios en dicho país, ni, por lo tanto, aparentemente tiene relación con los daños perpetrados, mucho menos atribuyéndosele la responsabilidad por su composición. -----

En efecto, está debidamente comprobado que hubo en el país de origen una enredada relación comercial establecida entre Texaco Petroleum Company, TEXPET, y Gulf Ecuatoriana de Petróleo S.A., de cuyo consorcio participó posteriormente Petroecuador, una empresa estatal la cual luego tomó el control mayoritario del consorcio. -----

Ese negocio, que remonta al inicio de la década de 1990, aparentemente resultó en la perpetración de una serie de daños ambientales, de magnitud inconmensurable, a partir de ello la población afectada (salíó) a buscar la jurisdicción en diversos países para tentar la reparación del perjuicio. -----

El tema que orienta la negación del pedido de homologación se basa en el hecho de que la "participación" de Chevron en dicha disputa surge apenas en el año de 2001, cuando una de sus subsidiarias, Keepep Incorporation, se funde con Texaco Incorporation, a partir de cuando, entonces, esta última, aunque se haya vuelto una subsidiaria de Chevron Corporation, no fue "descontinuada", quiere decir, no dejó pura y simplemente de existir, más aún, en verdad, sustituyó normalmente, inclusive con patrimonio y personería jurídica propias. -----

Por otro lado, como si no fuera suficiente la conclusión de que Chevron Corporation no tuvo participación directa en los hechos que dieron lugar el pedido de indemnización, el problema está en que Chevron Corporation es una sociedad estadounidense constituida bajo las leyes de dicho país y no tiene domicilio, filial, agencia ni sucursal en Brasil, tampoco tiene patrimonio con el cual pueda responder a algún tipo de obligación, eso si se

asciano
e Portugués
al Federal/CABA
N.º 8841

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

1 f
M.
ipc

comprueba inexorablemente ante las circunstancias de que debe ser citada por vía de exhorto, según los documentos de e-STJ fs. 881/893. -----

Por lo tanto, considerando lo dispuesto en el art. 12, "capul", del Decreto-Ley 4.657/1942 (Ley de Introducción a las Normas del Derecho Brasileño), al igual que la redacción del art. 88 del CPC/1973, la falta de domicilio del requerido en Brasil, y la inexistencia de BIENES, perjudican, a mi entender, el interés de actuar de los Demandantes, porque no habrá utilidad ni provecho en aceptar la homologación, como destacado en el aplastante voto del Señor Ministro Relator. -----

Ante lo expuesto, voto igual que el Sr. Ministro Relator para negar el pedido de homologación de sentencia extranjera impugnada. -----

Es el voto. -----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1) -----

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO -----

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA -----

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA -----

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA -----

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO -----

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ -----

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA -----

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXV F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841

Ana
traduct
at. T.º 10
Inscri

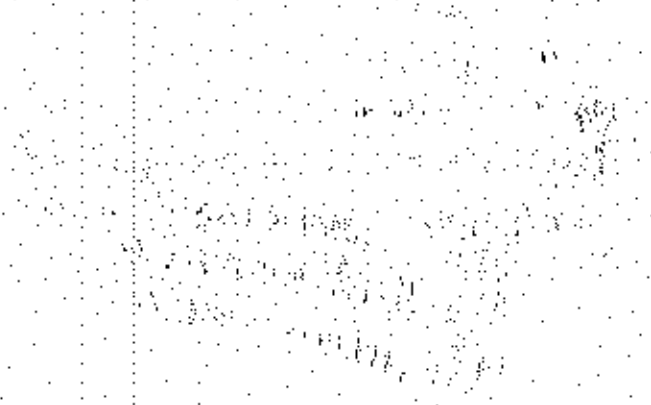
BR
i
s
br

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE -----
DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO -----
DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES -----
DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU -----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILA -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----
DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----
ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----
DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

Ana Carolina Casciaro
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8941

Carolina
a Pública
F.º 243 C
ción CTPC

olina
blic.
243 C
CTPC



ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

VOTO-PRELIMINAR -----

SR. MINISTRO BENEDITO GONÇALVES: Señora Presidente, en la Corte, las dos posiciones, la del Relator y a de la Ministra Nancy Andrichi, en su voto-vista, traen fundamentos sólidos y merecen reflexiones. -----

La Ministra Nancy Andrichi, de modo legítimo, con vista a la amplia defensa y al derecho de respuesta, sustenta la ampliación del plazo por 15 días para la parte que no tiene poder para renunciar. -----

A su vez, las razones adoptadas por el noble Relator también me parecen bastante pertinentes. -----

Como ya fue dicho, esta es la primera vez que esta Corte se vuelca de esta forma en este tema. -----

De todas formas, entiendo que el plazo de 5 años, como colocado por el relator, revela razonabilidad. -----

En esta situación, con todo el permiso de la Ministra Nancy Andrichi, entiendo más razonable votar en línea con el Señor Ministro Relator. -----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1) -----

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO -----

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA -----

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR -----

DEMANDANTE: LIDIA ALEXÁNDRA AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: LUJS ARMANDO CHIMBO YUMBO -----

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----

DEMANDANTE: PATRICIO WUJLSON AGUINDA AGUINDA -----

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA -----

Trar
Mat.

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Casciano
de Portugués
pital Federal/CABA
3A N.º 8841

Trar
Mat.

Casciano
de Portugués
pital Federal/CABA
3A N.º 8841

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA -----
DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE -----
DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO -----
DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES -----
DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU -----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública
Mat. 7.º XII F.º 243
Inscripción C

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. 7.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ana Carolina
Traductora
Mat. 7.º XII F.º 243
Inscripción C

DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

VOYO -----

(MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MALA FILHO) -----

1. Señora Presidente, escuché atentamente las razones presentadas por el Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO y también por la Ministra NANCY ANDRIGHI. En mi percepción, son dos posiciones jurídicas altamente consistentes, defendibles y seguras. -----

2. El Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO no usó la expresión *resquicio privatístico* para imaginar que a acción que alguien interpone permanece durante su trámite al alcance de una decisión posterior de abandono o de renuncia, ni siquiera algún tipo de alteración. Quizás, esa visión sea más compatible al momento en que el proceso era visto como duelo entre las partes. Ahora, no lo es más. -----

3. Hay varias acciones que no comportan abandono. Cito apenas las más conocidas, por ejemplo, las acciones de control concentrado: una vez interpuesta la acción, se debe ir hasta el final. -----

4. Pienso, Señora Presidente, que, en el caso en cuestión, estamos ante una acción de esa especie, que implica una manifestación de la soberanía brasileña a propósito de un asunto irrelevante, y que se presentó a un Tribunal competente para analizar el pedido. Entiendo, que una vez hecho eso, que no está más a disposición del pedido del autor o parte que interpone abandonar, porque, si no, podría parecer un cierto va y viene impregnado por interés privado; y esta materia, a mi ver, se debe ver de otro ángulo. -----

1a Ca
ica de
Capit:
PCBA :

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CFCBA N.º 8841

IBIC
y P:
F.º
30:

5. Reconozco y respeto profundamente la posición de la Ministra NANCY ANDRIGHI, que expresa el pensamiento ideológico que Su Señoría profesa. Su Señoría es de la Comisión y de la Sección del Derecho Privado, donde pontifica con sabiduría y equilibrio. Y esa visión de la inestabilidad es compatible con la visión que Su Señoría tiene del mundo del proceso, del mundo del Derecho y del mundo de las ideas. -----

6. Con la mayor consideración hacia la Ministra NANCY ANDRIGHI, le pido respetuosamente todo su permiso para votar en línea con el Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, por tratarse, a mi entender, de un tipo de acción que no permite abandono, al igual que muchas otras que existen en el derecho brasileño. Voto igual que el Relator. -----

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA Nº 8.542 - EC (2013/0081095-1) -----

VOTO-OPINIÓN -----

EL SR. MINISTRO OG FERNANDES: Señora Presidente, traigo otras consideraciones en relación al debate. -----

Observo que el tema tratado en este juicio no es frecuente entre los fallos de esta Corte Especial. A ejemplo de lo que los demás Ministros dijeron, la cuestión llama la atención y permite puntos de vista diferentes y hasta, en algunos aspectos, diametralmente opuestos.

Es verdad que hay dos decisiones dictadas por el Supremo Tribunal Federal, en la época en que era competente para fallar acerca del asunto, las cuales aseguraban la disponibilidad del Derecho aquí discutido: el abandono del proceso de la SEC. -----

Son dos casos en la línea de la disponibilidad: uno de la relatoría del Ministro Scpúlveda Pertence, que es más reciente (SEC 5.404), y otro anterior, de relatoría del Ministro Bilac Pinto, del año de 1976. -----

El derecho de pedir homologación de fallo extranjero se extiende a todas las partes que integraran el proceso en el cual el fallo se sentenció. Se trata, por lo tanto, de un derecho bilateral. A mi parecer, la manifestación de renuncia a la pretensión de homologación de sentencia extranjera no puede ser formulada a la iniciativa de apenas uno dos interesados, porque implicaría supresión del derecho de las demás partes, mucho menos generar cosa juzgada (a punto de impedir que otros individuos afectados por la fallo puedan renovar la pretensión). -----

Señalo, además, que el proceso de homologación de sentencia extranjera busca tutelar la soberanía del Estado brasileño, interés que está por arriba de aquél defendido por las partes.

ciaho
Portugués
Federal/CABA
9 8541

Ana Carolina Casiano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8541

inú
slic
is
TE

No es porque sí que una de las hipótesis de negación de la SEC se refiere a la violación del interés público. -----

En ese sentido, pienso, además, que tal proceso de homologación no puede someterse a las conveniencias particulares de los interesados, teniendo en vista que se trata de un proceso político, asociado a la preservación del Estado y de toda su fuente jurídica.-----

Por lo tanto, al renunciar a ese derecho, la parte estaría quitándole al Estado mecanismos de control de su soberanía e, igualmente, de credibilidad internacional, al considerar la existencia de tratados y demás documentos internacionales a los que Brasil se vincula.-----

Por lo tanto, hay confluencia de intereses jurídicos internos e internacionales. -----

De forma que, permitiéndome hacer esas consideraciones al respecto del tema, voto igual que el Señor Ministro Relator. -----

CERTIFICADO DEL JUICIO -----

CORTE ESPECIAL -----

Número de Registro: 2013/0081095-1 **PROCESO ELECTRÓNICO SEC 8.542 / EC** ---

Número Origen: 201201282964 -----

PAUTA: 20/09/2017 JUZGADO: 04/10/2017 -----

Relator -----

Su Señoría Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO** -----

Ministro Impedido Su Señoría Sr. Ministro: **FELIX FISCHER** -----

Presidente de la Sesión Su Señoría Sra. Ministra **LAURITA VAZ** -----

Subprocurador-General de la República Su Señoría Sr. Dr. **OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA** -----

Secretaria Lic. **VANIA MARIA SOARES ROCHA** -----

ACTORES -----

DEMANDANTE: **MARIA AGUINDA SALAZAR** -----

DEMANDANTE: **CARLOS GREFA HUATATOCA** -----

DEMANDANTE: **CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR** -----

DEMANDANTE: **LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA** -----

DEMANDANTE: **PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO** -----

DEMANDANTE: **CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA** -----

DEMANDANTE: **LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO** -----

Ane
Traduct
Mat. T.º X
Inscr:

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 9841

Ca
dr
apit
BA

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA -----
DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----
DEMANDANTE: PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA -----
DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA -----
DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA -----
DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE -----
DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO -----
DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES -----
DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU -----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

Caroline
a Public
F.º 243
N.º 8841

Ti
Mu

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 1001 F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Casciano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----

DEMANDANTE: EMILJO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: SIMÓN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

ASUNTO: **DERECHO CIVIL** - Responsabilidad Civil -----

SUSTENTACIÓN ORAL -----

Estuvieron presentes en la Sesión el Dr. André Silveira, por los Demandantes, y los Drs. Celso Cintra Mori y Carlos Mário de la Silva Velloso, por la requerida, la sustentación oral ha sido postergada para la Sesión del día 18/10/2017. -----

CERTIFICADO -----

Certifico que la ilustre CORTE ESPECIAL, al analizar el proceso en epígrafe en la sesión llevada a cabo en esta fecha, emitió el siguiente fallo: -----

Prosiguiendo con el juicio, después del el voto-vista de la Sra. Ministra Nancy Andriighi divergiendo del Sr. Ministro Relator y, preliminarmente, convirtiendo el juicio en diligencia para concederle a los Demandantes el plazo de 15 días para la agregación a los autos un poder con facultades específicas para renuncia, en lo que fue acompañada por los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raúl Araújo y Herman Benjamin, y los votos de los Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Musi y Og Fernandes acompañando el voto del Sr. Ministro Relator, la Corte Especial, por mayoría, negó el pedido de renuncia, en los términos del voto del Sr. Ministro Relator, y postergó a continuación del juicio para la próxima Sesión. -----

Casclano
de Portugués
por Federal
LA N.º 8541

Ana C
Traductor
Mat. T.º XII
Inscripc

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XII E.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CIPCBA N.º 8541

F
C
B

Los Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Musi y Og Fernandes votaron con el Sr. Ministro Relator. Vencida la Sra. Ministra Nancy Andrighi y los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo y Herman Benjamin. Impedido el Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, los Srs. Ministros Felix Fischer y João Otávio de Noronha.

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: PATRICIO WILSON AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA

DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LORE

DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO

DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES

rolina Ca
Pública de
º 243 Capita
in CTPCBA .

ya
st:
x
cri;

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU -----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----
DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----
ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----
DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----
ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----
ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----
VOTO -----
SU SEÑORÍA SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA: -----

ciano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8641

Ca
e
30:

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
M.L. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8641

Sra. Presidente, reiterando mi comportamiento en las últimas sesiones, pido permiso para anticipar mi voto, teniendo en vista que mi actuación en el CNJ me ha obligado a faltar a las sesiones de la Corte Especial a causa de compromisos allí asumidos que deben ser cumplidos personalmente. -----

Felicito al Ministro Luis Felipe Salomão por el exhaustivo voto, que analizó las cuestiones por diversos ángulos. -----

Pienso, sin embargo, y en conformidad con el Ministro Herman Benjamin, que el fundamento de la falta de jurisdicción es suficiente para que rechacemos la homologación, porque el fallo, evidentemente, no será ejecutado, y aquí no precisará producir eficacia, lo que apenas aleja la posibilidad de homologación. -----

En lo referente al mencionado fallo de la Justicia estadounidense, traigo para mención el entendimiento contenido en reciente precedente (SEC n. 9.412/US) citado en la tribuna por varios y hoy por el Ministro Carlos Mário da Silva Velloso: no tenemos ningún compromiso con la Justicia estadounidense ni la de cualquier otro país. En este precedente, conocido como "caso Abengoa", había una decisión del juez estadounidense abandonando la sospecha de imparcialidad del árbitro y presidente del tribunal y afirmando la validez del Fallo arbitral. -----

La Corte Especial, siguiendo el voto contrario al dado por mí, contestó ese posicionamiento de la Justicia estadounidense, entendiendo que a la luz del derecho brasileño los casos allí puestos configuraban casos típicos de sospecha de imparcialidad y, por lo tanto, impedían al árbitro dictar sentencia o participar del fallo. Aunque la Justicia estadounidense haya buscado validar el fallo, nosotros no tuvimos ningún comprometimiento con su decisión. Ello por una simple razón: la Corte, en la homologación, es soberana. -----

El Ministerio Público votó por la homologación en virtud de la existencia de decisión de la Justicia estadounidense porque la sentencia ecuatoriana habría sido dictada mediante fraude. Ese, sin embargo, no es el fundamento para aceptar a homologación -- por simple decisión de la Justicia estadounidense --, según las razones que aquí acabo de enunciar. -----

Entiendo que el primer fundamento -- el de falta de jurisdicción --, por sí solo, frena a todos los demás, pues, si no hay ni siquiera jurisdicción, no es necesario continuar con el mérito: es una relación de perjudicialidad. Si la sentencia extranjera no tiene condición de ser

Ana
Traducto
Mat. T.º X
Inscri

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

de
H
24
C

ejecutado porque la acción no puede ni inicialmente ser aquí juzgada y, si se juzgara, no podría ser homologada, porque no producirá efecto, no hay que ejecutar en Brasil.-----

Si surgiera algún interés futuro por abrir una empresa, de una concesionaria o por la llegada de Chevron a Brasil, ahí habrá interés superviviente, pero, en este momento, no hay ningún interés, de modo que no debemos ni continuar con el análisis del mérito. Además, si buscan las notas taquigráficas, verán que yo ya había afirmado esto cuando discutimos el tema de orden. Dije que no homologaría principalmente por la falta de jurisdicción. -----

Ante lo expuesto, **acompañó al relator en su conclusión, pero con base apenas en la falta de jurisdicción**, que, a mi parecer, por ser una cuestión prejudicial, impide nuestra manifestación sobre los demás aspectos, incluso porque dichas manifestaciones, una vez aceptada la preliminar de carencia de jurisdicción, solo podrán figurar en el texto de la sentencia de pleno como obiter dictum. Sobre los demás fundamentos, considero desnecesario discutirlos en esta Corte, visto que el primero de ellos es suficiente para negar la homologación. -----

CERTIFICADO DEL JUICIO -----

CORTE ESPECIAL -----

Número de Registro: 2013/0081095-1 **PROCESO ELECTRÓNICO SEC 8.542 / EC** ----

Número Origen: 201201282964 -----

PAUTA: 18/10/2017 JUZGADO: 18/10/2017-----

Relator -----

Su Señoría Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO** -----

Ministro Impedido -----

Su Señoría Sr. Ministro: **FELIX FISCHER** -----

Presidente de la Sesión Su Señoría Sra. Ministra **LAURITA VAZ** -----

Subprocurador-General de la República Su Señoría Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA** ----

Secretaria Lic. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA** -----

ACTORES -----

DEMANDANTE: **MARIA AGUINDA SALAZAR** -----

DEMANDANTE: **CARLOS GREFA HUATATOCA** -----

DEMANDANTE: **CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR** -----

DEMANDANTE: **LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA** -----

Casciano
: Portugués
J Federal/CABA
N.º 8841

asc
e F
al ft
N.º

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----

DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDÉS LABOISIÈRE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

ASUNTO: DERECHO CIVIL - Responsabilidad Civil -----

SUSTENTACIÓN ORAL -----

Sustentaron oralmente el Dr. Sérgio Bermudes, por los Demandantes, y los Drs. Celso Cintra Mori y Carlos Mário de la Silva Velloso, por la Demandada. -----

CERTIFICADO -----

Certifico que la ilustre CORTE ESPECIAL, al analizar el proceso en epígrafe en la sesión llevada a cabo en esta fecha, emitió el siguiente fallo: -----

Luego del voto del Sr. Ministro Relator negando el pedido de homologación de sentencia, en lo que fue acompañado por el voto anticipado del Sr. Ministro João Otávio de Noronha, apenas en lo referente al fundamento de ausencia de jurisdicción, pidió vista anticipada la Sra. Ministra Nancy Andrighi. -----

Aguardan los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Herman Benjamin, Jorge Musi y Og Fernandes. -----

Impedido el Sr. Ministro Felix Fischer. -----

Ausente, justificadamente, el Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. -----

T
M.

Tr.
Mat

ano
rtuguesa
lra/CABA
8841

Ana
Traduct
Mat. T.º X
Inscri

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Tr. de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243
Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

SENTENCIA EXTRANJERA IMPUGNADA N° 8.542 - EC (2013/0081095-1)

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

DEMANDANTE: MARIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: CARLOS GREFA HUATATOCA

DEMANDANTE: CATALINA ANTONIA AGUINDA SALAZAR

DEMANDANTE: LIDIA ALEXANDRA AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO

DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA

DEMANDANTE: PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA

DEMANDANTE: CELIA IRENE VIVEROS CUSANGUA

DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA

DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO

DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ

DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA

DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA

DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA

DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE

DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO

DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES

DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO

DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA

DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ

DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA

DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGU

DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN

DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA

sc
T
li

Trad
Mat. I
li

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Tr
Ma

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Carolina Ca
ra Pública de
II F.º 243 Capita
cción CTPCBA I

DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANTE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----
DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----
DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----
ABOGADO: SERGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----
DEMANDADO: CHEVRON CORPORATION -----
ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----
ABOGADA: --- GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -
DF031156 -----

VOTO-VISTA -----

SU SEÑORÍA. SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI: -----

Se trata de acción de homologación de fallo extranjero contestado, interpuesto por MARIA AGUINDA SALAZAR y OTROS contra CHEVRON CORPORATION, en la que se pretende la homologación de sentencia dictada en acción de indemnización por daños ambientales con sentencia firme en Ecuador. -----

Voto del Relator, Min. Luis Felipe Salomão: juzgó improcedente el pedido y no homologar la sentencia extranjera, especialmente bajo los siguientes fundamentos: (i) no habría jurisdicción brasileña, una vez que el conflicto no involucró partes brasileñas ni domiciliadas en el país, los hechos no ocurrieron en Brasil y el fallo no estableció ninguna obligación a ser cumplida en el país, de modo que ni aunque hubiera en Brasil personas... -----

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

Casclano
Portugués
Federal/CABA
N.º 8841

legales de alguna manera vinculadas a Chevron Corporation produciría la jurisdicción brasileña, no pudiendo Chevron Brasil Petróleo Ltda., que no fue parte de la acción de indemnización condenada en Ecuador, sufrir los efectos de la condena; (ii) por causa de la falta de jurisdicción brasileña, no habría interés procesal de los Demandantes, visto que la homologación no sería de ninguna utilidad al Fallo Ecuatoriano en Brasil; (iii) existirían fundadas sospechas de fraude procesal y corrupción, que impiden la homologación bajo las perspectivas de ofensa a las buenas costumbres y el orden público nacional. -----

Revisados los hechos, se decide.-----

Inicialmente, se analiza el tema relacionado a la existencia de elementos que revelarían la sospecha de **fraude procesal y de corrupción** en el proceso judicial que culminó en el fallo que se pretende homologar en Brasil.-----

En ese sentido, se verifica que las actividades cognitiva e instructora emprendidas por el Relator fueron, respetuosamente, profundas y completas, casi asemejándose a las actividades desarrolladas en una acción de conocimiento por el procedimiento común, lo que excede el juicio de prueba al que está vinculado este Superior Tribunal de Justicia en las acciones de homologación de fallo extranjero. -----

Como destacado por el honorable Relator en voto sobre el tema previo relacionado a la posibilidad de renuncia a la pretensión de homologación, hay límite en el *"el juicio ejercido por esta Corte al mero fallo, que se restringe, normalmente, a la verificación de los requisitos formales preconizados en el orden jurídico, con vistas a conferir la producción de efectos jurídicos al acto proveniente de otra jurisdicción"*. -----

No hay duda de que se deben ejercer las actividades cognitiva y de instrucción en esta singular especie de acción, pero no se muestra adecuado que esta Corte lleve a cabo la reexaminación de los fundamentos de hecho y de derecho que llevaron a la condena de Chevron Corporation en Ecuador e, incluso, que emita juicios de valor sobre el contenido del fallo judicial que se formó en el extranjero y que se pretende homologar en Brasil, sobretodo bajo las gravísimas imputaciones de que habría habido fraude procesal y **corrupción**. -----

Además, véase que la conclusión del honorable Relator es que existirían solamente indicios de la existencia de fraude procesal y de corrupción ocurrida en la tramitación de la acción judicial en Ecuador, lo que tornaría aún más temerario negar la homologación del fallo extranjero en Brasil por ese fundamento, sobretodo porque tales circunstancias ni siquiera

Gr
ra
H F
2016

na Ci
ictora
º XXI
scrip

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 2º Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8341

fueron examinadas y decididas por el Poder Judicial ecuatoriano, sino por la Justicia estadounidense. -----

De esa forma, las ilegalidades apenas hipotéticamente existentes en el proceso judicial con sentencia firme en Ecuador no pueden ser consideradas impedimento a la homologación de la sentencia extranjera en Brasil, que, reiteré, no está autorizado a valorar el contenido de la decisión judicial que se pretende homologar. -----

No hay nada a comentar además de la falta de **interés procesal** de los demandantes. -----

En ese contexto, se ve que la presencia de las condiciones de acción se examina a partir de la narrativa fáctica y de los elementos de prueba presentados con el alegato inicial, quiere decir que el análisis se da siempre *in status assertionis*. -----

Teniendo en vista esa premisa, no se ve, a partir del alegato inicial de la acción de homologación de sentencia extranjera interpuesta por los Demandantes, la inexistencia de interés procesal en tesis, teniendo en vista que la falta de jurisdicción brasileña, fundamento alegado por el honorable Relator para concluir que falta esa condición para proseguir con el proceso, es una cuestión que resulta exclusivamente del examen del propio mérito de la acción homologatoria — o sea, refiere a la existencia o no del derecho autónomo de homologar la referida decisión en territorio nacional. -----

Sin embargo, en lo referente al fundamento de **falta de jurisdicción brasileña** como causa para no homologar la sentencia extranjera dictada en Ecuador, es necesario colocar algunas consideraciones adicionales. -----

Inicialmente, como destacado en el voto del honorable Relator, el conflicto que originó la acción de indemnización y posterior fallo de condena dictado contra Chevron Corporation no involucra partes brasileñas ni partes domiciliadas en el país, tampoco está basada en hechos o actos ocurridos en territorio nacional, lo que aparta, en esa perspectiva, la jurisdicción brasileña. -----

No habría impedimento para el cumplimiento en territorio nacional de la obligación de indemnizar, pecuniariamente, los daños ambientales causados por Chevron Corporation en Ecuador si ésta, hipotéticamente, tuviera domicilio o estuviera efectivamente ubicada en Brasil, no siendo suficiente la mera existencia de una subsidiaria indirecta, de nombre Chevron Brasil Petróleo Ltda., que posee personería jurídica propia, que posee bienes y derechos propios y que, además de ello, no fue parte en la acción en que se reconoció la existencia de daños a ser reparados. -----

Folir
Nº 243
CT.

a C
a o
Cap.
CB.

An
Traduc
Mat. T.º
Insc

a C
on
201
ipc.

An
educt
T.º
Insc

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXIV F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción GTPCBA N.º 8841

DEMANDANTE: PATRICIO ALBERTO CHIMBO YUMBO -----
DEMANDANTE: CLIDE RAMIRO AGUINDA AGUINDA -----
DEMANDANTE: LUIS ARMANDO CHIMBO YUMBO -----
DEMANDANTE: BEATRIZ MERCEDES GREFA TANGUILA -----
DEMANDANTE: LUCIO ENRIQUE GREFA TANGUILA -----
DEMANDANTE: PATRICIO WUILSON AGUINDA AGUINDA -----
DEMANDANTE: CELIA IRENÉ VIVEROS CUSANGUA -----
DEMANDANTE: FRANCISCO MATIAS ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: FRANCISCO ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: OLGA GLORIA GREFA CERDA -----
DEMANDANTE: LORENZO JOSE ALVARADO YUMBO -----
DEMANDANTE: NARCISA AIDA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: BERTHA ANTONIA YUMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: GLORIA LUCRECIA TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: FRANCISCO VICTOR TANGUILA GREFA -----
DEMANDANTE: ROSA TERESA CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: JOSE GABRIEL REVELO LLORE -----
DEMANDANTE: MARIA CLELIA REASCOS REVELO -----
DEMANDANTE: MAGDALENA RODRIGUEZ BARCENES -----
DEMANDANTE: HUGO GERARDO CAMACHO NARANJO -----
DEMANDANTE: HELEODORO PATARON GUARACA -----
DEMANDANTE: LUISA DELIA TANGUILA NARVAEZ -----
DEMANDANTE: LOURDES BEATRIZ CHIMBO TANGUILA -----
DEMANDANTE: MARIA HORTENCIA VIVEROS CUSANGUA -----
DEMANDANTE: SEGUNDO ANGEL AMANTA MILAN -----
DEMANDANTE: OCTAVIO ISAMEL CORDOVA HUANCA -----
DEMANDANTE: ELIAS ROBERTO PIYAHUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: JAVIER PIAGUAJE PAYAHUAJE -----
DEMANDANTE: DANIEL CARLOS LUSITANDE YAIGUAJE -----
DEMANDANTE: BENANCIO FREDY CHIMBO GREFA -----
DEMANDANTE: GUILLERMO VICENTE PAYAGUAJE LUSITANDE -----
DEMANDANTE: DELFIN LEONIDAS PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

SC
P
F
V.º

a Carolina C
ora Pública d
XXI F.º 243 Cap
ripción CTECBA

arc
P
º 2
on C

l Car
ora Pt
XXI F.º
ripción

Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Góral Federal/CABA
Inscripción CTECBA N.º 8841

DEMANDANTE: ALFREDO DONALDO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: TEODORO GONZALO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: MIGUEL MARIO PAYAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: FERMIN PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: REINALDO LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: LUIS AGUSTIN PAYAGUAJE PIAGUAJE -----

DEMANDANTE: EMILIO MARTIN LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: SIMON LUSITANDE YAIGUAJE -----

DEMANDANTE: ARMANDO WILFRIDO PIAGUAJE PAYAGUAJE -----

DEMANDANTE: ANGEL JUSTINO PIAGUAJE -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ y OTRO(S) - DF002192A -----

DEMANDADO: CHEVRÓN CORPORATION -----

ABOGADO: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO Y OTROS - DF023750 -----

ABOGADA: GABRIELA MARCONDES LABOISIERE CAMARGOS Y OTRO(S) -

DF031156 -----

ASUNTO: DERECHO CIVIL - Responsabilidad Civil -----

CERTIFICADO -----

Certifico que la ilustre CORTE ESPECIAL, al analizar el proceso en epígrafe en la sesión llevada a cabo en esta fecha, emitió el siguiente fallo: -----

Continuando con el juicio, luego del voto-vista de la Sra. Ministra Nancy Andrichi y la adecuación del voto del Sr. Ministro Relator, la Corte Especial, por unanimidad, negó el pedido de homologación del fallo, en los términos del voto del Sr. Ministro Relator. -----

Los Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Nancy Andrichi, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Herman Benjamin y Jorge Musi votaram con el Sr. Ministro Relator. -----

No participó del juicio el Sr. Ministro Og Fernandes. Impedido el Sr. Ministro Felix Fischer. Ausentes, justificadamente los Srs. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão y Napoleão Nunes Maia Filho. -----

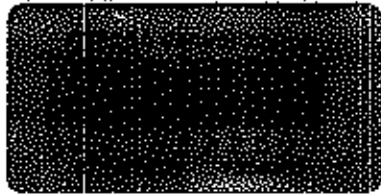
Es traducción fiel al idioma Español del documento que adjunto redactado en idioma Portugués en la ciudad de Buenos Aires, República Argentina, a los 27 días del mes de Abril de 2018 -----

COLEGIO DE TRADUCTORES PUBLICOS
DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES
Corresponde a la Legalización

No. 32500/18

GUSTAVO ADRIAN SIGALOFF

Ana Carolina Casclano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XVII E.º 243 Capital Federal (CAJ)
Inscripción CTCBA N.º 4941



Ana Carolina Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841



Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841

Casciano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción: CTPCBA N.º 8841



COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

República Argentina
Ley 20305



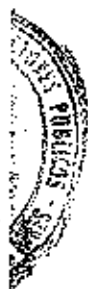
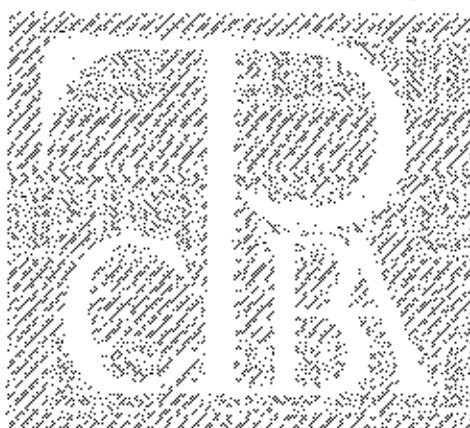
LEGALIZACIÓN

Por la presente, el COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, en virtud de la facultad que le confiere el artículo 10 inc. d) de la ley 20305, certifica únicamente que la firma y el sello que aparecen en la traducción adjunta concuerdan con los correspondientes a/a la Traductor/a Público/a **CASCIANO, ANA CAROLINA**

que obran en los registros de esta institución, en el folio **243** del Tomo **22** en el idioma **PORTUGUÉS**

Legalización número: **32500**

Buenos Aires, 07/05/2018



MARCELO F. SIGALOFF
Gerente de Legalizaciones
Colegio de Traductores Públicos
de la Ciudad de Buenos Aires

ESTA LEGALIZACIÓN NO SE CONSIDERARÁ VÁLIDA SIN EL CORRESPONDIENTE
TIMBRADO DE CONTROL EN LA ÚLTIMA HOJA DE LA TRADUCCIÓN ADJUNTA

Control interno: 38028232500



By virtue of the authority vested in the COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Buenos Aires Sworn Translators Association) by Argentine law No. 20 305 section 10(d), I hereby CERTIFY that the seal and signature affixed on the attached translation are consistent with the seal and signature on file in our records.

The Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires only certifies that the signature and seal on the translation are genuine; it will not attest to the contents of the document.

THIS CERTIFICATION WILL BE VALID ONLY IF IT BEARS THE PERTINENT CHECK STAMP ON THE LAST PAGE OF THE ATTACHED TRANSLATION.

Vu par le COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Ordre des Traducteurs Officiels de la ville de Buenos Aires), en vertu des attributions qui lui ont été accordées par l'article 10, alinéa d) de la Loi n° 20.305, pour la seule légalisation matérielle de la signature et du sceau du Traductor Público (Traducteur Officiel) apposés sur la traduction du document ci-joint, qui sont conformes à ceux déposés aux archives de cette Institution.

LE TIMBRE APPOSÉ SUR LA DERNIÈRE PAGE DE LA TRADUCTION FERA PREUVE DE LA VALIDITÉ DE LA LÉGALISATION.

Il COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Ordine dei Traduttori abilitati della Città di Buenos Aires) CERTIFICA ai sensi dell'articolo 10, lettera d) della legge 20.305 che la firma e il timbro apposti sulla qui unita traduzione sono conformi alla firma e al timbro del Traduttore abilitato depositati presso questo Ente. Non certifica il contenuto della traduzione sulla quale la certificazione è apposta.

LA VALIDITÀ DELLA PRESENTE CERTIFICAZIONE È SUBORDINATA ALL'APPOSIZIONE DEL TIMBRO DI CONTROLLO DEL CTPCBA SULL'ULTIMA PAGINA DELL'ALLEGATA TRADUZIONE.

Por meio desta legalização, o COLÉGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Colégio dos Tradutores Públicos da Cidade de Buenos Aires), no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 10, alínea "d", da Lei 20.305, somente reconhece a assinatura e o carimbo do Tradutor Público que subscreve a tradução em anexo por semelhança com a assinatura e o carimbo arquivados nos registros desta instituição.

A PRESENTE LEGALIZAÇÃO SÓ TERÁ VALIDADE COM A CORRESPONDENTE CHANCELA MECÂNICA APOSTA NA ÚLTIMA FOLHA DA TRADUÇÃO.

COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Kammer der vereidigten Übersetzer der Stadt Buenos Aires). Kraft der Befugnisse, die ihr nach Art. 10 Abs. d) von Gesetz 20.305 zustehen, bescheinigt die Kammer hiermit lediglich die Übereinstimmung der Unterschrift und des Siegelabdruckes auf der beigefügten Übersetzung mit der entsprechenden Unterschrift und dem Siegelabdruck des vereidigten Übersetzers (Traductor Público) in unseren Registern.

DIE VORLIEGENDE ÜBERSETZUNG IST OHNE DEN ENTSPRECHENDEN GEBÜHRENSTEMPEL AUF DEM LETZTEN BLATT DER BEIGEFÜGTEN ÜBERSETZUNG NICHT GÜLTIG.